

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

DOUGLAS SANTOS ALVES

**NEOLIBERALISMO, DEMOCRACIA E CRISE NA
AMÉRICA LATINA:
A GÊNESE DO *ARGENTINAZO* (1976-2001)**

**CAMPINAS/SP
2009**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

AL87n **Alves, Douglas Santos**
Neoliberalismo, democracia e crise na América Latina: a
gênese do Argentinazo (1976-2001) / Douglas Santos Alves.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Neoliberalismo. 2. Democracia – Argentina. 3. Crise
econômica. 4. Argentina – Política e governo, 1976-2001.
5. América Latina – História. I. Bianchi, Alvaro. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

(cn\ifch)

Título em inglês: Neoliberalism, democracy and crisis in Latin América: the
genesy of Argentinazo (1976-2001)

Palavras chaves em inglês
(keywords) :

Neoliberalism
Democracy - Argentina
Economic crisis
Argentina – Politics and government
Latin America - History

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Armando Boito Júnior, Gabriel Vitullo, Álvaro Gabriel
Bianchi Mendes

Data da defesa: 27-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

DOUGLAS SANTOS ALVES

**NEOLIBERALISMO, DEMOCRACIA E CRISE NA AMÉRICA
LATINA:
A GÊNESE DO ARGENTINAZO (1976-2001)**

Dissertação da área de Teoria Política, apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, visando à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendes

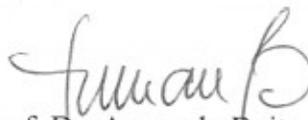
O texto corresponde à versão entregue ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da UNICAMP e aos membros da banca examinadora.

Aprovado em: / /

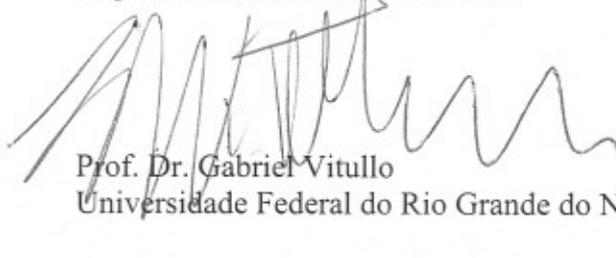
Banca Examinadora



Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendes
Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Ciência Política
Orientador



Prof. Dr. Armando Boito Júnior
Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Ciência Política



Prof. Dr. Gabriel Vitullo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

200905760

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS	13
3	AMÉRICA LATINA – NEOLIBERALISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO: UM PROCESSO COMBINADO	23
3.1	Evolução Histórica da Democracia no Século XX	24
3.2	América Latina, Desenvolvimento, Dependência e Regimes Políticos ..	27
3.3	O Princípio da Reação – Neoliberalismo, Corrente Marginal	38
3.4	Implementação do Neoliberalismo – de Corrente de Ideias à Força Material Efetiva	42
4	O CASO ARGENTINO: A GÊNESE DO ARGENTINAZO	61
4.1	O Regime Militar	62
4.1.1	A Política Econômica da Ditadura.....	66
4.1.2	O Primeiro Momento: Abertura Econômica	67
4.1.3	O Segundo Momento: a Recessão	69
4.1.4	Os Nexos Internos entre Economia e Política.....	71
4.1.5	O Saldo do <i>Proceso</i>	77
4.1.6	O Declínio e a Transição	79
4.2	A Democracia do Averso	87
4.2.1	Democracia e Dívida Externa	90
4.2.2	O Governo Alfonsín	93
4.2.4	A Era Menem	100
4.3	O Saldo do Neoliberalismo	122
4.4	A Gênese do Argentinazo	129
4.4.1	O Contexto de Lutas do Período Prévio	130
4.4.2	O Ano do Levante.....	134
5	CONCLUSÃO	140
	REFERÊNCIAS	149

RESUMO

Na década de 1980, muitos países latinoamericanos experimentaram a transição de regimes autoritários para democráticos. Essas mudanças aconteceram nos marcos do aprofundamento das relações de dependência em relação às economias centrais, bem como no contexto de graves abalos econômicos e políticos, como a crise da dívida externa dos países da região. As transformações ocorridas em tal situação engendraram contradições que marcaram o desenvolvimento ulterior das relações sociais e políticas. No âmbito institucional, trouxeram a conquista de novos espaços políticos para a regulação dos conflitos sociais; mas também se somaram às mudanças econômicas caracterizadas pela implementação das políticas neoliberais, tendo como consequência o agravamento do desemprego, da pobreza, além de diversas outras mazelas sociais. Constataram-se, ainda, grandes mudanças nos segmentos ativos e organizados da sociedade. O movimento sindical parecendo atravessar uma profunda crise, enquanto atores antes secundários passando a ganhar importância social e política. Assim, o desenvolvimento desse processo tem gerado frequentes mobilizações e protestos populares, acarretando no crescente desgaste do próprio regime institucional e da relação das classes subalternas com o mesmo. Desse modo, seria possível falar de uma deslegitimação da “esfera” política a partir do comprometimento das bases materiais necessárias para a construção do consenso dentro da sociedade. Estaríamos, portanto, diante de situações de crise, que culminariam com a derrubada de presidentes Equador (2000), Argentina (2001) e Bolívia (2003). O objetivo desta pesquisa é, a partir da análise do caso argentino, pensar a articulação existente entre crise econômica e crise política, buscando as conexões existentes entre as recentes convulsões sociais e as contradições que se formaram ainda no começo da década de 1980, de modo a identificar, a partir de seu alcance e profundidade, se esses processos configuram uma crise de hegemonia.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Democracia – Argentina. Crise Econômica. Argentina – Política e Governo. América Latina – História

ABSTRACT

In the 1980s, many Latin American countries, experienced the transition from authoritarian to democratic regimes. These changes occurred within the framework of deepening the relations of dependence on central economies and in the context of several economic and political shocks, as the crisis of external debt of countries in the region. The changes in this situation engendered contradictions that marked the further development of the political and social relations. Within institutions, brought the conquest of new political spaces for the regulation of social conflicts, but also added to economic changes characterized by the implementation of neoliberal policies, resulting in the aggravation of unemployment, poverty, and various other social ills. Found should also be major changes in active and organized segments of society. The trade union movement appears through a deep crisis, as secondary players now is passing to gain social and political importance. Thus, the development of this process has generated frequent mobilizations and popular protests, resulting in increased wear of the institutional arrangements and the relationship of the subordinate classes to it. Thus, it would be possible to speak of a loss of legitimacy process of the "ground" from the political commitment of the necessary material basis for building consensus within society. We therefore faced with a crisis, which culminated in the overthrow of presidents Ecuador (2000), Argentina (2001) and Bolivia (2003). The objective of this research is from the analysis of the Argentine case, to think the articulation between economic crisis and political crisis, seeking the connections between the recent social upheavals and contradictions that are also formed at the beginning of the 1980s, so to identify, from the scope and depth, if these processes constitute a crisis of hegemony.

Keywords: Neoliberalism. Democracy – Argentina Economic crisis. Argentina – Politics and overnment. Latin America - History

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alvaro Bianchi, meu orientador, pela paciência e seriedade com que me auxiliou neste trabalho, bem como pelo suporte teórico e metodológico prestado.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e ao Departamento de Ciência Política, espaços de excelência reconhecida onde pude ampliar sobremaneira meu horizonte teórico.

Ao Centro de Estudos Marxistas, que me acolheu e que forneceu um importante acervo de materiais de pesquisa, fundamentais para a realização deste trabalho.

À CAPES, por ter concedido bolsa de estudos sem a qual não seria possível ter realizado o curso de mestrado.

Aos amigos, colegas e professores que se envolveram direta ou indiretamente nesta empreitada. Dentre eles devo destacar os Profs. Gonzalo A. Rojas, e Armando Boito que estiveram presentes na minha banca de qualificação e que me forneceram parte da bibliografia aqui utilizada; a querida amiga Ângela Lazagna, pelo apoio e companheirismo, aos colegas e companheiros Leandro, Danilo e Andriei; aos familiares e velhos camaradas; e em especial a Wilson Honório, por tudo; Leonardo Bragé, Leonardo Estanol, Izadora Eckart e a meu amigo Guilherme Oliveira, por terem acompanhado de perto e de longe esta caminhada.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, muitos países latinoamericanos, em particular os do Cone Sul, atravessaram a transição de regimes autoritários para democráticos. Com as possibilidades abertas pela redemocratização, um clima de expectativas permeou a sociedade e a intelectualidade na região. Às transformações no âmbito da política, somaram-se as mudanças econômicas caracterizadas pela implementação de medidas de ajuste estrutural, como as privatizações e a abertura econômica. No âmbito da máquina estatal, profundas mudanças ocorreram a partir da implementação dos novos modelos de gestão, com a redução do Estado através da venda do patrimônio público, da reformulação geral dos serviços e políticas sociais, da liberalização e desregulamentação da economia.

Constataram-se, também, grandes mudanças nos segmentos ativos e organizados da sociedade. Por um lado, o movimento sindical, um dos pilares da organização social, passou a atravessar profunda crise, como fruto de modificações na esfera do trabalho e das transformações políticas e ideológicas ocorridas em âmbito mundial. Por outro lado, atores antes secundários vieram a ganhar importância social e política - dentre eles, o movimento de trabalhadores desocupados -; outros surgiram ocupando um espaço de proeminência no seio das sociedades latinoamericanas, como os chamados novos movimentos sociais: associações de proteção ao consumidor, ONGs, entre demais movimentos.

Associados ao processo de redução e desresponsabilização do Estado, muitos desses movimentos iriam compor o que foi denominado Terceiro Setor (Giddens, 1999). Alguns deles passariam a cumprir um papel de complementação do Estado na execução de políticas assistencialistas e a atuar nas brechas da descentralização da máquina pública. Outros, em contraposição, envolver-se-iam na busca da ampliação da democracia e do aprofundamento dos direitos sociais através da reivindicação de maior participação, não mais na execução de políticas, mas na sua elaboração e gestão.¹

¹Esses setores são caracterizados por Dagnino (1999, p. 14) como o *campo movimentalista* da sociedade civil.

A realização de eleições regulares e a existência de instituições democráticas conduzindo a disputa das elites pelos postos de governo nos países do continente permitiriam afirmar que a democracia estaria avançando em sua consolidação. Do ponto de vista procedimental, inclusive, a eleição de governos de centro-esquerda em diferentes países e sua ascensão pacífica reforçam essa tese.

Porém, a crise social gestada ao longo dessas transformações tem produzido frequentes mobilizações e protestos populares. Uma característica importante a ser ressaltada é que a vanguarda desses processos situa-se muito além dos sindicatos de trabalhadores urbanos, trazendo à cena, com muito peso, atores como indígenas, desempregados e camponeses, dentre outros. As atitudes e comportamentos dos latino-americanos com relação à democracia revelam uma clara insatisfação, tal como sugere pesquisa do Latinobarômetro (2003), na qual 69% dos entrevistados concordam que “mais do que partidos políticos e Congresso, do que realmente precisamos é de um líder decidido que resolva os problemas”.

No mesmo sentido, a maioria dos respondentes, 52%, apoia a afirmação de que “eu não me importaria se um governo não democrático chegasse ao poder se ele pudesse resolver nossos problemas econômicos”. Assim, governos têm sido eleitos com discursos de mudança na lógica da condução da economia e de crítica mais ou menos aberta ao neoliberalismo, apoiando-se em setores organizados da sociedade como os movimentos sociais, em composições de centro-esquerda.

Quanto ao aspecto formal, autores como Schumpeter (1961), resgatando princípios elitistas, pensam a democracia como um sistema de instituições o qual se propõe a regular a competição entre indivíduos pelos postos de governo ou pelos postos que compõem o corpo intermediário que formará o executivo nacional. Para esse autor, dada a inexistência do que se entende por “vontade geral” e “bem-comum”, a preocupação estaria em garantir a regulação dessa disputa. Assim, para caracterizar uma democracia, seria suficiente a existência de possibilidades de os indivíduos apresentarem suas demandas às elites em determinados intervalos de tempo. Na mesma direção, outra concepção de grande influência é a de Samuel Huntington (1975), que entende a participação política das massas como desaconselhável, sob o risco de

levar os sistemas democráticos à paralisia e ao colapso. Por sua vez, Robert Dahl (1997) também centra sua análise na garantia de regras e procedimentos como forma de obtenção da estabilidade democrática - o que tem servido de base para a elaboração de diagnósticos um tanto quanto otimistas em relação aos regimes vigentes.

Contudo, muitos teóricos, no esforço de repensar a democracia representativa e as próprias relações de poder na sociedade, estão direcionando seus estudos na tentativa de superar as limitações postas pelos enfoques estritamente procedimentais e/ou institucionais. Nesse sentido, incorporam em suas teorias o papel desempenhado por segmentos cada vez mais amplos do corpo social. No campo da ciência política, vêm à baila, então, reflexões sobre a democracia participativa (PATEMAN, 1992), tentando resgatar o cidadão para uma atuação política mais crítica e consciente, superando sua condição de mero espectador. Também é importante a concepção de democracia radical (MOUFFE, 1996), buscando recuperar o princípio do conflito político num cenário em que emergem novos movimentos sociais, de modo a evitarem-se fundamentalismos. Já Habermas (1992) sugere um modelo de democracia que se baseia nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais de modo deliberativo - o que contrasta com a lógica da simples agregação mecânica do voto.

Essas contribuições são de grande valor para o debate teórico. Contudo, operam no marco de qual papel o cidadão *deveria* desempenhar na sociedade e têm como pressuposto “a aceitação da democracia como valor” (BAQUERO, 2001). Nesse sentido, elas parecem não serem totalmente adequadas para a compreensão da realidade do continente latino-americano. Questionando esse enfoque, é interessante observar que, no caso da América Latina, “apesar da emergência de novos grupos dominantes, a estrutura elitista do Estado e das instituições políticas não tem sido afetada radicalmente.” (BAQUERO, 2000, p. 88). E que, seja

através de um processo democrático-eleitoral, pactos políticos, ou através de meios autoritários de tomada do poder, as estruturas do Estado, particularmente os partidos, continuam a negligenciar, em maior ou menor grau, a ingerência política das massas no processo político. (*Ibid.*, p. 89)

Além disso, é preciso ressaltar que esses debates todos se dão no marco do regime político vigente. Nesse sentido, incorrem no risco de capturar somente o que se desenrola na superfície do processo estudado. Um esforço que pretenda perceber a complexidade de fatores em jogo, bem como seu alcance e enraizamento social, econômico e político deve ir além da forma institucional adotada pelo Estado, buscando entender o seu conteúdo, qual seja, a forma de organização da dominação social.

Desse modo, é importante localizar os fatores que se fizeram presentes no processo de transição democrática. A relação de dependência e subordinação que marcou o desenvolvimento da América Latina teve um conteúdo particular na virada dos anos de 1970 para 1980. O contexto de crise da dívida externa foi pano de fundo para a mudança de regime, ao mesmo tempo em que se preparavam as condições necessários para o giro ao modelo neoliberal no final da década de 1980. A simultaneidade desses fatores ocasionou sua combinação, deixando impressas na estrutura política e institucional dos países características muito particulares, as quais se fizeram sentir ao longo dos anos subsequentes. No bojo dessas particularidades, é provável que estejam contidas as contradições que - combinadas com o aprofundamento do modelo neoliberal e suas consequências - estiveram por trás das crises que abalaram o continente nos anos recentes.

Sob esse ponto de vista, a compreensão da atual situação de instabilidade política e crise social na América Latina demanda um estudo da gênese desse processo. Após observar as linhas gerais que caracterizam a transição para o neoliberalismo no continente, este estudo enfocará o caso específico da Argentina. Assim, será possível abarcar alguns pontos gerais que marcam o processo no continente e detalhar suas características a partir do estudo da gênese do *Argentinazo*, tendo em mira se elencarem alguns tópicos essenciais para o entendimento da dinâmica dos países da região nas últimas décadas.

2 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

Sob a perspectiva teórica deste estudo, é de grande importância salientar qual é o Estado de que falamos, ou seja, é necessário situá-lo na história. Enquanto algumas teorias compreendem o momento de surgimento do Estado como coincidente com o desenvolvimento dos Estados absolutistas, evoluindo, posteriormente, para o moderno Estado-Nação, a abordagem aqui adotada compreende-os como algumas de suas diversas configurações históricas. A forma estatal atual, na qual se insere este estudo, é decorrente das particularidades e características do momento histórico em que se configura, o capitalismo. Trata-se, portanto, de um Estado capitalista. Essa simples afirmação, no entanto, não é suficiente para a compreensão adequada de implicações teóricas e práticas, o que impõe a necessidade de uma discussão mais profunda da questão.

Tanto o senso comum quanto boa parte das teorias com razoável grau de aceitação no meio acadêmico desenvolvem suas explicações sobre as questões relativas à política partindo da premissa, mais ou menos explícita, da existência de um Estado neutro diante dos conflitos de grupos, classes ou frações de classes sociais. O Estado seria, então, uma espécie de árbitro, mediador e regulador *externo* dos diferentes interesses em jogo dentro da sociedade. Isso resulta da ideia de um “descolamento” da esfera da política em relação à esfera da sociedade e da economia.

A noção da existência de “esferas” absolutamente independentes dentro da sociedade capitalista não pode ser simplesmente negada, sob o argumento de tratar-se apenas de uma *ideologia*, no sentido de um conjunto de ideias falseadoras de uma realidade totalmente diferente. Do mesmo modo, seria ingênuo supor o contrário, isto é, a separação mecânica de relações político-ideológicas, econômicas e sociais. Assim, é preciso questionar: quais são os fundamentos materiais dessa concepção; quais são as consequências decorrentes dessas premissas para a análise das crises políticas.

A constituição histórica de uma sociedade pautada pela produção de mercadorias, pela apropriação privada do fruto do trabalho coletivo por meio de mais-valia e pela mercantilização das relações sociais (a sociedade capitalista), tem como demanda primeira para a produção de riqueza a existência de trabalhadores livres, capazes de vender sua força de trabalho em troca de um salário. Sua premissa fundamental é a existência de um mercado de compra e venda de trabalho no qual todos são, de alguma maneira, proprietários: uns de meios de produção e outros de sua capacidade de trabalhar. Tornado-se, portanto, iguais numa aparente relação de troca de equivalentes (Hirsch, 2005). Desse modo, a “liberdade” passa a ser uma condição necessária para a realização das trocas dessas mercadorias, incluindo-se a força de trabalho; e as leis de mercado são o fator regulador das relações econômicas. Por consequência, não há lugar para o uso direto da força.

O que essa ideia não revela são as consequências da separação radical entre trabalhadores diretos e a posse dos meios de produção. Contando unicamente com sua força de trabalho, eles são obrigados a vendê-la para prover sua subsistência. A menos que se considere a morte por inanição uma opção razoável, não é possível falar de liberdade no contexto dessas relações - trata-se de submissão. A apropriação do excedente produzido ocorre por meio de mecanismos internos à própria organização da produção. “Nesses sentidos, são as leis autônomas da economia e do capital ‘em abstração’ que exercem o poder, e não a imposição voluntária pelo capitalista de sua autoridade pessoal sobre o trabalhador.” (WOOD, 2003, p. 44). Ou seja, ao contrário de outras formas históricas de relações de produção, no capitalismo existe uma especificidade na relação entre o “político” e o “econômico”.

Tal especificidade delimita um espaço que se abre, permitindo afirmar, tal como sugere Hirsch (2005, p.167), que:

Por lo tanto, las condiciones capitalistas solo pueden entonces conformarse en plenitud si la coacción física experimenta una institucionalización independiente de todas las clases sociales, inclusive la dominante en términos económicos – precisamente en la forma del Estado.

Dessa institucionalização independente, surge a aparência de uma potência que se ergue por sobre as relações de classe. Essa situação é a base para a concepção de uma organização e funcionamento autônomos da produção econômica, baseados na “liberdade”, bem como para todo o corolário do pensamento liberal, principalmente a ideia de que o Estado não deve intervir no mercado, sob pena de interferir no funcionamento “natural” das relações de troca e de ferir a tão propalada liberdade.

Sendo assim, ainda permanece a pergunta sobre que papel restaria ao Estado. Se num momento é necessária essa institucionalização do político independentemente do econômico; noutro momento, a interferência estatal na economia é fundamental - o que constitui a complexa e dialética unidade das duas instâncias.²

Qualquer análise que se fundamente na separação mecânica entre o “econômico” e o “político” - principalmente as que se centram no “econômico” em detrimento do “político” - não é capaz de trazer à tona a contradição que existe entre as duas instâncias. Se no âmbito da produção, a exploração gera uma desigualdade cada vez maior; na esfera do Estado, é sancionada a todos a “igualdade” necessária para cobrir de legitimidade as relações econômicas.

Tal contradição entre desigualdade na materialidade das relações de produção e igualdade jurídico-política no Estado está na base da instabilidade democrática no continente. O aprofundamento dessa contradição tem acontecido através de um discurso cada vez mais defensor da democracia, baseado exclusivamente em seu aspecto procedimental e politicista, enquanto que o agravamento das desigualdades aprofunda-se cada vez mais. É em função disso que uma importante questão deva ser levantada neste estudo. Em que medida o discurso que afirma os grandes avanços no terreno da igualdade, na atual situação Latino-Americana, não vem perdendo progressivamente seu “lastro” e desvelando, por consequência, suas contradições? Esse assunto será analisado mais à frente.

Dado o fato de que as contradições inerentes ao aspecto econômico das relações sociais de produção tornam estas insustentáveis, ou seja, elas tendem ao permanente aprofundamento do

² A distinção aqui deve ser entendida em termos puramente metodológicos, não organicamente, como pensam muitos.

conflito entre as classes, deriva dessas contradições a necessidade da garantia, inclusive coercitiva, da reprodução das relações capitalistas (Cf. HIRCH, 2005). Sendo assim, o Estado é o fiador e organizador dessas relações sociais e, portanto, da dominação que elas concretizam (O'DONNELL, 1990). O que é muito diferente de afirmar que ele seja um instrumento *das* classes dominantes. Garantir a reprodução das relações sociais de exploração e dominação significa, em diversos momentos, atuar contra os interesses imediatos das classes dominantes a fim de garantir seus interesses estratégicos: continuar existindo enquanto classes dominantes. Da mesma forma, além de limitar-se a reprimir as classes dominadas, tal garantia também inclui concessões a fim de seguir reproduzindo-as enquanto classes dominadas. Em resumo, além da simples coerção, o Estado está comprometido com a reprodução das bases materiais para o consenso. Nesse sentido, sua atuação dá a ele, novamente, a *aparência* de externalidade. Tal fato recobre o que Poulantzas (1985) define como autonomia relativa frente à classe dominante.

Mas, a tarefa de garantir a reprodução das relações de classe, bem como a sua intrincada relação com a burguesia, depende igualmente de uma articulação dinâmica e muito complexa entre os aparatos de coerção e consenso os quais permitem que a burguesia exerça sua hegemonia na sociedade. Tais aparatos são a mediação necessária para que o Estado cumpra seu papel. Dividem-se em dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil e a sociedade política. Essa divisão é de caráter estritamente analítico, como ressalta Gramsci, compondo, na realidade, uma unidade maior, que é concebida como o Estado ampliado ou integral. À sociedade política, ou ao arcabouço institucional formal do Estado, correspondem centralmente funções coercitivas estatais. Já à sociedade civil, composta pelos aparelhos privados de hegemonia, tais como partidos, sindicatos, imprensa, entre outros, correspondem, de forma preponderante, as funções da organização do consenso. No bojo desses aparatos, os “encarregados” pelo cumprimento de tais funções são os intelectuais, que desempenham papéis de organização, elaboração, reprodução e direção política e ideológica. Como afirma Gramsci (2001, v. 2, p. 21):

Estas funções são, precisamente, organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘encarregados’ pelo grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa à vida social pelo grupo dominante fundamental, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e portanto da confiança) derivado pelo grupo dominante de sua posição e de sua

função no mundo da produção; 2) do aparelho da coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina daqueles grupos que não 'consentem' nem ativamente nem passivamente, mas que está constituído por toda a sociedade em previsão dos momentos de crise no mando e na direção nos quais o consenso espontâneo falta..

Contudo - é preciso enfatizar - essas funções são preponderantes, mas não exclusivas, estando presentes tanto num plano como no outro, dado que formam uma unidade. Assim, a relação dos intelectuais com o mundo da produção é mediada pelo conjunto das superestruturas das quais eles são funcionários, de modo a refazer a unidade dialética entre sociedade civil e sociedade política, entre direção e dominação. Do mesmo modo que tais aparatos são mediação entre a classe hegemônica e o restante das classes e frações de classe, garantindo àquela, portanto, a supremacia sobre toda a sociedade, que se manifesta como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. (GRAMSCI, v. 5, p. 62).

Através da obtenção do consenso, que, no limite, tem como lastro a coerção, a burguesia exerce sua hegemonia sobre a sociedade, afirmando seu projeto não mais como um “projeto de classe”, mas enquanto “projeto universal”, assimilando o conjunto das classes de forma a garantir a máxima expansão das suas condições de reprodução.

A partir desse debate mais aprofundado, é possível chegar à forma que o Estado se apresenta diante da sociedade. Para tanto, parece adequada a definição, também poulantziana, de que a forma-Estado é a condensação institucional de determinadas correlações de força entre as classes (GRAMSCI, 1985). Desse modo, é possível afirmar que as diferentes formas estatais (ditaduras ou democracias parlamentares, por exemplo) decorrem das alterações mais ou menos profundas na relação de força entre as diferentes classes em conflito. Os conflitos existentes na sociedade deixam impressas suas marcas na estrutura material do aparelho estatal. Essa estrutura, então, passa a ser compreendida como lugar do conflito.

Com base na discussão feita até aqui, é possível apontar que boa parte das teorias vigentes são incapazes de fazer uma análise que dê conta do debate acerca dos atuais regimes políticos na América Latina. As abordagens que se concentram exclusivamente nas regras e procedimentos de escolha de governantes, negam-se a compreender o fato de que os regimes políticos, inclusive a

democracia, não possuem um funcionamento indeterminado, independente de uma estrutura. Mas essas teorias, apesar de tudo, tiveram e ainda têm inegável influência, principalmente sobre as elites governantes, a ponto de Borón (2002, p 12) afirmar que a “ingenuidade de nossos dirigentes os levou a pensar que bastava a redemocratização para que certos problemas estruturais do capitalismo latino-americano se dissolvessem no ar.”

Nessa relação com o modelo de acumulação e suas contradições internas, os regimes políticos vão-se configurando. Historicamente, isso se constata após a primeira grande Guerra, a Revolução de 1917 na Rússia e o *Crack* de 1929, onde os novos modelos que surgiram, baseados numa forte centralização e organização da economia pelo Estado, a ponto de este ganhar diversos rótulos (como: *benefactor*, *welfare*, keynesiano) - demarcaram a passagem de uma

forma estatal que fundava seu domínio classista sobre a desorganização e exclusão das massas – assim como a atomização da sociedade civil – a outra de tipo ‘ampliada’, que integra as classes subalternas e que faz repousar a hegemonia burguesa em sua capacidade para organizá-las ‘dentro’ do Estado e em função dos interesses dominantes. (BORÓN,2002, p. 21).

Para tanto, o sufrágio universal foi fundamental, mas não suficiente. O Estado viu-se obrigado a fazer um conjunto de concessões que se materializaram na forma institucional de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, bem como no reconhecimento e institucionalização das organizações das classes subalternas através das políticas neocorporativistas.

Com o esgotamento desse modelo a partir de 1973, a rearticulação da burguesia sob o espectro ideológico neoliberal, elaborado por intelectuais como Milton Friedman, deu início, com notável voracidade, a um conjunto de ataques às conquistas da classe trabalhadora oriundas da fase anterior. Assim como no século XIX, o Estado mais uma vez passa a ser encarado como o *locus* do autoritarismo, e o mercado ressuscitado como o reino da liberdade. Contudo, nesse contexto, não é possível ignorar uma diferença qualitativa. Se no século XIX o capitalismo vivia sua época concorrencial, no século XX, passará para sua fase monopolista. De acordo com os ideólogos dessa corrente - que se tornou um novo senso comum entre os grupos dominantes - é

preciso desmontar aquele Estado para que se permita às inovadoras e eficientes forças do mercado regular as relações sociais.

Dessa maneira, a democracia começa a mudar de conteúdo, sendo esvaziada dos impulsos igualitaristas reais que lhes foram impressos pela luta das classes subalternas desde os anos 1930. Contraditoriamente, porém, ela passa a servir de fórmula para a restauração da economia de mercado nos países do Leste europeu nos anos 1980. Na América Latina, onde está centrada a análise deste estudo, os modelos de tipo desenvolvimentista também entraram em fase de esgotamento, mas a questão posta para as transições que se realizavam era como impedir que os novos regimes democráticos se tornassem disfuncionais aos requisitos de acumulação postos pelo neoliberalismo. Isso fez com que eles mudassem também sua forma, através de um profundo processo durante a transição de um modelo ao outro, indo desde transformações institucionais, reformas, alterações nas legislações trabalhista e previdenciária, privatizações, até seu formato mais acabado ao fim das décadas de 1980 e 1990.

Portanto, as democracias na região viram-se atravessadas por tensões que revelavam e revelam, cada vez mais nitidamente, as tendências e contratendências que se cristalizam em frágeis equilíbrios de forças entre as classes e frações delas. Do ângulo das formas cambiantes desses equilíbrios – ou seja, das contradições que abalam constantemente as correlações de força particulares em cada país e no continente -, é possível melhor compreender a situação de instabilidade permanente dos regimes políticos da região nos últimos anos e suas expressões mais agudas, que se traduziram nas crises da virada do século XX.

A partir dessa perspectiva torna-se possível pensar, de um modo não reducionista, a articulação existente entre crise econômica e crise política, estabelecendo a complexa relação existente entre ambas. A categoria crise *per se* é demasiado genérica, precisando ser definida de forma a dar conta dos diferentes níveis de abrangência e profundidade que esta pode tomar nos casos estudados.

Nesse sentido, Guillermo O'Donnell (1990) sugere uma tipologia bastante interessante para os objetivos desta investigação:

1- Num primeiro nível estaria a *crise de governo*, que exporia a fragilidade de governos perante grupos de pressão, sua perda de autoridade, chegando à troca ou abandono de cargos por funcionários do alto escalão ou mesmo por governantes.

2 - Outro tipo seria a *crise de regime*, na qual, para além da expulsão de altos funcionários ou governos, haveria o questionamento dos canais de acesso aos papéis de governo estabelecidos e a proposição de novos critérios de representação política. Em verdade, revelaria desacordos potencialmente “explosivos” entre as elites que competem. O autor faz a ressalva de que esses dois tipos de crise se desenvolvem na superfície da arena política, não questionando a dominação social como um todo.

3 - Uma terceira variante seria a *crise de expansão da arena política*. Esta ocorreria quando grupos, partidos ou movimentos interpelassem classes ou setores da sociedade no sentido de estabelecer identidades coletivas conflitivas com os grupos estabelecidos no poder. O resultado possível seriam transformações no Estado para absorver os sujeitos políticos que emergem como causa dessa crise. Contudo, não implica necessariamente mudanças na dominação social ou mesmo colapso do governo ou regime.

4 - O quarto tipo seria a *crise de acumulação*, na qual as classes subalternas alterariam a “normalidade” econômica com ações e reivindicações contraditórias à estabilidade e à acumulação da economia. Se a manifestação imediata desse tipo de crise ocorre no terreno da economia, sua solução encontra-se no terreno da política, tendo-se em vista a recomposição da correlação de forças anterior.

5 - O quinto nível de crise é a *crise de dominação social*. Através de rebeldia, subversão e questionamento de quem manda, inclusive no local de trabalho (de reivindicações excessivas a expropriações), a relação das classes mostra-se abalada, expondo as falhas do controle ideológico e coercitivo do Estado. Esta também é uma *crise do Estado*, enquanto sistema de dominação, ficando este debilitado no seu papel de garantir a coesão e a reprodução da estrutura de classes. A crise do Estado pode ainda se desdobrar em mais dois tipos.

6 - O sexto tipo, no qual a crise de dominação combina-se com as anteriores:

Ou seja, a combinação da primeira – que por si mesma se limita aos interstícios celulares da sociedade – com partidos e/ou pessoal governamental que, inserindo-se com aquele sacudimento celular, propõem dos grande cenários políticos novos critérios de representação e novos sujeitos políticos dominantes para a instauração de uma nova ordem social, não já a recomposição da existente. (O'DONNELL, p. 56).

7 - A sétima possibilidade de crise seria referente às tentativas armadas de minar o poder coercitivo do Estado, não necessariamente pressupondo a ocorrência das anteriores. Com efeito, as crises de tipo 1, 2, 3 e 4 não questionam nem desvelam a dominação social. Já as crises de tipo 5, 6 e 7 são, segundo o autor, *crises de hegemonia*, no sentido de serem crises do Estado no cumprimento de seu papel. Desse modo, vale destacar que não se trata de simples crise da aparelhagem institucional estatal, sua aparência; mas da essência do Estado.

Com efeito, “a crise econômica cria um ‘terreno favorável’ para a crise política na medida em que ela compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem” (BIANCHI, 2002, p. 6) - o que, combinado com o profundo descrédito das instituições democráticas, faz com que transborde a arena parlamentar e institucional de maneira geral.

É importante ressaltar a contribuição de O'Donnell para este estudo. Sua tipologia das crises está baseada numa diferenciação implícita das instâncias estruturais das relações de poder. Aquelas se situam, portanto, entre três planos analíticos: Estado, regime e governo.

Desse modo, a situação das frágeis democracias latino-americanas poderia ser compreendida num sentido mais amplo. A contradição geral existente entre a desigualdade econômica produzida nas relações de produção e a igualdade jurídico-política imputada aos “cidadãos” pelo Estado é de suma importância e serve de ponto de partida para explicar a constante instabilidade de regimes políticos, como os do continente.

A questão chave está na compreensão de que essa contradição fica oculta, enquanto a burguesia exerce sua hegemonia, garantindo-lhe a adesão dos demais grupos ao seu projeto através da universalização e naturalização de uma concepção de mundo sua. Isso é decorrente das

funções desempenhadas pelos aparatos de coerção e consenso entranhados na sociedade civil e na sociedade política.

Contudo, na medida em que tais funções sejam comprometidas, Gramsci (2001, v. 5, p. 64) sugere que:

Assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado.

Trata-se, portanto, de uma crise de hegemonia. Na perda de suas funções, o grupo dominante não consegue mais garantir a coesão das frações aliadas, bem como não consegue mais manter as bases materiais necessárias para o consenso das classes subalternas. Nesse ponto, o elemento de coerção torna-se mais evidente, abrindo espaço para questionamentos e conflitos. Da mesma forma, essa situação é agravada com a perda do apoio ou mesmo o choque interno com as frações aliadas, deixando o grupo hegemônico ainda mais enfraquecido. Além desses fatores, a situação econômica pode ser outro agravante, tal como acontece nos atuais países latino-americanos, que se encontram com suas margens de intervenção muito reduzidas devido às políticas neoliberais implementadas, bem como à situação de endividamento externo e às políticas de superávit primário - fator limitador para a ação dos governos.

É preciso acrescentar ainda o fato de que, se as formas do Estado (estruturadas em diferentes níveis) decorrem da cristalização das correlações de força entre as classes e são, em diferentes medidas, diretamente influenciadas pelas alterações dessas correlações decorrentes das crises, estas, por sua vez, tendem a se expressar também nesses níveis estruturais das relações de poder.

Assim, quando a unidade entre representantes e representados rompe-se, comprometendo a direção política do grupo dominante e tornando evidente a coerção, abre-se espaço para o questionamento dos governos. A perda de legitimidade ocasiona o afastamento da base social de sustentação desses grupos, deixando seu poder “suspenso no ar”. Esse processo caracteriza-se “pela ruptura da passividade de certos grupos sociais e por sua entrada ativa no cenário político,

desequilibrando arranjos de poder que tendiam a excluí-los.” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p.22). A dinâmica desses processos pode evoluir para níveis mais profundos, abalando os mecanismos institucionais que regulam o acesso aos postos de governo, produzindo-se, então, uma crise de regime.

Dependendo da força, organização e programa das classes subalternas, assim como do grau de coesão e capacidade de resposta das classes dominantes - ou seja, da correlação de forças estabelecida -, tal crise pode chegar ao questionamento das relações sociais de dominação, tornando-se uma crise do Estado, em seu sentido ampliado. Este seria o momento mais intenso da crise de hegemonia. Evidentemente a relação não é linear na evolução desses processos. Uma crise em âmbito de governo, por exemplo, pode gerar uma reconfiguração das alianças entre as frações dominantes, levando a uma substituição do grupo hegemônico. Desse modo, a fração do capital que exerce a direção política da classe dominante poderia ser substituída de modo a dar lugar a uma fração mais apta a responder às necessidades de organizar novamente o consenso com as classes dominadas. Da mesma forma, uma crise mais profunda na esfera do regime poderia, dependendo da correlação de forças em sentido pleno,³ levar a um desfecho de tipo autoritário, como um golpe de Estado por algum grupo da classe dominante, de forma a reorganizar o exercício da hegemonia, sob predominância da coerção.

Diante disso, é possível compreender a relação entre a natureza de classe do Estado, o papel desempenhado por ele no capitalismo em sua intrincada relação com a burguesia e as formas que adquire - mediadas pela correlação de forças entre as classes em luta - com as contradições inerentes ao sistema. Do mesmo modo, o desvelamento dessas contradições - que atravessam as relações de poder em seus distintos níveis - e a crise de hegemonia então produzida podem ser analisados na sua relação com os instáveis equilíbrios de força entre as classes e com o grau de profundidade que atingem governo, regime e Estado na estrutura das relações de poder..

³ Força resultante da capacidade de mobilização, do grau de organização e do nível de elaboração da ideologia da classe dominada - o programa e seu enraizamento na classe.

3 AMÉRICA LATINA - NEOLIBERALISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO: UM PROCESSO COMBINADO

Para compreender o processo estudado é necessário entender sua gênese, as condições em que acontece e quais são os fatores que criaram tais condições. Assim, é preciso fazer um breve retorno ao que representou a expansão da democracia no século XX e à ascensão e crise dos modelos de desenvolvimento que a ela se relacionaram. Do mesmo modo, entender o complexo caminho percorrido pelos regimes políticos latino-americanos, que, além da dinâmica interna, também estiveram intrinsecamente ligados ao processo mundial. Também se deve avaliar como as classes e frações de classes comportaram-se, suas articulações e os espaços em que se movimentaram - entendidos estes como fortemente influenciados pela estruturação econômica e pelas relações de dependência.

3.1 Evolução Histórica da Democracia no Século XX

A profunda crise que o capitalismo enfrentou após a Primeira Guerra mundial, a Revolução russa e principalmente o *Crack* da bolsa de valores de Nova Iorque abalaram profundamente as relações de classe, bem como desorganizaram a economia em todo o mundo. Suas consequências fizeram necessário um conjunto de mudanças que abriram uma nova fase no capitalismo. Tal como sugere Borón (2002, p. 69):

só um Estado que tenha desenvolvido uma base social de massas – e que, precisamente por isso, seja congruente com suas demandas – é capaz de cumprir a tarefa reparadora e compensadora da barbárie ‘civilizatória’ desencadeada pelo mercado..

Diante disso, o Estado viu-se obrigado a passar por uma profunda transformação, tendo que rearticular seus aparelhos de coerção e consenso, de forma a ampliar sua base social para

recuperar a estabilidade ameaçada pela crise. Ou seja, perante a crise que abalou a hegemonia burguesa e a legitimidade do Estado, a “integração política dos setores populares, na qualidade de apoios efetivos e estabilizadores consensuais da nova hegemonia burguesa, exigiu a democratização do Estado capitalista.” (BORÓN, 2002, p.77).

Nesse sentido, a democracia, que até então era algo ainda bastante limitado, passa a ganhar novo sentido e novo conteúdo. Para a conquista do consenso ativo das camadas subalternas foi preciso o apoio em bases políticas e econômicas, de maneira a alterar a forma do Estado, sua relação com a sociedade e toda a organização da dominação política, de modo que aquele ganhou uma centralidade até então não vista no capitalismo. Ao contrário do velho papel atribuído pelos liberais clássicos de *gendarme* noturno, sua interferência na economia e sua capacidade de assimilação de amplos setores, até então totalmente excluídos da vida política, ganham peso decisivo. Tal foi o significado político e social do chamado Estado keynesiano. Em decorrência, toda sua estrutura institucional viu-se alargada. Do mesmo modo, que ele passou a ser um dos principais agente econômicos, através do significativo aumento de sua capacidade de intervenção e regulamentação. “O moderno estado do capitalismo keynesiano possui uma estrutura mais robusta do que a que caracterizava seu frágil precursor liberal.” (BORÓN, 2002, p.79).

A simples formalização da igualdade política, sintetizada na ideia de *cidadania*, e particularmente na extensão do sufrágio, não era, porém, suficiente para obter o consenso popular. O estatuto de igualdade política perante o Estado necessitou de um substrato material para sustentar-se. Tal como observa Borón (2002, p.74),

Da cidadania formal e abstrata tinha que emergir uma material e concreta, mudança tanto mais urgente quanto, depois da guerra, a legitimidade dos Estados burgueses havia sofrido erosões significativas e só podia ser refundada sobre o ativo consenso das massas dominadas. .

Uma das expressões dessa reorganização nas relações sociais foi a emergência do corporativismo, que significou um novo tipo de relação entre Estado, capital e trabalho. Principalmente na Europa, mas com certas semelhanças, na América Latina, as organizações

sindicais cresceram significativamente e ganharam, em diferentes graus, reconhecimento estatal. Um aspecto fundamental, como sugere a teoria corporativista, é o *reconhecimento dos diferentes grupos* na sociedade e a diversidade de interesses. A divisão desses grupos se dá a partir da *divisão social do trabalho*, e o Estado cumpre o importante papel de intermediador dessa relação. Isto é importante devido ao reconhecimento (inclusive no plano político) dado aos antagonismos sociais, particularmente àqueles relativos às relações de produção.

O ponto fundamental da discussão sobre o arranjo político corporativo, nesse momento do capitalismo, reside no fato de que, como sugere Schmitter (1992, p. 39):

la corporativización de la representación de intereses está relacionada con ciertos imperativos básicos o necesidades del capitalismo para reproducir las condiciones de su existencia y acumular continuamente nuevos recursos.

Na medida em que os conflitos trabalhistas pudessem comprometer as condições necessárias para a acumulação de capital, os arranjos corporativos foram se estabelecendo como resposta a possíveis instabilidades. Tanto capital quanto trabalho passaram a estar representados em esferas de negociação, elaboração e intervenção, atuando juntamente ao Estado. Tal como afirma Lehbruch (1992, p. 198) “la formación del consenso en el corporativismo liberal depende en gran parte del grado en que el movimiento sindicalista esté integrado al proceso de formación de políticas.”

Desse modo, ante a fragilidade em que se encontravam as classes dominantes, e as necessidades impostas pela crise, as classes dominadas conseguiram exercer uma pressão que se materializou nesses novos arranjos institucionais, ocupando espaços políticos mais amplos, ainda que tais arranjos fossem marcados por profundas contradições. Ao mesmo tempo, o Estado também se viu redimensionado, com a ampliação dos direitos políticos, assentada sobre uma igualmente forte ampliação dos direitos sociais, concretizada na universalização de serviços públicos, uma pesada legislação trabalhista e uma marcante política redistributiva.

Assim, a reorganização da acumulação capitalista, bem como a retomada de um equilíbrio nas relações de força entre as classes resultou nessa nova composição nos países capitalista avançados.

3.2 América Latina: Desenvolvimento, Dependência e Regimes Políticos

Já nos países periféricos, o mesmo processo evoluiu de maneira mais complexa. As particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo na América Latina tiveram resultados que não podem ser ignorados na análise dos processos políticos da região. Sua inserção na economia mundial, em função dessas particularidades, ocorreu de forma subordinada - o que determinou um desenvolvimento desigual em relação aos países centrais, caracterizando-se essas economias como dependentes. As consequências dessa forma de inserção estão presentes na evolução econômica e nas formas políticas assumidas pelo Estado, bem como na sua relação com a sociedade civil.

Em função dessas diferenças, um profundo debate se estabeleceu no continente, polarizando, por um lado, posições decorrentes de uma concepção de desenvolvimento que entendia este como processo autônomo para cada país, devendo as nações subdesenvolvidas “reproduzir os passos” das nações centrais, de modo a atingir o mais rapidamente o mesmo patamar de diferenciação e organização econômica. Tal visão esquemática, evidentemente, teve diversas variantes em sua abordagem, porém, conservou esse núcleo central que entendia a mudança social como um processo sequencial de estágios e, portanto, composto de tarefas a serem realizadas pelos distintos atores sociais e políticos. Disso decorreu a concepção nacional-desenvolvimentista, que teve como um de seus centros de elaboração e difusão a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – cuja influência na região foi notória, dando sentido e orientando práticas de diferentes setores econômicos e políticos. No outro lado dessa polarização, no qual este trabalho pretende situar-se, constituiu-se um conjunto de teorias que acentuavam o caráter dependente das economias periféricas como determinante de suas características. Os traços particulares que estas adquiriram ao longo de sua história não poderiam ser entendidos como consequência de fatores desviantes de um curso “normal” de evolução, passíveis de serem corrigidas mediante uma orientação de desenvolvimento linear. Deveriam ser

vistos como a expressão necessária de uma forma própria, a saber, subordinada, de inserção no processo produtivo internacional. Depreende-se desse raciocínio a ideia de totalidade do sistema capitalista mundial, cujas manifestações nacionais, em sua desigualdade característica, revelam nada mais que a combinação desigual que constitui esse todo, organicamente integrado.

Na verdade, esse terreno teórico abrigou diversos matizes e mesmo fortes polêmicas, os quais, por razões de coerência e clareza na exposição, não poderiam ser abarcados em sua totalidade neste estudo. Ainda assim, pelo valor explicativo que preservam para a compreensão da realidade latino-americana, é necessário fazer uma breve retomada do processo econômico e político da região - não só do momento em que se inserem (décadas de 1960 e 1970), mas também do período que se sucede. Tal recuperação dar-se-á aqui a partir da visão de dois de seus principais expoentes: Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.

Com a crise do capitalismo, entre a primeira e a segunda Guerra Mundiais, a alteração do funcionamento da produção de riquezas em escala mundial modificou o papel da América Latina nas relações econômicas internacionais. Esse processo significou uma forte mudança na composição dos sujeitos políticos na região. O setor agrário ligado à exportação ficou abalado; e o setor industrial, que começava a surgir nas décadas anteriores, encontrava-se agora em condições mais favoráveis de disputa por uma política de desenvolvimento que lhe favorecesse. Diante disso, a diferenciação dos setores dominantes com seus interesses característicos delineou projetos de desenvolvimento que entraram num embate do qual resultaram os arranjos políticos e equilíbrios de força que definiram o tipo de desenvolvimento alcançado nos diversos países.⁴ Como consequência, foi se configurando o espaço que permitiria que o eixo da acumulação na América Latina se deslocasse, da produção centrada em alimentos e matérias-primas, para a indústria, modernizando-se as economias na região.⁵ Tal processo foi produzindo as condições para que um novo modelo de acumulação se consolidasse, apontando não mais para o mercado externo como destino da produção nacional, mas incluindo agora um giro para o mercado interno. Isso foi despertando um otimismo, principalmente de setores nacionalistas:

⁴ Cf. Cardoso e Faletto (1973).

⁵ Cf. Marini (2000).

Pareceria ser, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a corrigir-se e que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos. Foi sobre esta base que prosperaram, na década de 1950, as distintas correntes chamadas de desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer. (MARINI, 2000, p. 137).

A tarefa que se colocava, portanto, era a superação do atraso das economias latino-americanas em relação às dos países centrais, a partir de uma orientação voltada para a substituição de importações. Com o processo de industrialização que estava sendo levado a cabo, o eixo da produção poderia não mais depender do mercado externo - que nesse momento estava abalado pela crise mundial -, mas voltar-se para o mercado interno, ao mesmo tempo que passaria a produzir os artigos até então importados dos países mais industrializados.

O setor industrial, que começava a ter peso mais efetivo, no entanto não se sobrepôs totalmente ao setor agroexportador. Em verdade, isso era impossível. Como o Estado transformava-se na mola propulsora da modernização econômica, o capital necessário para financiar a industrialização vinha do setor agroexportador. Com as dificuldades de exportar devido à crise, o Estado interveio no auxílio desses grupos com acordos comerciais desvantajosos que garantissem o escoamento da produção - o que permitiu que se mantivessem em atividade. Da mesma forma, dada a dificuldade de importar, reforçaram-se as condições favoráveis à indústria nacional de modo a reforçar o esquema.

Esse processo foi constituindo um novo arranjo entre as frações de classe dominantes: o que Marini (1998) denominou de “Estado de compromisso”, em que as duas frações da burguesia latino-americana estabeleceram relações de certa complementaridade. Isso, contudo, não significou a ausência de conflitos, principalmente em torno da política cambial e de crédito. Os choques estiveram permanentemente presentes. Com o avanço da indústria e o crescimento das cidades, outro grupo social foi ganhando peso político de modo a poder influenciar a balança de poder: o proletariado e as massas urbanas. Como recurso nas disputas, a burguesia industrial buscou apoio nesses setores, particularmente, na classe operária. Mas a construção do consenso ativo desse sujeito ao projeto desenvolvimentista exigia um lastro material objetivo, bem como

uma ideologia que desse sentido e coesão ao novo arranjo. Os regimes que se firmaram nesse processo foram denominados populistas. Como forma de consolidar a aliança, ocorreu a incorporação dos referidos setores ao Estado, principalmente, pela legislação trabalhista e sindical de natureza corporativista.⁶ Em casos como o do Brasil, por exemplo, os sindicatos estavam diretamente vinculados ao Ministério do Trabalho, perdendo sua autonomia e passando a representar os interesses do Estado dentro das categorias que formalmente representavam.

Apoiando-se nas massas populares urbanas, seduzidas por sua fraseologia populista e nacionalista, mas muito mais concretamente por suas propostas de redistribuição de renda, a burguesia tenta pôr em andamento um novo esquema de poder, no qual, pelo apoio das classes médias e do proletariado e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja possível se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. (MARINI, 1998, p. 120).

Já na Argentina, tiveram uma institucionalização anterior, o que significou, segundo Murmis e Portantiero (1973), uma certa autonomia em relação ao Estado. Ainda que isso não tenha inviabilizado sua posterior articulação com aquele, porém, tal particularidade esteve fortemente vinculada com o desenvolvimento do peronismo.

Sob essas circunstâncias foi se delineando uma forma político-institucional que acomodava os contraditórios interesses em jogo, tanto das frações dominantes em disputa, quanto do novo grupo social que entrava em cena com o avanço da industrialização. Neste tocante, é importante ressaltar que a entrada da classe trabalhadora encerra algumas contradições que acentuaram a instabilidade política desse arranjo por representar um elemento de permanente risco para o esquema de dominação. Ainda que tenha cumprido o papel de base de apoio para os setores médios e burgueses industriais,⁷ a classe trabalhadora representava sempre certo perigo, dada a possibilidade da perda de seu controle por parte dos grupos que nela se apoiavam. Disso

⁶ Como descreve Schmitter (1992), o corporativismo de tipo estatal surge numa situação de equilíbrio de forças entre as classes, na qual a instabilidade não pode ser resolvida por dentro do jogo de competição entre os grupos, e o Estado se vê obrigado a intervir, criando corporações com monopólio de representação e incorporando-as através de arranjos institucionais específicos. O autoritarismo é um forte traço na relação com os movimentos sociais de forma a garantir a disciplina necessária ao seu funcionamento. Tal como sugere o autor, este parece ser o caso dos diversos países da América Latina, bem como de alguns países europeus, como Grécia, Portugal e Espanha.

⁷ Cf. Cardoso e Faletto (1973).

decorreu uma relação contraditória em vários momentos. Se, por um lado, os setores urbanos, operários e populares poderiam alterar a balança de poder em favor da burguesia industrial nacional, favorecendo sua situação na disputa política com o velho setor agrário-exportador; por outro lado, esse mesmo risco da perda de controle de suas demandas a forçava a ter cautela, podendo, em circunstâncias limite, aliar-se aos adversários para a garantia de seus interesses estratégicos: o não comprometimento do esquema mais geral de dominação capitalista.

Segundo Cardoso e Faletto (1973), o Estado teve seu papel fortemente acentuado, mudando o caráter de sua ação: se na etapa anterior atuava centralmente como mediador da política de investimentos estrangeiros - expressando os interesses dos grupos exportadores e latifundiários -, agora se tornava o responsável pelas medidas de proteção do mercado interno, através das tarifas alfandegárias; financiador da industrialização, através da transferência de rendas do setor exportador para o setor interno; e o criador das condições necessárias para que se concretizasse a substituição de importações, com os passos decisivos na criação da infraestrutura nacional e da indústria de base.

* * *

A busca por certo desenvolvimento dos países periféricos baseava-se na lógica da evolução linear, de trilhar uma sequência de passos que permitisse, num certo tempo, atingir patamares de desenvolvimento semelhantes aos dos países europeus ou dos Estados Unidos. O problema era que a meta desenvolvimentista desconsiderava a natureza dependente das economias latino-americanas e a influência direta dessa dependência no curso de seu desenvolvimento. Além disso, as condições históricas sob as quais se assentava o desenvolvimentismo começavam a mudar. O que, por sua vez, abria o terreno para mudanças no modelo instalado.

Antes de verificar tais mudanças, e mesmo para poder entendê-las, é preciso analisar algumas conclusões dos autores aqui mencionados. Para Cardoso e Faletto (1973, p 93),

a industrialização lograda nesses casos não foi, em um primeiro momento, o resultado da ascensão, paulatina ou revolucionária, de uma burguesia industrial

típica. Essa industrialização representou mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até o popular urbano, do que a imposição dos interesses e da vontade de domínio de uma ‘burguesia conquistadora’

A constatação dos autores de que o desenvolvimentismo é resultante de arranjos e acordos decorrentes dos embates do momento imediatamente anterior é insuficiente para a explicação do momento posterior. Também não abrange com a devida clareza os fatores que determinaram esse resultado.

O processo de industrialização por que passou a região ocorreu, tal como sugere Marini (2000), sobre as bases de uma economia voltada para a exportação, de forma a atender a uma demanda do mercado mundial que *já* existia, e resultou do fato de que seu desenvolvimento não podia se apoiar centralmente no atendimento de uma demanda interna. Marini identifica uma estratificação no mercado interno das economias dependentes, o qual se diferencia na “baixa” esfera de circulação - de que participam os trabalhadores e que deveria sustentar a produção interna, realizando-se em larga escala -, e na “alta” esfera de circulação - própria dos não-trabalhadores, realizando-se no fluxo de mercadorias que os trabalhadores não podem adquirir e sendo, pois, mais restrita. Tal linha de argumentação aponta para a influência da relação de dependência, que se constatava já antes da mudança de modelo, na própria implementação deste, determinando seus limites e contradições inerentes.

Como não existiu uma pressão forte o suficiente para priorizar a produção que atendesse à esfera da baixa circulação mercadorias, ou seja, a produção dos artigos de consumo popular, adquiridos principalmente pela classe trabalhadora, a consequência dessa lógica foi a reprodução da acumulação baseada na superexploração⁸ do trabalhador e da “separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia” (MARINI, 2000, p. 141), dado que a indústria seguia tendo como eixo a produção de artigos suntuosos (relativos à alta esfera de circulação), atendendo prioritariamente a uma demanda externa e, em menor medida, a uma pequena demanda interna das classes altas e médias. Como resultado, era cada vez menos

⁸ Sobre o conceito de superexploração, ver o artigo citado de Marini (2000).

provável que se constituísse uma efetiva demanda interna por produtos populares, capaz de fazer a produção girar efetivamente sobre o mercado nacional, tal como nas economias centrais. Além disso, não é possível ignorar o peso da pressão imperialista, principalmente após sua recomposição posterior ao segundo pós-guerra, intervindo na defesa de seus interesses na América Latina, pressionando pela liberalização dos mercados e a derrubada das barreiras alfandegárias - política que encontrava eco nos setores agroexportadores. Esses fatores, por um lado, limitavam o desenvolvimento da burguesia industrial, impedida de se apoiar num mercado plenamente constituído e, assim, de constituir-se num peso político efetivamente diferenciado. Por outro lado, como o setor agroexportador foi quem forneceu a renda necessária para a constituição e manutenção até o momento dessa política, este nunca deixou de ter um relativo peso político frente ao setor industrial nacional.

Como é possível observar nessa breve recuperação do processo econômico e político da região,, a condição de dependência impedia a burguesia de desenvolver-se plenamente ao mesmo tempo que não deixava os grupos conservadores declinarem definitivamente, restando como alternativa as “políticas de acordos”.

Isso nos leva a outra conclusão importante, tal como sugere Marini (2000, p. 143):

A transição de um modo de acumulação a outro se torna, então, difícil e se realiza com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que a longo prazo agirá no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo conduto a busca de soluções aos problemas de realização encarados pela economia industrial. [...]Esse mecanismo é o recurso à tecnologia externa, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho

Portanto, começavam a surgir pressões que apontavam para a necessidade de os países latino-americanos realocalizarem-se na economia mundial. Era preciso reduzir o protecionismo dos países da região e adotar políticas que favorecessem a entrada de investimentos externos. Ao mesmo tempo, isso possibilitaria desafogar o setor exportador, descontente com os sacrifícios impostos pelo protecionismo.

Para tanto, alguns fatores, resultantes das alterações que começavam a ocorrer na situação mundial, contribuíram de forma decisiva. Como foi dito anteriormente, as economias centrais

havia se reorganizado e, sob a batuta norte-americana, superado a crise que se prolongava desde a Primeira Grande Guerra. Com isso, a concentração de capital nas mãos das grandes corporações assegurou-lhes uma tal quantidade de recursos que resultou na necessidade de investimentos no exterior. Além disso, no período anterior de crise, as economias dependentes obtiveram importantes avanços na criação da indústria de base e de uma infraestrutura que tornasse possível o avanço da industrialização. Combinado a esse fator, o desenvolvimento apoiado na superexploração, herança do modelo anterior, oferecia uma mão-de-obra barata e suficiente para tornar a região bastante atrativa para o investimento externo.

Assim, as contradições que foram se acumulando no decorrer desse processo, começavam a forçar mudanças no padrão de acumulação. Tais mudanças, entretanto, não iriam ocorrer sem a influência dos fatores acima mencionados - os quais, vale destacar, Cardoso e Faletto desconsideraram em suas análises. Esses autores entendem a estagnação do que chamam de “auge da substituição fácil de importações” como o momento da “perda de velocidade na dinâmica do processo substitutivo.” (1973, p.124) Sem deixar claro o que está por trás de tal perda de velocidade, afirmam que a saída posta está na associação entre empresas nacionais e grupos monopolistas estrangeiros, ainda que não apontem com maior precisão as consequências de tal associação e tampouco considerem o fato de ser uma associação entre sujeitos desiguais em termos políticos e econômicos. Com efeito, o que afirmam os autores é que isso produziria uma cisão na estrutura de grupos e classes sociais:

Haverá um proletariado mais “moderno” e outro mais “tradicional”; um setor empresarial que controla a indústria de alta produtividade e tecnologia desenvolvida e um setor industrial “tradicional”, ou seja, o que se constituiu durante a etapa de substituição fácil de importações; e assim por diante. [...] A dinâmica social e política deve ser buscada, pois, no enfrentamento e no ajuste entre os grupos, setores e classes que se redefinem em função dessa nova situação de desenvolvimento[M1]. (*Ibid.*, p.124-5).

Desse modo, Cardoso e Faletto não negam a existência de conflito, contudo localizam-no e conseqüentemente o reduzem aos chamados setores “modernos” e “tradicional”, que permeiam os diferentes grupos e classes sociais.

Eliminado esse problema (do conflito), concluem que as matrizes das empresas monopolistas de fato poderiam optar por não reinvestir a renda gerada nas economias periféricas nesses mesmos países, mantendo a relação de dependência. Entretanto, este seria um problema passageiro, para o qual a alternativa estaria na formação do setor de bens de capital. Ainda que sua formação afirmasse os laços de dependência externa num primeiro momento, este pertenceria à *primeira fase da economia industrial 'avançada'*. Ou seja, a fase de implementação desse ramo da produção que, a princípio vindo do investimento externo, uma vez instalado, representaria maior autonomia frente às nações mais avançadas. Desse raciocínio chegam, finalmente, à conclusão mais polêmica: “Os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há *interdependência*.” (1973, p. 128, grifo meu.). Com isso, deixam o futuro das economias dependentes à sorte dos embates entre os diferentes grupos sociais e, dentro desses, entre os setores “modernos” e “tradicionais” - o que abriria espaço para a obtenção de certo desenvolvimento no interior das relações de dependência, diminuindo, assim, o peso das determinações causadas por esta.

É preciso destacar alguns elementos importantes para essa análise e suas conclusões posteriores. Os investimentos que vieram sob a forma de novas tecnologias, máquinas e capitais, não anularam as contradições inerentes às economias dependentes, novamente se fizeram sentir. A inovação técnica que permitiu o aumento da produtividade estava ancorada numa remuneração do trabalho abaixo de seu valor real (superexploração), fazendo com que bens como automóveis e eletrodomésticos não se constituíssem em artigos de consumo para os trabalhadores. Desse modo, o desenvolvimento tecnológico recolocava o problema da realização das mercadorias, ao mesmo tempo em que reforçava a tendência de separação das esferas alta e baixa de circulação.

A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo que divorciava ao aparato produtivo as necessidades de consumo das massas. [...] Isso colocará, a partir de um certo momento (que se define nitidamente a meados da década de 60), a necessidade de expandir-se para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. (MARINI, 2000, p. 149-150, grifo do autor.)

Ainda é importante ressaltar que a entrada dos capitais estrangeiros ocorreu na forma de investimentos diretos ou em associação com as burguesias locais, tal como afirmaram Cardoso e Faletto. Porém, Marini (2000) destaca que a tecnologia que era transferida para a periferia era obsoleta, e as etapas mais avançadas do processo de produção ficavam com os países centrais. Do mesmo modo, isso reforça, no terreno do comércio internacional, o intercâmbio desigual entre economias capitalistas avançadas e dependentes - o que significa a deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo das economias dependentes. Reconhecendo-se esse dado, é possível concluir que isso foi configurando uma nova divisão internacional do trabalho, reforçando e criando novos mecanismos de reprodução da dependência e, conseqüentemente, da desigualdade entre países centrais e periféricos. Desse modo, a burguesia latino-americana passou a integrar-se ao imperialismo, aprofundando qualitativamente sua dependência - e não o contrário, como concluíram Cardoso e Faletto, de que se estariam construindo as condições para uma interdependência.

Os fatores internos específicos do processo político-econômico na América Latina, combinados com os fatores externos, foram, portanto, contribuindo para minar as bases do modelo vigente ou para a “perda de velocidade” de crescimento deste. Assim, começavam a se desenvolver as condições que tornariam *necessária*, agora, a mudança de ciclo. Os países da região iniciavam então, o retorno ao velho modelo exportador.

O processo de integração ao imperialismo, por reforçar a dependência econômica e tecnológica e apoiar-se fundamentalmente na superexploração como forma de manter a massa de mais-valia, radicalizou as características inerentes ao sistema, particularmente a concentração de renda e a geração de desigualdade. Em decorrência, acentuou as tensões sociais para muito além do conflito entre os setores “modernos” e “tradicionais”. Isso tudo num contexto marcado pela Revolução Cubana (1959) e pela disseminação de movimentos guerrilheiros. Deve-se acrescentar que as transformações que vinham ocorrendo foram colocando os arranjos corporativos em descompasso com as novas necessidades, até que estes passaram a se tornar um perigoso empecilho. O problema é que as alterações necessárias do padrão de acumulação exigiam a estabilidade política. Assim, a

reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no quadro da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares, de corte essencialmente tecnocrático. Sua missão é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários e pôr em marcha a nova ordem econômica que a integração imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. (MARINI, 1998, p. 125)

Com o forte interesse dos países centrais nas mudanças pelas quais deveria passar a América Latina, os regimes ditatoriais pareciam ser uma alternativa segura, ganhando rapidamente apoio e incentivo, principalmente dos Estados Unidos. Vale lembrar que o presidente Kennedy reconheceu os governos militares da Argentina e Peru (1962), e do Equador, República Dominicana, Honduras e Guatemala (1963).⁹ Além disso, os regimes vigentes estavam apoiados, em maior ou menor medida, na proteção ao mercado interno, na busca por certa margem de independência e no corporativismo - que, ainda que atrelasse e manipulasse o movimento sindical, dava certo reconhecimento a este e às suas demandas, que começavam a crescer e pressionar os governos no sentido de reformas sociais mais profundas. Desse modo, tal como conclui Machado (2004, p. 9):

O Estado (burguês) ditatorial foi um elemento chave na criação das condições políticas, econômicas, sociais e ideológicas para a produção e reprodução do *novo padrão de acumulação capitalista*. Em relação ao seu 'braço armado', sabemos que agiu com relativo grau de autonomia na deflagração dos golpes militares latino-americanos, mas cumpriu o papel de organizar e dirigir politicamente as classes dominantes e desorganizar e subordinar as classes populares.

Assim, a luta pela hegemonia nos países do Cone Sul esteve condicionada por alguns elementos dos quais não é possível abrir mão nesta análise: os choques dos diferentes setores burgueses nacionais - alguns orientados para o mercado mundial, outros para o mercado interno-, a influência direta ou indireta do imperialismo e o papel das lutas das classes trabalhadoras influenciando diretamente nos precários equilíbrios de força dos setores dominantes. Por fim, esse complexo processo ocorreu sob uma condição objetiva de dependência, que impôs limites e

⁹ Cf. Bandeira (1989), apud Machado (2004, p. 12).

orientações às classes e frações de classe em luta, bem como demarcou seus respectivos espaços de desenvolvimento e ação.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a abordagem de Marini, em detrimento de Cardoso e Faletto, permite chegar a conclusões que situam em terreno mais firme, teórica e analiticamente, o problema da relação entre a redemocratização e a implementação do neoliberalismo sob a influência da dependência nos países da região, conforme será visto mais à frente.

3.2 O Princípio da Reação – Neoliberalismo, Corrente Marginal

Desde os anos 1940, um grupo de intelectuais e economistas, a Sociedade de Mont Pélérin, articulavam-se para organizar a reação ao “avanço” do Estado por sobre o mercado.¹⁰ Sua atuação ficou relegada à marginalidade ao longo da hegemonia da política econômica keynesiana, do Estado de bem-estar social europeu e do populismo e nacional-desenvolvimentismo latino-americano. Conforme o ciclo de crescimento do pós-guerra foi se estagnando, as ideias desse grupo foram ganhando maior importância, extrapolando completamente a esfera do debate ideológico e tornando-os os intelectuais orgânicos da fração do capital que buscava ganhar a direção política por sobre o conjunto das classes e frações de classes sociais. A partir do período que se abre na primeira metade dos anos 1970, com a crise do petróleo, o modelo vigente entrou em declínio, e começou a afirmação efetiva das teses dos intelectuais da Sociedade de Mont Pélérin:

As teses de Friedman representam então algo que vai muito além do estritamente acadêmico. [...] Portanto, o que instala o pensamento de Friedman no centro do debate contemporâneo é sua influência prática como ideologia burguesa em uma situação de crise e de recomposição autoritária e conservadora do capitalismo. (BORÓN, 2002, p. 50)

¹⁰ Dentre os mais destacados desse grupo estão Friedrich Hayek (1990) e Milton Friedman (1962).

Ainda em 1944, na conferência de Bretton Woods, são criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), dois agentes com crescente importância nas relações econômicas e políticas internacionais, os quais ganham peso decisivo na virada dos anos 1970 para 1980. Assim, o neoliberalismo foi articulando aparatos que, mais à frente, serviriam de instrumentos de pressão para a concretização de seu programa e para sua afirmação hegemônica no mundo.

O núcleo político central de suas idéias parte da contraposição de concepções de organização econômica, as quais se resumem a duas formas possíveis:

Fundamentalmente, existem só dois modos de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Uma é a direção centralizada que implica o uso da coerção – a técnica do exército e do moderno Estado totalitário. A outra é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado. (FRIEDMAN, 1962, *apud* BORÓN, 2002, p. 52).

O mercado passa a ser concebido, então, como determinante para o “bom” funcionamento da sociedade. A partir do sistema de preços, ele pode estimular os setores nos quais exista demanda e inibir investimentos onde a demanda esteja em declínio, de modo a aperfeiçoar o funcionamento econômico, com o crescimento como consequência natural da competitividade. Mais do que isso, através do estímulo à livre iniciativa dos indivíduos e à liberdade de escolha do consumidor frente à concorrência, complementar tal sistema fornecendo aos indivíduos, a partir do exercício da liberdade inerente ao mercado, as condições de desenvolverem suas aptidões e afirmarem-se enquanto sujeitos. A melhor democracia seria a democracia de mercado, e a única cidadania, por conseguinte, a cidadania do consumo. Como destaca Cruz, *et al.*, (2004, p. 46),

em curto lapso de tempo opera-se uma reviravolta no discurso econômico, ao cabo do qual a linguagem das reformas estruturais se consagra, mas agora com significado radicalmente distinto [...] Não se trata mais, por conseguinte, de usar o Estado para promover um projeto de desenvolvimento econômico, mas de encurtar o seu raio de ação para liberar no mercado o dinamismo nele contido.

O Estado passa a ser visto como o fator determinante de todos os problemas enfrentados pela sociedade. Sua intervenção representaria a limitação da esfera da liberdade. Suas políticas seriam geradoras de ineficiência econômica e de acomodação das pessoas, que se sentiriam desestimuladas pelas garantias paternalistas oferecidas pelo Estado.

Se a presença do Estado na economia é vista como um violento entrave à liberdade e, por consequência, ao crescimento, algumas das formas de intervenção mais criticadas dizem respeito ao protecionismo, à legislação trabalhista e aos dispositivos de proteção social como a previdência e a seguridade social. Quando o mercado é visto como o espaço da liberdade e suas leis internas, particularmente o sistema de preços, como regulador das relações econômicas e sociais, o fluxo de mercadorias e capitais não pode sofrer com a danosa interferência estatal. Desse modo, a abertura de mercado ganha grande importância, a redução de taxas, impostos e cobranças torna-se imperativa, e a compra e venda da mercadoria força de trabalho precisa ser retirada da zona de interferência da política. Ao mesmo tempo, os monopólios estatais seriam um entrave gigantesco ao funcionamento das economias. A conclusão dessa concepção não deixa dúvidas: “é preciso vigiar implacavelmente o Estado e impedir a qualquer preço seu crescimento.” (BORÓN, 2002, p. 58).

Desse modo, o *Welfare State* foi eleito o grande inimigo a ser combatido. Não somente pela interferência estatal na economia, mas também pelas formas políticas que adquiria. Se o igualitarismo comprometia a igualdade e a concorrência (no mercado), não se poderia esquecer que o movimento sindical era um agente de peso, promotor tanto de avanços econômicos mais imediatos quanto de avanços políticos para os trabalhadores. As diferentes variantes de corporativismo, por atribuírem maior institucionalização aos sindicatos, expressavam, desse modo, uma correlação de forças mais favorável aos trabalhadores. Isso impedia os governos de ignorarem completamente as pressões do movimento operário, fazendo com que a democracia ganhasse um conteúdo para além do puramente formal. Assim, não tardou para que a noção de democracia, vinculada à ideia de maiores igualdades de fato, fosse questionada. Como sugere Machado (2004, p. 60):

Em meados dos anos 70, os teóricos ‘elitistas’ apontaram seus desencantos com a democracia devido ao ‘excesso’ de demandas populares que, em decorrência,

gerou uma crise dos regimes democráticos, entre 1945 e 1970. Os ‘elitistas’ diziam que, em seus países, o Estado havia esgotado sua capacidade financeira para atender as demandas sociais. Os Estados Unidos, o Japão e a Europa estavam condenados a uma crise, ou melhor, uma ‘*crisis of democracy*’.¹¹

A situação mundial que havia favorecido o surgimento do Estado de bem-estar e dos governos populistas e desenvolvimentistas havia mudado. Além disso, a crise do petróleo no início dos anos 1970 abriu um extenso período de declínio com crescimentos moderados, forçando a burguesia a rearticular-se. Todos os avanços sociais obtidos no período anterior agora se revelavam fortes entraves para as exigências impostas pela nova situação.

Os lucros entraram em declínio nos países centrais: esse foi o terreno que levou a burguesia a unificar-se em torno do neoliberalismo. As associações patronais européias e norte-americanas iniciaram uma cruzada contra os direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia. (BOITO, 1999, p. 115).

Nesse sentido, duas tarefas, intrinsecamente relacionadas, colocavam-se na ordem do dia. Como alternativa à queda da taxa de lucros era preciso transformar o modelo que organizava a economia mundial, num processo combinado com a retirada dos direitos sociais concedidos às classes subalternas. Para tanto, era preciso estabilidade política, principalmente pelo fato de que a retirada de tais direitos não ocorreria sem a oposição da classe trabalhadora. Os teóricos neoliberais concluíam que, tal como sugere Machado (2004, p. 12):

o avanço da participação popular nas definições das políticas estatais representou um obstáculo à acumulação de capital dos monopólios e oligopólios, levando os teóricos políticos neoconservadores a acusarem o *Welfare State* de provocar a perda da autoridade governamental devido ao excesso de demandas populares. Na periferia do sistema, muitos regimes populistas também se transformaram – intencionalmente ou não – em obstáculos à acumulação capitalista. Assim, os agentes do capital imperialista se esforçaram para substituí-los por regimes mais favoráveis e menos hostis aos seus interesses. Para os teóricos neoconservadores, era preciso suprimir a democracia para salvar o capitalismo.

¹¹ Machado faz menção ao relatório *The Crisis of Democracy*, escrito para a Comissão Trilateral, que reunia mais de 200 representantes dos maiores consórcios econômicos do mundo.

Desse modo, começavam a constituir-se as condições necessárias para que suas ideias adquirissem força suficiente para influir na realidade.

Recordando o fato de que os teóricos neoliberais, até esse momento, nunca resguardaram grande simpatia pela democracia, os arranjos de poder vigentes já não correspondiam às necessidades de mudança. As transformações necessárias afastavam a classe trabalhadora desses mesmos regimes vigentes, acentuando a instabilidade política. O consenso, ainda que precário, poderia romper-se com a marginalização dos setores burgueses apoiados no mercado interno, os quais inevitavelmente sofreriam pesadas perdas - fato que reforçava a situação de crise dos regimes políticos. Por estar combinado com o processo mais geral de liberalização, e com o início de uma redefinição de poder entre as frações dominantes, a resposta dada em vários países, principalmente no Cone Sul, foi a saída autoritária. Através de regimes ditatoriais, os Estados latino-americanos puderam adquirir a autonomia necessária frente aos setores dominantes e dominados para reestruturar as economias da região.

3.4 Implementação do Neoliberalismo – de Corrente de Ideias à Força Material Efetiva

Presenciou-se uma reorganização da economia e da política mundial sob o predomínio do capital financeiro. As teses que vinham sendo desenvolvidas desde os anos 1940 começaram a ganhar peso efetivo. Contudo, como aponta Anderson (1995, p. 11), o programa neoliberal levou ainda alguns anos para se tornar hegemônico.

Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha.

A onda estendeu-se pelo centro do capitalismo até chegar à América Latina:

A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de

Menen, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Peres, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. (*Ibid.*, p. 20).

Antes disso, o período referente à crise da dívida externa merece maior atenção. Por marcar a superação definitiva do que sobrou do velho modelo, que vinha sofrendo sucessivas transformações, foi, ao mesmo tempo, o processo que criou as condições necessárias para a transição efetiva ao neoliberalismo. Além disso, representou o pano de fundo da transição política para a democracia. Assim, o momento da crise da dívida expressou a interseção de diferentes processos, que tenderiam a combinar-se num só, dando lugar a uma nova etapa econômica e política na América Latina, engendrando suas novas características e contradições que se fariam sentir nos anos posteriores.

A crise do petróleo em 1973 significou uma profunda quebra do ritmo econômico. Com ela, abriu-se um período de instabilidade cujo ápice situou-se no processo acima mencionado. Esta, portanto, não pode ser considerada um mero elemento conjuntural. Suas consequências abriram um processo acelerado de transformações econômicas o qual rapidamente chegou ao âmbito institucional.

A suspensão do crédito externo obrigou os países a fazerem ajustes recessivos. O impacto geral fez-se sentir com muita força:

La región revertió un déficit comercial equivalente a 1,4% de su producto interno bruto en 1980/1981, llegando a un excedente, a valores constantes de 1980, de 7,5% del PIB en 1983/1984. [...] importaciones cayeron de 16,6% del producto en 1980/1981 a 11% en 1983/1984, y (acaso más grave) cuya inversión interna bruta se redujo de 24,3% a 15,9% del producto entre esos períodos. (SÁINS; CALCAGNO, 1992, p. 10)

Em resposta, para compensar a falta de créditos, foram adotadas medidas de desvalorização, mudanças na estrutura tributária, redução de gastos no setor público entre outras. Sem maiores resultados, recorreu-se à dívida interna e à emissão de moeda - o que potencializou a aceleração inflacionária e a instabilidade financeira. Dada a profundidade da crise em que se encontravam os países da região e as dificuldades de resposta baseadas no antigo

modelo, um conjunto de mudanças de ordem bem mais profunda foi acionado. Entrava na ordem do dia a substituição efetiva do que restava do velho modelo de desenvolvimento. Tal como apontam Sáins e Calcagno (1992, p.12):

Como es habitual en las situaciones de sobreendeudamiento, toda vez que se torna claro que no se enfrenta un mero problema de liquidez, a los requerimientos de un drástico ajuste se agregan la presiones por reformas estructurales y transferencias patrimoniales. Así, las medidas que se adoptan ante la crisis sobrepasaron pronto el campo macroeconómico y adquirieron un carácter institucional que llevó a cuestionar y modificar el papel del sector público, así como las formas comerciales y financieras de inserción externa. Se pasó a apuntar, en síntesis, a la modificación de elementos básicos de la modalidad de desarrollo.

As medidas políticas para superar a crise reduziram o mercado interno, precipitaram uma involução na industrialização, reduziram os gastos com serviços públicos e reverteram parte importante dos recursos dos Estados para o pagamento da dívida externa. Isso deixou “sin recursos a las acciones estatales que habían dado un sustento decisivo a la acumulación de capital.” (SÁINS; CALCAGNO, *loc.cit.*). O resultado foi a desarticulação progressiva do modelo anterior e, conseqüentemente, de sua capacidade de oferecer respostas eficazes.

A construção do novo modelo criou as condições necessárias para a formatação de um novo esquema de poder. O arranjo político que começou a tomar formas nesse processo era resultado das lutas pela hegemonia entre dos diferentes setores que buscavam afirmar distintos projetos de desenvolvimento. Na medida em que tal arranjo foi se concretizando, foi, também, acelerando e consolidando as transformações em curso. Contudo, seria errôneo interpretar a direção tomada por esse processo como consequência *exclusiva* de uma luta política entre as classes e frações de classe sociais em conflito. O choque político, que certamente ajudou a definir os contornos e os ritmos do processo em questão, acontecera sob as condições objetivas de abalos econômicos de grande magnitude. Estes - melhor situados na análise do caso argentino, - devem ser considerados dentro do marco mais geral de dependência em que se inscreviam os países latino-americanos. Tais fatores tiveram influência determinante sobre a força econômica e política dos grupos em disputa, intervindo indiretamente nos resultados desses embates.

Assim, o processo de desarticulação do velho modelo significou o enfraquecimento dos atores que antes tinham importante peso político e econômico, de forma a minar gradativamente suas bases de sustentação. Ao mesmo tempo, novos sujeitos fortaleceram-se, de modo a ganhar importância decisiva:

La debilidad de la industria y del sector público afectó a los grupos sociales que habían dado sustento a la modalidad de desarrollo anterior, en particular los grupos medios y sindicales. En el otro extremo, hubo sectores que lograron esquivar los efectos de los desequilibrios y en ocasiones los aprovecharon por su capacidad para especular. En general, se trató de los agentes más transnacionalizados y con mayor liquidez o acceso al crédito, y los que lograron captar significativas transferencias del Estado (SÁINS; CALCAGNO, 1992, p. 13)

Paralelamente, a situação de hiperinflação também foi chave para a definição dos atores. Os maiores grandes grupos econômicos (GGEE) tiveram acesso privilegiado aos créditos externos, principalmente aqueles ligados diretamente ao capital estrangeiro - o que resultou no fortalecimento deles. Enquanto isso, outras empresas (em sua maioria orientadas para o mercado interno), com acesso caro e de curto prazo aos créditos ficaram debilitadas, chegando, em muitos casos, a ter sua sobrevivência ameaçada. Assim, a liberalização financeira em geral aumentou os lucros dos setores com maior liquidez e com maior espectro de aplicações financeiras.¹² Desse modo, com uma posição econômica cada vez mais vantajosa, as decisões desses grupos começaram a adquirir importância no processo de estabilização econômica, reconfigurando a balança de poder em favor do setor mais ligado ao capital financeiro.

Percebendo o mesmo processo e também os efeitos do que posteriormente foi denominado globalização, particularmente seu aspecto financeiro, Juan Carlos Lerda (1996) constata a perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias dos países da região. O autor emprega o conceito de “interdependência”, no qual se implica o fato de serem ignoradas as relações de dependência e subordinação entre países centrais e periféricos, sendo aqui entendida como condição sob a qual tais relações acontecem, além de ser uma das causas, do processo descrito. Com base nesse problemático conceito, Lerda aponta alguns dos problemas

¹² Cf. Sáins e Calcagno (1992).

causados pela grande mobilidade do capital financeiro transnacional para economias como as latino-americanas. Assim, destaca o significativo aumento do risco sistêmico associado ao aumento da “interdependência” entre instituições financeiras nacionais e estrangeiras, o que pode resultar na insolvência ou mesmo na quebra do próprio sistema. Como ele destaca, “una creciente vulnerabilidad externa equivale a una efectiva reducción de la eficiencia de los instrumentos de supervisión bancaria” (*Ibid.*, p. 70). Ante essa vulnerabilidade, os bancos centrais nacionais teriam sua autoridade reduzida, perdendo os incentivos para controlar a expansão dos agregados monetários de maneira compatível com a redução da taxa de inflação. “En tal caso, dichas autoridades tendrán como primera prioridad velar por la integridad del sistema financiero, dejando en segundo plano La política antiinflacionaria.” (*Ibid.*, p. 71). Situação que se fez sentir particularmente na primeira metade dos anos 1980.

Além disso, é preciso enfatizar que também ganharam peso determinante os credores externos,¹³ ou seja, o setor financeiro internacional, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, os governos dos países mais desenvolvidos e as organizações multilaterais, como FMI e BM. Quanto às últimas, vale ressaltar que, desde o final da Segunda Guerra Mundial e principalmente durante a Guerra Fria, “é no circuito das instituições internacionais voltadas ao financiamento e ao fomento das economias ‘atrasadas’ que vicejam as *concepções normativas* sobre as mudanças necessárias para garantir o ‘desenvolvimento.’”(CRUZ *et al.*, 2004, p. 44, grifo meu)

Dado o elevado número de vezes que os países da América Latina recorreram ao FMI e ao BM para tentar estabilizar sua situação (Quadro 1), é necessário destacar o aumento da influência das “concepções normativas” sobre as orientações de política econômica dos governos da região, conforme apontaremos a seguir.

QUADRO 1

AMERICA LATINA Y EL CARIBE: PRESTAMOS DE ESTABILIZACIÓN Y/O AJUSTE DEL BANCO MUNDIAL Y EL FONDO MONETARIO INTERNACIONAL, 1980-1989

¹³ Neste trabalho, tais credores serão chamados de *Banca Acreedora*, como são denominados em boa parte da literatura usada para esse estudo.

(Años en que fueron acordados)

Países	Banco Mundial	FMI
Argentina	1986, 87, 89	1983, 84, 85, 86, 87
Barbados	1982, 83	
Bolívia	1980, 86, 87, 88	1980, 86, 87
Brasil	1984, 86, 88	1983, 84, 88
Chile	1985, 86, 87, 88	1983, 84, 85, 86
Colombia	1985, 86, 88	
Costa Rica	1983, 85, 89	1980, 81, 82, 85, 87, 88, 89
Ecuador	1986, 88	1983, 85, 86, 88
El Salvador	1982	
Guatemala	1983, 88	
Guyana	1980, 81	1980, 81
Haití	1987	1982, 83
Honduras	1989	1980, 81
Jamaica	1980, 81, 82, 85, 87	1981, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88
México	1983, 86, 87, 88, 89	1982, 83, 84, 85, 86, 89
Panamá	1984, 87	1980, 81, 82, 83, 84, 85, 86
Perú	1980, 82, 83, 84	
Uruguay	1984, 87, 89	1983, 85, 86
Venezuela	1989	

Fonte: Frances Stewart, *Protecting the poor during adjustment on Latin America and the Caribbean on the 1980s. How adequate was the World Bank response?*, Development Studies Working Paper, N°44, Torino, Itália/Oxford, Reino Unido, Centro Studi Luca d'Agliano/Queen Elizabeth House, junho de 1992. Citado[M2] em **Revista de La CEPAL**, n. 48, 1992, p. 14.

A partir da posição mais favorável às organizações multilaterais, nos processos de negociação entre estas e os países da região, foi imposto um conjunto de transformações aos países devedores. É importante lembrar que a maioria dos países da América Latina

faz essa escolha em situação crítica, senão desesperadora, quase sempre sob as condicionalidades cruzadas dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), de cujo apoio necessitam vitalmente para reconduzir suas economias a uma situação pelo menos aceitável. (CRUZ *et al.*, 2004, p. 54)

Muitas dessas transformações estavam diretamente ligadas aos interesses dos bancos credores, como a estatização da dívida privada, a dolarização da dívida com os bancos americanos, a participação dos bancos credores em operações financeiras, a geração de elevados saldos comerciais - de cujos rendimentos os bancos cobraram parte significativa,, ao mesmo

tempo em que diminuía os empréstimos brutos.¹⁴ A propósito é importante retomar que as transformações em curso, desse modo, significaram o aprofundamento das relações de dependência, que pesou a favor dos setores ligados ao capital financeiro e associado, aumentando sua vantagem em relação aos grupos industriais nacionais, que eram gravemente golpeados pelas condições exigidas pelos empréstimos.

Além dessas medidas econômicas imediatas, houve pressões para que se fizessem reformas estruturais. Entre outras, as medidas cobradas foram a liberalização dos preços com valores de mercado para câmbio, taxa de rendimentos e salários; a introdução de reformas que visavam ao predomínio do setor privado e ao livre funcionamento do mercado, inclusive, com remodelação dos mercados de trabalho e financeiro; a abertura econômica favorecendo centralmente a entrada de capitais e a liberalização do comércio.¹⁵ Tais propostas rapidamente entraram na agenda política dos governantes da região. Assim, consolidava-se a retirada do Estado de seu papel de eixo propulsor do desenvolvimento interno, abrindo caminho para uma reorganização profunda das relações econômicas e políticas tanto internas quanto externas. A força adquirida pelo capital financeiro externo sob essas mudanças “puede ser vista como una manifestación de la pérdida de autonomía de las autoridades internas [bancárias e monetárias] resultante del proceso de globalización financiera.” (LERDA, 1996, p. 71). Ainda assim, para o Estado começar a cumprir seus novos atributos de maneira mais eficaz seria preciso redimensioná-lo.

Enquanto o setor financeiro privado e associado ganhava peso na condução da política econômica, o Estado adotou um conjunto de medidas visando à redução de seus custos para enfrentar a dívida pública. Com a remoção das bases do modelo desenvolvimentista, a estrutura institucional de caráter mais distributivo - oriunda da fase anterior - ficara muito onerosa, agravando ainda mais o problema do déficit fiscal. Neste ponto, é necessário destacar que a redução do gasto público não foi homogênea, sendo mais pesada sobre as políticas de bem-estar social, duramente atacadas pela ideologia neoliberal. Isso fez com que desaparecesse uma das

¹⁴ Cf. Sáins e Calcagno (1992).

¹⁵ Cf. Sáins e Calcagno (1992). As exigências citadas são referentes às reformas exigidas por James Becker em 1985, para a abertura de uma linha de créditos externos conhecida por Iniciativa Becker.

principais características do modelo anterior: a tentativa de universalização de certas políticas sociais.. Esse processo expressou, de forma exemplar, a adaptação institucional às necessidades e exigências neoliberais na condução das políticas sociais.

Como elemento determinante para esta investigação, é preciso lembrar que essa estrutura estatal de políticas sociais foi a materialização dos aparatos responsáveis por organizar o consenso social. A contradição originada de seu desmonte será analisada mais detalhadamente na terceira parte deste trabalho.

Enquanto que a orientação geral na região foi a de redução dos gastos públicos com encargos sociais, como saúde e educação, os gastos financeiros dos Estados aumentaram. A redução de gastos teve de ser acompanhada por um conjunto de modificações e reformas que delinearão o que Franco (1996) caracterizou como um “novo paradigma de política social na América Latina”. Enquanto que o modelo anterior, com todas as suas limitações, tinha uma orientação universalista no atendimento à população, o novo esquema caracterizava outro tipo de concepção de serviço público. Propostas elaboradas por agências multilaterais como o FMI e o BM, sob a promessa da erradicação da pobreza e da desigualdade na região, foram conduzidas de modo a firmar uma nova concepção de políticas sociais, adequada ao novo modelo, caracterizada por: a) descentralização da prestação de serviços, transferindo-se atribuições federais para as esferas estadual e municipal; b) desconcentração participativa, através da delegação de atribuições estatais a entidades filantrópicas, empresas e ONGs – o que daria espaço para o potencial inovador da sociedade; e c) a focalização dos serviços, concentrando-se as ações nas populações de mais baixa renda.

Assim, a redução do gasto do Estado em serviços públicos sofreu, por um lado, uma profunda reestruturação, através de descentralização, propagandeada como alternativa de maior eficiência e desburocratização, e uma maior economia de recursos, principalmente com a focalização das políticas sociais, o que garantiria a destinação das verbas para “os que realmente necessitavam”, deixando de fora do atendimento aqueles que poderiam pagar pelos serviços. Além disso, a concorrência entre diferentes grupos privados na oferta de serviços prestados

geraria uma melhora de sua qualidade.¹⁶ Por outro lado, essa reestruturação veio acompanhada de um forte discurso democrático, como instrumento de legitimação, a partir da ampliação da participação, com a atribuição de funções públicas a entidades privadas, maior controle social, com a criação de diversos conselhos e a aproximação das verbas da população à qual ela se dirigia, o que permitiria uma maior adequação às necessidades e às especificidades locais.¹⁷

O resultado prático de tais ajustes foi bastante diferente daquele professado pelos ideólogos neoliberais. A política de descentralização transfere os encargos do executivo federal para as instâncias estaduais e municipais, mas não transfere o poder de decisão sobre a política econômica e social - o que reforçou o caráter autoritário dos governos da região ao mesmo tempo em que os protegeu do desgaste político. Como afirma Boito (1999, p. 82-3):

A descentralização dos encargos fornece a cobertura política de que necessita o Executivo federal para prosseguir na sua política de redução dos gastos sociais e pauperização dos serviços públicos para aumentar a remuneração do capital financeiro.

Já a atribuição de serviços públicos às entidades filantrópicas, ONGs e empresas privadas, sob o manto da ampliação da participação, representa a desresponsabilização cada vez maior do Estado pelos serviços prestados.¹⁸ Mais do que isso, significa o surgimento de um negócio bastante lucrativo, através de dispositivos de isenção fiscal, e transferência direta de recursos públicos para setores privados.

Isso possibilitou, também, o surgimento de uma burguesia de serviços com força crescente na região: grupos ligados às redes de ensino privado, planos de saúde e clínicas particulares, transportes e outros tantos serviços com forte poder de *lobby* juntos aos governos.

Já a focalização dos recursos foi mais contraditória ainda. O debate neoliberal pareceu ocorrer somente sobre a redução e concentração da oferta de serviços sobre os setores de mais

¹⁶ Cf. Franco (1996).

¹⁷ Cf Boito (1999).

¹⁸ De acordo com Boito (*Ibid.*, p. 83-4): A participação de ONGs e associações filantrópicas na aplicação da política social tem desprofissionalizado e desinstitucionalizado os serviços sociais tornando-os precários e incertos, oferecidos mais como filantropia pública que estigmatiza a população usuária do que como direitos sociais.

baixa renda, sem debater uma reorganização na arrecadação dos recursos que financiam esses serviços. As promessas de combate à pobreza com ajustes que propiciariam maior eficiência na administração dos recursos e uma consequente redistribuição de renda, atingindo prioritariamente “os que têm menos”, esbarrariam num problema central: as modificações feitas na estrutura fiscal-tributária dos países em questão.

Na América Latina a cobrança de impostos diretos caiu significativamente, e a de impostos indiretos aumentou numa proporção ainda maior. Aqui é importante um breve parêntese. Os impostos diretos têm a característica principal de serem arrecadados diretamente na fonte, o que implica uma incidência concreta sobre a estrutura de renda de um país. Na maioria dos países europeus, por exemplo, a cobrança foi, por muito tempo, progressiva, ou seja, lá a quota do imposto de renda tendia a variar em função da renda - o que significava uma incidência mais onerosa sobre maior renda e uma incidência menor para as camadas de mais baixa renda. Já, na América Latina, isso não ocorreu. Pessoas de alta renda passaram a contribuir na mesma proporção que as de baixa renda. Do mesmo modo, com as facilidades adquiridas pelas reformas estruturais e com a grande mobilidade do capital financeiro e das empresas transnacionais (ETs), decorrente, também, dessas facilidades, “las empresas transnacionales del lado real o financiero - pueden reducir la autonomía de las autoridades fiscales nacionales.” (LERDA, 1996, p. 74) Comprometendo-se ainda mais a arrecadação dos Estados. Para compensar a redução dos impostos diretos, os governos da região aumentaram a cobrança dos impostos indiretos - que incidem principalmente sobre a circulação de mercadorias e serviços.

O resultado disso foi a perpetuação da concentração de riqueza, a partir do desmonte do principal mecanismo de sustentação de políticas redistributivas. Por outro lado, a transferência do déficit gerado para a tributação indireta passou a penalizar mais fortemente as classes subalternas a partir da transferência do ônus dos impostos para os preços dos produtos e serviços, permitindo, também, que as classes mais abastadas contornassem o custo da tributação. Desse modo, não só a estrutura desigual se mantém como se reforça, e o financiamento do Estado recai sobre os ombros dos que tem menos. Os dados são bastante ilustrativos: entre 1980 e 1987 na Bolívia, os impostos indiretos aumentaram de 8,3% para 15,0 % do PIB, enquanto que os impostos indiretos caíram, no mesmo período, de 1,7% para 0,8% Do PIB. No Chile, considerado modelo para o restante

dos países, entre 1980 e 1988, os impostos indiretos subiram de 13,4% do PIB para 15,2% e os impostos diretos caíram de 5,4% para 2,5%. No México, entre os mesmo anos, os impostos indiretos subiram de 5,5% do PIB para 6,4% e os diretos caíram de 5,8% para 4,9%. O Equador, entre 1980 e 1987 teve um aumento nos impostos indiretos de 7,5% do PIB para 8,0%. Os impostos diretos tiveram, ao contrário do restante dos países uma ligeira alta, passando de 1,8% para 1,9% do PIB, contudo vale ressaltar que independente dessa pequena alta o percentual ainda se mantém extremamente baixo, mesmo comparado com os outros países¹⁹

Junto a isso se somaram as privatizações, que foram decisivas na mudança qualitativa da relação entre o setor público e privado:

El capital extranjero y las empresas o grupos económicos locales que lograron pasar la crisis en mejores condiciones y con más liquidez o acceso al crédito, pudieron consolidar su posición dentro del país con la compra, frecuentemente por debajo de su valor económico, de importantes recursos naturales y empresas publicas. (SÁINS e CALCAGNO, 1992, p. 16).

Um reflexo importante desse processo pode ser verificado nas relações entre capital e trabalho. Todas as medidas implementadas tiveram fortes consequências sobre os trabalhadores. Segundo dados da CEPAL para o período, a participação dos assalariados no PIB dos países do Cone Sul e México caiu, do começo dos anos 1970 para a década de 1980, mais de 10 pontos percentuais. Essa deterioração está associada às políticas de liberalização levadas a cabo pelas ditaduras latino-americanas – à exceção do Brasil, cujo período militar resultou numa “sobrevida” do modelo anterior – e que vieram combinadas com forte repressão como garantia para sua implementação. Mesmo com a democratização, essa tendência não sofreu mudanças,

¹⁹ Cf. Sáins e Calcagno (1992, quadro 11, p. 21-2). os dados a respeito disso são bastante ilustrativos: entre 1980 e 1987, na Bolívia, os impostos indiretos aumentaram de 8,3% para 15,0 % do PIB, enquanto que os impostos indiretos caíram, no mesmo período, de 1,7% para 0,8% Do PIB. No Chile, considerado modelo para o restante dos países, entre 1980 e 1988, os impostos indiretos subiram de 13,4% do PIB para 15,2% e os impostos diretos caíram de 5,4% para 2,5%. No México, entre os mesmo anos, os impostos indiretos subiram de 5,5% do PIB para 6,4% e os diretos caíram de 5,8% para 4,9%. O Equador, entre 1980 e 1987 teve um aumento nos impostos indiretos de 7,5% do PIB para 8,0%. Os impostos diretos tiveram, ao contrário do restante dos países uma ligeira alta, passando de 1,8% para 1,9% do PIB, contudo vale ressaltar que independente dessa pequena alta o percentual ainda se mantém extremamente baixo, mesmo comparado com os outros países.

tanto que, na metade da década de 1980, os assalariados respondiam por cerca de 30% do PIB contra os mais de 40% de 1970.

Evidentemente não se tratava de um problema conjuntural, fruto de políticas recessivas para a estabilização econômica. As alterações feitas para a desarticulação do modelo desenvolvimentista - que tentava voltar-se para o mercado interno apoiando-se na indústria nacional e na substituição de importações - representaram, como descrito acima, uma modificação estrutural nas economias nacionais e em suas respectivas estruturas empregatícias. Mais do que isso, na própria formatação do Estado e de seus aparatos organizadores do consenso.

O quadro 2 mostra a evolução dos principais setores que compõem a economia na América Latina. Nesse processo, é possível perceber que as ocupações de maior produtividade e, em geral, com maior presença sindical, foram as mais abaladas, o que significou também um forte golpe contra o movimento de trabalhadores.

QUADRO 2

AMERICA LATINA: ESTRUCTURA Y EVOLUCION DEL EMPLEO Y DEL PRODUCTO POR PERSONA OCUPADA, POR SECTORES DE ACTIVIDAD, 1960-1985²⁰

Sector de actividad	Tasas medias anuales de crecimiento (%)			Distribución porcentual			
	1960-1970	1970-1980	1980-1985	1960	1970	1980	1985
	Empleo						
Total	2,0	2,6	2,8	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura*	0,2	1,1	2,7	50,2	42,1	36,2	36,0
Industria**	3,4	2,7	-0,7	18,2	20,8	20,9	17,5
Servicios***	3,6	4,1	4,5	31,6	37,1	42,9	46,5

Fonte: CEPAL, División de Estadística y Proyecciones, estimaciones sobre la base de datos censales, encuestas de hogares y cifras oficiales de Cuentas Nacionales de los países.

Citado em Revista de La CEPAL N° 48, 1992, p. 14.

*Incluye agricultura, caza, silvicultura y pesca.

**Incluye minería, manufactura, electricidad, gas, agua y construcción.

***Incluye transporte y comunicaciones, y comercio, servicios personales, sociales y comunales.

²⁰ Esse quadro é parte do apresentado na Revista de La CEPAL, excluindo-se os dados sobre produto por pessoa ocupada.

Assim, essas transformações foram criando e consolidando, para sua estabilização e permanência, uma nova estrutura de poder. Os atores que se fortaleceram, foram pouco a pouco ocupando posições de maior poder não só econômico como político – particularmente o poder de veto ante as decisões de política econômica – devido a sua influência decisiva sobre as políticas governamentais de estabilização da crise.

As pressões pela redemocratização na América Latina passaram a ganhar força crescente. A queda dos regimes autoritários associou-se também a uma exigência exercida pelas classes subalternas, que reivindicavam melhores condições de vida, maiores liberdades políticas e canalizaram suas reivindicações para a bandeira da democracia, processo que lhe atribuíam um marcado conteúdo igualitarista.

Paralelamente, o restante do mundo passava por transformações políticas importantes a exemplo do declínio da União Soviética. Seu papel de polo oposto ao Ocidente capitalista tinha influência importante no equilíbrio que deu sustentação ao Estado de Bem-Estar Social. Porém, o anúncio da *Perestroika* pelo governo Gorbachov e as reformas que se sucederam abriram terreno favorável para o fortalecimento do discurso de liberdade - tão defendida pelos neoliberais - como contraponto àqueles regimes do Leste europeu. Democracia e livre mercado viraram o receituário dos conservadores para combater o totalitarismo do Leste. De fato, como aponta Anderson (1995), as reformas neoliberais no Leste, ao longo dos anos 1990, foram muito mais profundas que na Europa ocidental. Nesse sentido, o apoio às ditaduras latino-americanas representava uma incongruência diante dos interesses dos países centrais no Leste. E, em face disso, a diplomacia norte-americana reorientou sua política externa com relação aos regimes autoritários da América Latina.²¹

Dessa forma, a democracia, bandeira defendida pelos movimentos de esquerda no continente na virada dos anos 1970 e início da década seguinte, passava a ser compartilhada com setores da direita, que até então não manifestavam grande apreço por ela. Porém, essa alteração não aconteceu sem uma intensa disputa por seu significado.

²¹ Cf. Borón (1992).

* * *

A concretização da abertura política na América Latina - particularmente os primeiros governos democráticos - merece ser analisada sob a ótica das novas exigências impostas pelo neoliberalismo. A transição acontecia num contexto de profundos abalos econômicos decorrentes da crise da dívida. Ao mesmo tempo, as transformações estruturais no padrão de acumulação anterior estavam relativamente avançadas e, conseqüentemente, ganhavam cada vez mais força as ideias do programa neoliberal, as quais viam no tamanho do Estado, particularmente no dos Estados ditatoriais, um imenso entrave econômico. Do mesmo modo, viam no modelo que definava uma das causas da crise que acontecia. Além disso, já estavam em cena os novos atores políticos, fortalecidos no processo de crise da dívida e com peso político para disputar a hegemonia a partir do programa político e econômico que representavam, ou seja, o neoliberalismo. Com isso, lutariam por um novo arranjo político, capaz de atender a seus interesses e de viabilizar a implementação de seu projeto. A consequência dessa atuação pode ser percebida nas características adquiridas pela forma de organização dos aparatos de coerção e consenso. Desse modo, as condições sob as quais a democracia avançava acabaram por lhe impor um conjunto de adaptações que fizeram com que esta se tornasse um instrumento na aplicação do novo modelo.

Nos anos 70 e meados dos 80, conforme sugere Juan Carlos Torre (1996),²², pensava-se que a democracia não estaria dotada dos recursos necessários para as mudanças no padrão de desenvolvimento. A implantação de regimes autoritários seria, então, uma solução necessária, por ser capaz de concentrar o poder nas mãos do governo dando a este a liberdade de ação de que precisaria para a realização das mudanças. Além disso, esses regimes teriam a vantagem de não sofrer os incômodos de oposições políticas e do descontentamento popular através da repressão aos opositores e aos movimentos sociais organizados. Essa visão sugere que as ditaduras, pela condição da força, teriam obtido a autonomia necessária para realizar as mudanças. Contudo, como observa Torre, contrariando as expectativas dos setores mais conservadores, após as ditaduras militares “vastos programas de reformas estruturais foram lançados por líderes

²² Nesse artigo, Torre discute o processo de implementação dos ajustes estruturais na América Latina e o papel fundamental dos executivos no que ele define como “hiperpresidencialismo latino-americano”.

popularmente eleitos” (1996, p. 59). A que se deveu essa capacidade aparentemente limitada aos regimes anteriores? Torre sugere que o fator decisivo foi “o grau de autonomia institucional à disposição das elites governantes”, ou seja, a “distribuição do poder institucional dentro das estruturas de governo estabelecida pelos arranjos constitucionais” (*loc.cit.*). Com isso, os governos puderam atuar de maneira autoritária, através de mecanismos institucionais largamente utilizados, como o estado de sítio, a concessão ao Executivo de faculdades legislativas e, em particular, o recurso aos decretos presidenciais e medidas provisórias, conforme reforça o autor (*Ibid.*, p. 60): “utilizando as normas e as práticas constitucionais ao seu alcance, os líderes de governo buscaram concentrar e isolar a capacidade de conceber e de iniciar as políticas de ajuste e reformas.”

Para tanto, os líderes políticos tiveram que contar com os dispositivos institucionais acima citados, recorrendo a eles para capacitarem-se para “tomar distância de seus compromissos partidários e sociais e escolher suas opções de política de maneira unilateral.” (*Ibid.*, p. 61).

Percebendo tendências semelhantes, Guillermo O’Donnell (1991) desenvolve sua teoria sobre as “democracias delegativas”. Para esse autor, os regimes políticos posteriores às ditaduras militares na América Latina não poderiam ser definidos como democracias institucionalizadas, sendo passíveis de permanecer numa situação ambígua por um longo período de tempo. Desse modo, os regimes vigentes no continente a partir da transição teriam algumas características em comum, que lhes atribuiriam um perfil próprio:

As democracias delegativas se fundamentam em uma premissa básica: o (ou eventualmente, a, isto é, Corazón Aquino, Indira Ghandi e, em certa medida, Isabel Perón) que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final de seu mandato. [...] O que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral – ele foi autorizado a governar como achar conveniente. (O’DONNELL, 1991, p. 30)

De tal forma, a liderança eleita teria uma liberdade ímpar para governar, enfrentando uma oposição muito pequena do Congresso e Judiciário, ou mesmo dos partidos aliados, podendo elaborar e implementar rapidamente políticas, e com “a vantagem de não ter praticamente nenhuma obrigatoriedade de prestar contas (*accountability*) horizontalmente” (*Ibid.*, p. 33).

Essa análise corrobora as tendências detectadas por Torre (1996), de - se é que podemos definir assim - um *modus operandi* com fortes traços autoritários nos regimes políticos latino-americanos.

Tais características desenvolveram-se sob certas condições, particularmente a crise em que esteve imerso o continente na virada dos anos 1970 para 1980: “Inflação extrema, estagnação econômica, uma profunda crise financeira do Estado, uma enorme dívida pública externa e interna, e uma acentuada deterioração das políticas e dos serviços sociais públicos, são aspectos dessa crise.” (O’DONNELL, 1991, p. 34). O que permite ao autor concluir mais à frente que este “é o terreno ideal para liberar as propensões delegativas que podem estar presentes em um dado país.” (p. 35).

No mesmo sentido encontra-se a argumentação de Torre (1996) ao explicar como esse processo ocorreu na Bolívia, Argentina, Brasil e México. A situação de hiperinflação em que se encontravam esses países, em decorrência da crise da dívida e de planos de estabilização econômica fracassados, gerou uma situação de instabilidade. E uma sensação de insegurança generalizada garantiu espaço para uma atuação “discricionária” dos governos eleitos. As situações de emergência econômica exigiam, assim, uma atuação cada vez mais autônoma dos executivos de modo a driblar os impasses causados pelos diferentes setores políticos, particularmente aqueles atrelados ao velho modelo desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, legitimavam essa autonomia requerida. Novas coalizões de apoio foram sendo desenhadas, de modo a dar maior peso para os setores ligados ao capital financeiro e às exportações. Contudo, as consertações exigidas pelos dilemas dos ajustes estruturais impunham a necessidade de uma autoridade pública capaz de organizá-las. Dada a constatação da debilidade histórica das instituições estatais no continente, Torre (p. 72) conclui que “a centralidade que assumiu a autoridade do executivo no manejo do ajuste estrutural foi proporcional às limitações da autoridade do Estado” Daí a existência de um “padrão” de atuação dos governos democráticos pautado pelo perfil “discricionário”. Ou seja, no decorrer do processo de reabertura, mediado pela crise, os regimes nascentes atuaram com a utilização em larga escala de dispositivos autoritários como forma de responder aos novos problemas. Esta parece ter sido a condição necessária para a afirmação da hegemonia do capital financeiro, fortalecido na crise. Ao mesmo tempo, isso

consolidou tais mecanismos, definindo o perfil futuro dos regimes políticos na implementação mesma do novo modelo.

Essa forma de atuação, particularmente na década de 1980, ainda que necessária como mecanismo para dar respostas à crise existente na época, teve fortes consequências políticas para os governos em questão. Dado o sabor amargo dos remédios aplicados e a forma unilateral de implementação destes, o desgaste tendeu a cair quase que exclusivamente sobre esses governantes. “Isso acentua ainda mais o viés antiinstitucionalizante desses processos, e ratifica tradições de alta personalização e concentração de poder no Executivo” (O’DONNELL, 1991, p. 38).

Tais análises, ainda que detectem certos elementos característicos do período, não se propõem a identificar as conexões necessárias com a situação mais geral de dependência dos países da região e a preparação das condições para o novo modelo de desenvolvimento. Ao contrário do que afirma O’Donnell (1991), os governos popularmente eleitos não gozavam de tão ampla liberdade de atuação. Como foi mencionado anteriormente, o número de vezes que os países da América Latina recorreram a empréstimos do FMI e do Banco Mundial no período descrito foi muito elevado. Recordando-se o fato de que esses empréstimos estavam condicionados às reformas econômicas e políticas ditadas por tais organismos financeiros, a pressão dos credores externos deve ser considerada como um fator de forte limitação do espaço de atuação dos executivos. Isso reforçou laços de dependência, não só econômicos como também políticos.

Do mesmo modo, a crise que vinha desde 1973 reconfigurou a balança de poder na região, enfraquecendo as frações da burguesia nacional, particularmente o setor industrial, e fortalecendo o capital financeiro, em especial aquele ligado aos grupos monopolistas externos. Assim também, as reformas estruturais que redimensionaram o Estado - tomando-se como exemplo as políticas sociais e serviços públicos -, atendiam às pressões desses grupos. É importante lembrar que, ainda que sob forte propaganda de democratização e aumento da eficiência, as transformações nesses campos de atuação estatal -descentralização, ampliação da participação e focalização -, abriram novos mercados para os grupos privados, reduziram os

gastos públicos com tais políticas e, contradizendo a propaganda, reforçaram o isolamento do executivo federal, centro das decisões de maior impacto sobre tais políticas.

A atuação dos governos na implementação das políticas neoliberais ocorreu, portanto, através de um processo que definiu contornos específicos às instituições da democracia - o que lhes garantiu as condições necessárias para tal tarefa. Isso, porém, suscita uma interrogação. É possível dizer que o tipo de regime que emergiu junto ao neoliberalismo latino-americano foi um regime flexionado, adaptado às exigências da realização desse modelo? Chama a atenção o fato de que sua implementação ocorre mediante a criação de mecanismos “democráticos” de participação e controle social e, paralelamente, de concentração de poder nas mãos dos executivos federais - ou seja, medidas autoritárias revestidas de um discurso de aprofundamento democrático, políticas excludentes como resposta à necessidade de maior inclusão. A imposição de receitas, ainda que rompendo com seus “compromissos partidários e sociais”, mas, também em nome destes, significava uma tendência ao distanciamento da população de tais receituários, mesmo que se confundissem com os dispositivos de aplicação para serem implementados. Na medida em que os sucessivos governos avançaram com os ajustes estruturais e reformas, dentro dessa lógica de atuação e, contraditoriamente, apelando à legitimidade do próprio regime, é possível dizer que foram gradativamente construindo as condições que cedo ou tarde comprometeriam a legitimidade dos mecanismos pelos quais agiam as instituições do próprio regime.

Este parece ser o paradoxo das democracias latino-americanas, a contradição sobre a qual se assenta a atual crise. A argumentação exposta sugere que o momento de passagem de um modelo ao outro demandou, para a transição, os elementos que criaram as contradições que mais tarde viriam eclodir no continente. Os dispositivos requisitados para a implementação do neoliberalismo continham as características centrais, embora latentes, do que viria a se desenvolver. Os aparatos responsáveis pelo consenso, decorrentes da estrutura econômico-social anterior e de sua decorrente correlação de forças, foram sendo removidos. Também como consequência desse processo, o reforço crescente dos laços de dependência, particularmente o endividamento externo, reduziu significativamente as margens de atuação dos governos eleitos, esvaziando o conteúdo político dos regimes democráticos e atribuindo-lhes um caráter

procedimental e administrativo, dentro de parâmetros cada vez mais delimitados a partir de fora. Evidentemente, é importante a ressalva de que tal desenvolvimento ocorreu mediado pelas lutas de resistência, que incidiam sobre as condições mesmas sobre a qual se desenrolava o processo e impondo-lhe uma desigualdade de ritmos e particularidades próprias.

Após esta abordagem geral, o próximo passo é a análise detalhada de *como* esse processo produziu as contradições que começaram a eclodir pelo continente na virada do século XX para o século XXI. Sob a hipótese de que a passagem de um padrão de acumulação a outro combinou-se com a transição para regimes políticos democráticos, a formatação destes está diretamente relacionada com os requisitos impostos pelo novo modelo. A causa das crises dos países latino-americanos nos últimos anos deve ser buscada nos nexos que ligam economia e política nesse processo de mudança, os quais reorganizaram os aparatos de coerção e consenso responsáveis pela viabilidade da hegemonia da classe dominante.

Para realizar tal empreendimento será analisado o caso específico da Argentina, com vistas a observar a **gênese** da crise conhecida como *Argentinazo*.

4 O CASO ARGENTINO: A GÊNESE DO ARGENTINAZO

Até o momento, esta análise feita compreendeu a América Latina, particularmente a região do Cone Sul. Agora passaremos ao estudo do caso argentino. Por se inscrever na realidade anteriormente descrita, a Argentina acompanha, em maior ou menor grau, os processos que caracterizam a evolução geral do subcontinente. E essa inserção não ocorre de modo mecânico ou homogêneo, na medida em que o país possui um conjunto de especificidades que interferiram diretamente nos ritmos e nos desfechos dos processos estudados.

A crise de dezembro de 2001 na Argentina inscreve-se no processo mais geral de implementação do modelo neoliberal como um todo e da reconstituição do regime democrático no país. É preciso, portanto, que se encontrem os nexos entre economia e política no caso Argentino, para se chegar ao ponto em que as mudanças estruturais no padrão de acumulação, iniciadas sob a ditadura militar, articularam com o regime democrático - o qual serviu de palco para os diferentes arranjos conjunturais necessários à atualização do processo estrutural. As contradições conjunturais defrontaram-se com as estruturais, decorrentes da mudança no padrão de acumulação, abalando a articulação entre Estado e sociedade e transformando uma crise de hegemonia da burguesia em *crise orgânica* resultante da combinação de elementos imediatos operando dentro de processos mais amplos de transformação de longo prazo.

Este procedimento justifica-se pelo fato de que o *Argentinazo* foi um fenômeno que não se limitou a causas conjunturais.

4.1 O Regime Militar

Até o golpe de Estado protagonizado pelos militares em 1976, o capitalismo argentino assumia os contornos do desenvolvimentismo de substituição de importações. O período anterior ao golpe esteve marcado por fortes antagonismos de classe, expressos na forma de diversos enfrentamentos sociais, particularmente as ações armadas. A intensidade desses enfrentamentos somada à radicalidade de seus métodos conduziu o país a uma situação de instabilidade tal que significou um impasse entre forças sociais e projetos políticos. Em seu minucioso estudo, Marin (2003) contabiliza, entre 1973 e 1976, 8.509 ações armadas, envolvendo forças do campo popular, aparatos estatais e grupos paramilitares.

Além disso, é importante destacar que a situação de profunda instabilidade vivida pelo país era reforçada pelos fortes atritos no interior dos setores dominantes. Como sugere Acuña (1995), a classe proprietária argentina era bastante heterogênea, diferenciando-se internamente tanto por fatores diretamente econômicos como político-econômicos, - o que serviu de base para a constituição de uma forte estrutura organizacional. Neste ponto, é preciso destacar a importância dos setores ligados à agricultura e pecuária, particularmente aqueles oriundos da região do Pampa, cujas características geográficas proporcionaram-lhes vantagens produtivas tais que ajudaram a consolidar uma forte burguesia agroexportadora. Esse setor, já se organizava desde o século XIX e intervinha politicamente em defesa de seus interesses através da Sociedad Rural Argentina (SRA), fundada em 1856. Outra fração de grande peso econômico foi a comercial, representada pela Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BOLSA), fundada em 1856, e pela Camara Argentina de Comercio (CAC), fundada em 1924. E resta ainda mencionar o setor industrial, cujos interesses organizavam-se na Unión Industrial Argentina (UIA), fundada em 1887.

Quanto aos fatores político-econômicos, estiveram ligados ao tipo desenvolvimento adotado pelo país. Após 1930, mais particularmente sob o governo de Perón (1943), a Argentina adotou o modelo de substituição de importações. Com isso, além das distinções acima mencionadas entre a burguesia, novas clivagens surgiram em função da diferenciação de

interesses quanto aos rumos da política econômica. Dessa forma, adquiriram importância os seguintes setores: aqueles cuja produção orientava-se para o mercado interno; aqueles que dependiam dos benefícios do Estado, das políticas protecionistas; bem como os pequenos e médios empresários. Em agosto de 1953, foi fundada a Confederación General Económica (CGE), que aglutinava e representava tais interesses. Em contraposição às medidas regulacionistas, em 1972 foi fundada a Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA), que representava os interesses dos grandes bancos nacionais frente ao governo de Isabel Perón (1973-1976).

Os atritos entre os diferentes segmentos do empresariado provocaram diferentes movimentações, alianças e disputas. Em meio a isso, a Confederación General del Trabajo (CGT) foi outro ator importante naquele cenário, estando frequentemente alinhada com a CGE, na composição de um bloco que expressava a base social do peronismo frente aos grupos orientados para o mercado externo e a liberalização econômica.

A força desses atores em disputa e o nível de antagonismo de seus projetos transformaram o Estado numa arena de conflitos. Assim, de acordo com Birle (1997), as bruscas mudanças políticas sofridas pela Argentina ao longo do século XX devem-se em boa parte a esses fatores.²³

Em meio a essa situação, o esgotamento do modelo desenvolvimentista foi potencializado por circunstâncias externas, como as restrições do mercado europeu à carne argentina - o que desequilibrou drasticamente a balança comercial do país detonando uma forte instabilidade econômica. Impunha-se, então, a necessidade de mudanças profundas na organização econômica e social da Argentina. Porém, as mudanças necessárias esbarravam na ativa mobilização das classes subalternas, no crescente tensionamento armado e na força política que detinha o bloco peronista, oriunda do padrão de acumulação vigente.

Como a estrutura econômica e social argentina era muito sólida, as frações do capital mais alinhadas com as novas circunstâncias mundiais - de declínio do *Welfare State* e de ascensão do

²³ Cf. Birle (1997), os sucessivos golpes de Estado sofridos pelo país estão relacionados com os choques entre os diferentes setores do empresariado.

neoliberalismo - não tinham força suficiente para impor-se sobre os setores apoiados no modelo desenvolvimentista. A instabilidade no país chegava, então, num ponto extremo. Diante dessas contradições, os militares tomaram a frente da situação, assumindo o controle político do país em 1976 e inaugurando um conjunto de transformações que resultariam na superação do desenvolvimentismo e das condições sociais e econômicas que deram viabilidade a este. O novo regime conseguiu impor uma profunda alteração na configuração das classes, alterando as frações hegemônicas no bloco dominante e desarticulando profundamente as classes subalternas. Com isso, concretizou-se a primeira etapa do processo mais geral de introdução do neoliberalismo na Argentina: a radical transformação do modelo de acumulação vigente até o golpe. O elemento principal dessa etapa foi a coerção, que se manifestou no significativo aumento da autonomia relativa do Estado frente à burguesia, fator necessário para operar as transformações mais críticas na construção de um novo padrão de acumulação. Ou seja, ante a necessidade de se atualizarem as estruturas do capitalismo argentino - tarefa que as frações mais dinâmicas do capital não conseguiam fazer, dada a força do setor mercado-internista, apoiado no sindicalismo peronista -, o Estado atuou de forma a realizar o que a fração da burguesia identificada com o novo modelo não conseguia fazer sozinha, reorganizar estruturalmente as classes sociais e o arranjo no interior das frações dominantes do capitalismo argentino.

A ditadura Argentina, inaugurada em 1976, autodenominada *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN, ou simplesmente *proceso*) cumpriu o objetivo de “refundar estruturalmente la sociedad argentina y poner en marcha un nuevo proyecto dominante” (AZPIAZU; BASUALDO; KHAVISSE, 2004, p. 175). Para tanto, teve de atuar sob três eixos gerais:

- 1) A redefinição do papel do Estado, através de sua subordinação direta ao projeto do novo grupo dominante - o qual aquele ajudou a colocar no centro da atividade econômica, e o que representou a centralidade do capital financeiro na economia do país.
- 2) A reestruturação social e produtiva, impondo-se um modelo regressivo de distribuição de renda - sob a qual se realizou uma massiva transferência de recursos dos setores assalariados aos setores mais concentrados do capital.
- 3) A reconstituição das condições de dominação social - o que se expressou através das políticas de “disciplinamento” social, significando a desarticulação política do movimento operário e uma

derrota política, militar e ideológica das esquerdas e, em menor medida, dos setores econômicos que se apoiavam no modelo anterior à ditadura, como condição necessária para operar todas as transformações.

Essas mudanças representaram uma alteração qualitativa na correlação de forças das classes em conflito. Dado que as condições sob as quais as classes estruturam-se estão diretamente relacionadas ao padrão de acumulação do país e que, nesse sentido, definem também as condições sob as quais acontecem as lutas e os embates políticos, a alteração do padrão de acumulação ocorrida sob a ditadura representou mudanças que se refletiram diretamente nesses dois aspectos.

Entre os setores dominantes, o novo bloco configurou-se a partir da consolidação de duas frações do capital em torno de um mesmo projeto hegemônico: os grandes grupos econômicos (GGEE), e as empresas transnacionais diversificadas ou integradas (ETDIs), diretamente ligados ao capital financeiro.²⁴ Esse projeto foi levado a cabo pelo Estado, redefinindo a estrutura produtiva mesma do país. Isso levou ao enfraquecimento dos setores burgueses opositores, em especial daqueles que se apoiavam no mercado interno. Por outro lado, o regime ditatorial serviu de instrumento político a serviço da eliminação de qualquer entrave para a implementação desse projeto. Assim, realizaram-se os ataques à classe operária. Parte da capacidade de organização e combatividade do movimento dos trabalhadores era derivada do velho modelo desenvolvimentista, particularmente sua estrutura sindical de tipo corporativa e a legislação trabalhista, que materializavam uma determinada correlação de forças. A ditadura modificou as condições sob as quais a classe trabalhadora conformava-se, organiza-se e punha-se em movimento. Além disso, a própria situação de guerra contra a “subversão” foi determinante para a desarticulação dos trabalhadores - processo que vinha ocorrendo desde antes do golpe (MARÍN, 1996) e que se aprofundou qualitativamente após 1976, chegando ao alarmante saldo de 30 mil mortos e desaparecidos políticos (CONADEP, 1987).

²⁴ Para uma definição detalhada dos GGEE e ETDIs, ver Azpiazu, Basualdo e Khavisse.,(2004)).

Esta foi a maneira pela qual se realizou a primeira etapa do projeto do novo bloco dominante, resultando na desindustrialização do país; numa brutal transferência de riqueza dos trabalhadores e do Estado para os GGEE e as ETDIs; num aumento significativo da dívida externa, da dependência; e na implementação de um modelo de acumulação baseado na valorização financeira do capital.

4.1.1 A Política Econômica da Ditadura

A política econômica levada a cabo pelos militares representou uma alteração profunda nas modalidades de intervenção estatal, significando a ruptura quase que definitiva com o modelo de substituição de importações. Esse processo esteve marcado por distintas fases além de uma visível heterogeneidade de instrumentos utilizados em sua aplicação. Desse modo, o período dividiu-se em dois momentos principais: o primeiro com as principais medidas de ajuste, passando os GGEE e as ETDIs à centralidade; e o segundo, que, como consequência do primeiro, foi marcado pela profunda recessão econômica, o que demandou uma nova série de medidas por parte do governo, consolidando a centralidade dos dois grupos dominantes, a partir do substancial enfraquecimento dos demais setores burgueses. Após essa fase, em decorrência da situação produzida pela crise e das respostas dadas pelos oficiais, veio o momento de declínio da ditadura, onde se inscreveram a Guerra das Malvinas e a transição para a democracia.

Os objetivos principais do PRN, anunciados pelos oficiais, eram a liberalização generalizada dos mercados, particularmente do financeiro, a abertura econômica ao exterior, o fim das políticas de protecionismo e subsídios estatais e o combate frontal aos setores “subversivos” da sociedade. Tal como aponta Acuña (1995, p.7):

The new government and the technocrats who staffed it argued that the crisis was due not only to guerrilla activity, ‘excessive’ union Power, or Peronism; they argued that fundamental problems included a semi-closed economy in which resources were not well allocated.

O que fez com que quase todas as organizações empresariais apoiassem o *proceso*, recebendo com grande expectativa as novas políticas econômicas.

4.1.2 O Primeiro Momento: Abertura Econômica

Em 2 de abril de 1976, o ministro José Alfredo Martínez de Hoz apresentou o novo programa econômico aprovado pela junta militar, o qual tinha as seguintes metas gerais: : o saneamento monetário e financeiro; a expansão do aparato produtivo do país, com crescimento não inflacionário da economia; a aceleração da taxa de crescimento econômico e distribuição “razoável” de renda (adequação dos salários à produtividade), com vistas a reduzir as “distorções mais sérias” na distribuição de renda. O programa foi amplamente apoiado pela SRA, CAC e ADEBA, cujos lucros eram fortemente comprometidos pelo intervencionismo e regulação estatais.

Em conformidade com essas metas, a contenção da inflação - que crescera vertiginosamente sob o governo de Isabel Perón, fruto das restrições do mercado externo - passou a ser a prioridade de curto prazo. Assim, na sua primeira fase, as medidas imediatas deveriam ser: por um lado, um congelamento salarial geral por três meses e, por outro lado, a eliminação do sistema de controle de preços. Essa última medida, combinada com alterações na política cambial, entrava em contradição direta com a primeira, onerando pesadamente a classe assalariada.

Nesse momento, e em função dessas medidas iniciais, foram levadas a cabo as primeiras políticas de “disciplinamento” social. Entre elas, ocorreram a dissolução da Central General de los Trabajadores (CGT); a supressão das atividades sindicais e, particularmente, do direito de greve; as reformas na lei de contrato de trabalho, a eliminação das convenções coletivas para a

questão salarial.. Desse modo, realizava-se a desarticulação do movimento operário e, por consequência, inviabilizava-se a resistência dos trabalhadores às transformações. Além dos ataques aos trabalhadores, é importante mencionar que os generais estavam dispostos a “disciplinar” todos os setores identificados com a “*sociedad política populista*”, o que incluía os segmentos do empresariado identificados com o peronismo e com o modelo desenvolvimentista. Ainda em 1976, o governo dissolveu a CGE e interveio diretamente na UIA, garantindo o controle político desta (ACUÑA, 1995). Na metade desse ano, a primeira fase já havia sido realizada, e as “distorções mais sérias” haviam sido atenuadas, ou seja, a implementação de um novo e mais reduzido nível salarial.

O passo seguinte do programa econômico de Martínez de Hoz foi marcado por uma industrialização seletiva, ligada às duas frações dominantes e definido por dois velhos critérios, como sugere Marini (2000.): o mercado externo e o Estado. Com isso, a economia começava a deslocar seu eixo dinâmico do mercado interno para a exportação com base em subsídios estatais, definindo-se uma característica estrutural do novo padrão, que perdurou até o início dos anos 1990.

A partir da segunda metade de 1976, a política econômica dos militares privilegiou os investimentos como “fator de impulso”. Nessa época, foram criadas condições para a abertura de empresas estrangeiras iguais às existentes para as nacionais e uma forte política de abertura ao mercado externo, com a redução pesada dos subsídios,²⁵ além de uma significativa redução das taxas alfandegárias (numa média superior a 40 pontos). Com isso, o governo eliminava as políticas de proteção do mercado interno, típicas do modelo anterior, permitindo uma invasão de produtos importados, empresas estrangeiras e, conseqüentemente, deixando exposta toda a fragilidade dos setores produtivos nacionais.

Já na metade de 1977, um conjunto de medidas foram tomadas em favor do setor financeiro, que começava a ocupar o papel central na absorção de recursos. Em 1978, passou-se a uma nova etapa de abertura, a partir de um programa de redução de tarifas alfandegárias, com o

²⁵ Por exemplo, os subsídios dos produtos agropecuários, que oscilavam entre 10% e 50%, caíram para 5% e 25%.

objetivo de tornar o mercado internacional a referência e o mecanismo de controle de preços e regulação da inflação.

Até fins de 1977, a produção de bens duráveis (particularmente de automóveis), cresceu significativamente junto com o aumento nos investimentos de bens de capital. Contudo, os ramos da produção que atendiam à demanda de consumo ligada aos assalariados - o setor mercado-internista do capital - começavam a sofrer as consequências da abertura externa. Além disso, como resultado do primeiro ano da política econômica, a renda dos trabalhadores havia caído significativamente.²⁶

4.1.3 O Segundo Momento: a Recessão

O momento seguinte, correspondente à crise, foi marcado pelo endividamento externo como forma de lidar com a situação e pela desindustrialização. Esse momento foi chamado por Birlé (1997, p. 124) de fase de orientação monetarista da ditadura, quando as altas taxas de juros estimularam fortemente a especulação financeira e o ingresso maciço de capital volátil no país. Segundo Azpiazu, Basualdo e Khavisse (2004), a Argentina foi o país latino-americano que mais tardiamente concretizou sua internacionalização financeira e que mais velozmente endividou-se, ao passo que foi o país que menos investimentos produtivos realizou em função desse mesmo endividamento. A maior fatia da dívida foi contraída entre 1979 e 1981, passando de 6,5 bilhões para 32 bilhões de dólares.

Entre 1980 e 1982, o país atravessou uma situação dramática, durante a qual o produto industrial caiu quase 25%. Apesar de várias medidas de caráter conjuntural, pautadas por sucessivas desvalorizações cambiais, aplicadas pela nova equipe econômica do governo, não foi possível reverter a tendência geral, que era de forte endividamento privado, sofrido pelos setores econômicos que não estavam associados diretamente ao capital financeiro, o que exclui os GGEE

²⁶ No capítulo anterior foi apontada a relação entre alta e baixa esfera de consumo segundo a discussão das economias dependentes feitas por Marini.

e as ETDIs. Isso fez com que, em dezembro de 1981, a UIA se manifestasse publicamente, denunciando os métodos de condução da política econômica do governo e o grande endividamento dos empresários, ainda que seguisse apoiando a liberalização da economia.

Como ápice desse processo, em 1982, estabeleceu-se um sistema de financiamento a taxas negativas que foi bem sucedido no auxílio dessas empresas. Porém, a mais significativa medida tomada pelo Estado em favor do capital privado ocorreu através da comunicação A-251 do Banco Central, a saber, a transformação da dívida privada em dívida pública. Isso significou uma importante transferência dos recursos do Estado aos setores privados endividados em moeda estrangeira. Esse ponto é um marco no processo de mudança, definindo o Estado como salvaguarda do capital financeiro. Contudo, as contradições diretas dessa medida cobraram seu custo mais à frente, como será apontado.

Assim, a recessão forçou o governo a recuar de algumas das medidas liberalizantes adotadas entre 1976 e 1977. Além do endividamento dos segmentos que não estavam diretamente associados ao capital financeiro - gerando críticas da UIA -, o governo teve de retomar as medidas de retenção sobre os produtos agrícolas, o que provocou atritos com a SRA, e, em 1981, ao restituir algumas medidas de regulação e controle financeiro sobre os bancos, a ADEBA também se lançou à crítica aos oficiais.

Desse modo, operou-se a consolidação do GGEE e das ETDIs no cenário argentino como as frações hegemônicas do capital, o deslocamento para uma posição secundária dos setores ligados ao mercado interno e a perda de confiança dos ruralistas nos militares. Isso significou a conclusão das transformações que o país sofrera e o início do declínio do regime militar. A próxima etapa viria depois com a Guerra das Malvinas e a redemocratização.

4.1.4 Os Nexos Internos entre Economia e Política

Para além desta breve exposição da política econômica dos militares, é preciso mapear mais detalhadamente *como* tal política favoreceu a conformação de um novo grupo hegemônico. Tal preocupação justifica-se pelo fato de que as relações entre os aparatos do Estado, o novo modelo econômico e as duas frações do capital que tomam a centralidade nesse processo são tão profundas que ajudarão a compreender melhor a redemocratização e a construção da hegemonia neoliberal.

Desse modo, é preciso analisar as consequências da gestão econômica da ditadura, abordando seus efeitos derivados e estruturais. Do ponto de vista dos efeitos derivados, a consolidação dessas duas frações do capital esteve estreitamente vinculada com a própria crise gerada a partir de 1978 e as respostas dadas pelo Estado para a recessão, por meio de três movimentos simultâneos:

O mais significativo foi o de destruição de capital, expresso na quebra de grande número de empresas produtivas nacionais médias e pequenas, sendo o momento mais agudo desse processo o da chamada “desindustrialização”. É preciso lembrar que os setores mais afetados foram aqueles representados pela antiga CGE. Em 1983, o PIB industrial era 85% do que fora em 1974 - o que demonstra a magnitude dessa política.

O segundo foi a aquisição, por parte dos GGEE e das ETDIs de capitais em funcionamento - aqueles que não foram totalmente aniquilados pela abertura econômica, mas que em geral não tinham maiores perspectivas de sobreviverem a médio e longo prazo.

Já o terceiro movimento, atrelado ao anterior, foi a abertura de outras empresas ou estabelecimentos produtivos por parte daqueles dois setores. A intervenção estatal, aí, foi determinante, definida pelo Regime de Promoção Industrial (RPI) e pela política de Compra

Nacional, que se tornaram a principal fonte de subsídios para investimentos privados até quase o final da década de 1980, tendo os GGEE e as ETDIs como seus principais, mas não únicos, beneficiários.

Quanto ao papel jogado pelo RPI, é importante destacar que os investimentos foram destinados a um número muito reduzido de ramos industriais, e, dentro destes, a um número muito pequeno de empresas. Do total investido pelo programa, pouco menos de 60% destinaram-se a seis ramos da indústria, dentre as quais se destacaram celulose, química e petroquímica, cimento e siderurgia. Dos 693 projetos de investimento aprovados, 48,3% eram oriundos de uma das quatro maiores empresas de cada ramo. No âmbito geral, 80,6% dos recursos foram investidos na produção de bens intermediários, sendo que os bens de capital passaram a ser importados, o que aumentou a dependência externa do país. (AZPIAZU; BASUALDO, 1990). Isso só foi possível graças à própria legislação, que liberou a importação desses bens e deu às empresas liberdade para definirem a aplicação dos recursos de acordo com suas estratégias - uma vez que o RPI não determinava uma linha específica para os investimentos realizados com os recursos oriundos do Estado. Essas características demonstram que o RPI serviu como um mecanismo de concentração de capital nas mãos dos GGEE e ETDIs, de projeção para posições de liderança dessas empresas nos seus ramos de produção e de aumento do grau de poder desses setores tanto na economia quanto na política argentina. Junto a esses dois grupos, um outro setor beneficiou-se, particularmente com a política de compra nacional, tornando-se fornecedor direto do Estado, com privilégios nas negociações e vendendo seus produtos e serviços a preços acima do valor de mercado. Esse setor, que se tornou uma fração do capital parasitária do Estado, ficou conhecido como *pátria contratista* (AZPIAZU; BASUALDO; KHAVISSE, 2004).

É preciso ressaltar que esses movimentos acarretaram a diminuição da estrutura industrial, por um lado, através do desaparecimento ou substancial enfraquecimento de certas frações da burguesia e, por outro lado, por uma poderosa concentração de capital nas mãos das duas frações aqui mencionadas.

Já do ponto de vista estrutural, a política econômica dos militares foi decisiva para a condução dos GGEE e ETDIs ao centro do desenvolvimento econômico argentino, não só como

resultado da arbitrariedade no manejo estatal, mas também como “derivación de la funcionalidad que tuvo la política económica com respecto a las condiciones estructurales que prestaban estos capitales” (*Ibid.*, p. 181).

Em relação à arbitrariedade no manejo estatal em favor desses setores, ganha relevância a questão da dívida externa e sua relação com o novo padrão de acumulação. Durante 1980, a ameaça de uma *subvaluación* do dólar combinou-se com a exigência dos credores externos de que os devedores privados garantissem suas obrigações com ativos financeiros no exterior. Com isso, os credores ganhavam a garantia de pagamento por seus empréstimos, e os devedores eliminavam o risco de perda em face de uma potencial desvalorização da moeda. (*Ibid.*, p. 200). Isso levantava um problema crucial, qual seja, o esvaziamento das reservas monetárias. Nesse momento, o Estado entrou em cena com um papel decisivo. Primeiramente com o seguro de câmbio, e, depois, com a pesada emissão de títulos da dívida externa - política que prosseguiu durante o governo radical -, configurando-se a estatização da dívida externa privada, de forma a preservar os ativos financeiros privados intactos no exterior.

Para entender como esse processo vinculou-se ao novo padrão de acumulação ligado às novas frações hegemônicas do capital é interessante observar algumas características do endividamento. A mais marcante de todas foi o acentuado grau de concentração da dívida num diminuto número de operações. Os maiores devedores privados concentraram, em 411 operações, ou seja, 4,7% das transações, 77,3% do valor total da dívida externa privada do país (16,499 bilhões de dólares). Entretanto, chama igualmente a atenção o perfil do grupo dos maiores devedores. Destes, 30 GGEE contraíram no exterior uma dívida de 7,139 bilhões de dólares, que representaram 43,4% das obrigações dos grandes devedores e 33,6% da dívida privada total. Ainda cabe destacar que houve 106 ETDIs que se endividaram, em diversos casos com suas próprias matrizes, em 7,118 bilhões de dólares, ou seja, 43,3% da dívida entre os grandes devedores e 33,4% do total da dívida privada. Em suma, os GGEE e as ETDIs, somados, acumularam 67% do total da dívida privada do país, representando 86,7% entre os grandes devedores. Seria interessante mencionar ainda que, somados, os cinco maiores devedores - Celulosa Argentina, LOGASCO SA, Autopistas Urbanas, Pérez Compac e ACINDAR -

concentraram mais de um quarto da dívida privada total do país (25,2%), o que reforça o argumento de Azpiazu, Basualdo e Khavisse (2004, p. 201-2) de que:

El endeudamiento externo constituyó uno de los mayores *saqueos* que registra la historia reciente de nuestro país, que fue llevado a cabo por un reducido número de grupos económicos y de ET que impusieron las modalidades y el ritmo del endeudamiento externo, realizaron una inédita fuga de capitales al exterior y, finalmente, traspasaron sus propias deudas al Estado.

As características assinaladas definem, portanto, uma modalidade de endividamento que esteve intimamente combinada com o novo padrão de acumulação implementado no país, definida pelo novo bloco dominante, o que reforçou a concentração de capital e de poder nas mãos dos GGEE e das ETDIs, colocando a dívida a serviço destes.

Já quanto à funcionalidade da política econômica, podemos identificar quatro traços fundamentais que evidenciam como esta se operou:

O primeiro deles está na relação entre a reforma financeira promulgada pelos militares e o desenvolvimento do setor financeiro pertencente à estrutura empresarial de GGEE e ETDIs. Com uma política econômica baseada em altas taxas de juros, redução de barreiras alfandegárias e a valorização da moeda, o endividamento com o sistema bancário e extrabancário passou a ser decisivo para o financiamento da indústria. Desse modo, os dois grupos dominantes passaram a ter um fácil acesso ao crédito para suas empresas produtivas pois, ao contrário dos demais setores do capital, tinham acesso a taxas de juros diferenciais a partir das financeiras e bancos que estavam sob seu controle. Através da transferência de recursos entre o componente financeiro e o produtivo podiam financiar a atividade produtiva com maior agilidade em certos momentos e, quando era mais lucrativo, podiam investir em especulação a renda gerada na indústria - procedimento bastante frequente ao longo do período. Ganharam, assim, uma larga vantagem sobre as empresas menores ou mesmo sobre as grandes que não tinham sob seu controle financeiras ou bancos.

O segundo traço foi o amplo espectro de atividades que os referidos capitais cobriam. Com isso, podiam ter maior incidência nas atividades mais dinâmicas e lucrativas em certos

momentos e, em outros, deslocar seus recursos das empresas em melhor situação econômica e financeira para as que estavam em situação mais crítica - o que se verificou entre as empresas industriais nos mais duros momentos da desindustrialização. Ou seja, a partir de sua concentração, derivou-se uma flexibilidade que foi decisiva durante o período.

O terceiro traço importante foi a integração vertical das distintas atividades realizadas pelas empresas controladas por esses setores. A partir de 1976, constata-se uma forte centralização das atividades comerciais entre empresas de um mesmo grupo, ao passo que esses mesmos tipos de atividades diminuem no restante das empresas, permitindo-lhes manter níveis de atividade diferenciais.

O último traço a ser destacado diz respeito à redefinição do aparato estatal, operada a partir do golpe. Com isso se observou uma impressionante transferência de recursos estatais para os GGEE e as ETDIs, através da demanda gerada pelo Estado - por exemplo, construção civil e maquinário militar -, da oferta de bens e serviços, do manejo de preços relativos e do crédito, incluindo-se o acesso diferencial a este. Além desses mecanismos, é preciso destacar as privatizações de atividades periféricas e a abertura ao capital privado de estatais estratégicas.

Se, por um lado, os Grupos Econômicos e as Empresas Transnacionais firmaram-se na economia argentina, desde a fase de substituição de importações (ou antes disso), como agentes de peso; por outro lado, foi com a ditadura que essas duas frações passariam a estar no centro do processo de acumulação do país, a partir de um projeto comum implementado com importância decisiva pelo Estado.

A constituição do novo poder econômico, marcada pela inédita concentração de capital, precisa ser avaliada ainda em sua relação com os trabalhadores. Com o aumento da produção de bens de consumo duráveis e a importação de bens de capital, incrementou-se a proporção de capital constante no setor produtivo. Além disso, o saldo de demissões e a redução salarial representaram uma significativa redução da proporção de capital variável. Com isso, obteve-se um aumento significativo da massa de mais-valia produzida tanto pelo aumento da jornada de trabalho quanto pelo aumento da produtividade por hora trabalhada.

Os resultados de todo esse processo sobre a distribuição da renda no país são impressionantes. Tal como observam Azpiazu e Basualdo (1990, p. 97), entre 1976 e 1983, a quantidade de operários ocupados reduziu-se em mais de um terço (34,3%), e as horas trabalhadas em 30,4%. Contudo, a jornada de trabalho média teve um incremento de 5,9%. A produtividade média da mão-de-obra, por sua vez, obteve um significativo crescimento de 37,6% referente aos operários ocupados, e de 29,9% em função das horas trabalhadas. Já o salário real e o custo salarial reduziram-se em 17,3% e 18,6%, respectivamente. Desse modo, a relação produtividade/custo salarial, ou a distribuição interna da renda industrial, revela que, nesse período, a apropriação do excedente pelo setor empresarial aumentou em 69%.

Esses dados demonstram um qualitativo aumento da exploração e uma massiva transferência de renda do setor assalariado para o bloco dominante. Sem dúvida, essa distribuição regressiva da renda nacional teve um forte impacto na vida dos trabalhadores, que tiveram que arcar com o pesado custo das mudanças ocorridas.

A longo prazo, esse processo tendeu a levar à redução da taxa de lucro das empresas - o que levaria a burguesia a mobilizar um conjunto de elementos para contrabalançar tal tendência. O processo de choque entre tendências e contratendências iria configurar o período democrático. As instituições do regime democrático jogariam um papel decisivo - como será apontado mais à frente - sob o governo de Carlos Menem (1989), através das privatizações, reformas estruturais, ajuste fiscal, endividamento externo e da flexibilização trabalhista.

Por fim, é preciso ressaltar que a imposição desse modelo só foi possível mediante um embate frontal com as esquerdas e o movimento operário. Nesse sentido, a estrutura de terror montada pelo Estado foi muito precisa e eficiente. Desde antes do golpe, a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) era uma força paramilitar que atuava sobre os setores mais dinâmicos da luta de classes. Durante o governo do General Videla (1976-1980), essas forças tiveram uma atuação coordenada com os então criados Grupos de Tarefas (GT), compondo, juntamente com o restante do aparato repressivo do regime, uma imensa estrutura voltada para o combate às esquerdas e ao movimento operário.

Já na implementação das primeiras medidas econômicas do ministro Martínez de Hoz, o governo oficializara a repressão sob o nome de políticas de “disciplinamento social”, com o objetivo de criar a correlação de forças necessária para inicializar as mudanças no modelo. Segundo o balanço da Comisión Nacional para Desaparecidos Políticos (CONADEP), o saldo de assassinatos e desaparecimentos por motivos políticos chegou à cifra dos 30 mil. Contudo, como destaca Rojas (2006), polemizando com a leitura de diversos setores, inclusive da própria CONADEP, o regime não atuou contra alvos aleatórios nem contra opositores dispersos. Houve a definição de um alvo preciso: os elementos mais combativos e dinâmicos da luta de classes. Com isso, sua ação repressiva incidiu prioritariamente sobre os quadros políticos, sindicais, os militantes e dirigentes de grupos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, de modo a operar uma fratura dentro do campo da resistência, separando o “político do social” (ROJAS, 2006), cortando os elos entre direção e base. Ou, nas palavras de Horowicks (1991, p. 14-5):

la masacre fue posible porque los masacradores lograron establecer cuñas entre los segmentos dinámicos de la oposición política y el grueso de los trabajadores, entre el grueso de los trabajadores y el grueso de las capas medias.

Essa precisão na abordagem da repressão é importante, pois está diretamente relacionada com o processo ideológico - ocorrido mais à frente, na transição para a democracia - de diferenciação dos setores dominantes com o *proceso* e a representação dos anseios democráticos.

É preciso, ainda, agregar ao saldo da repressão, o número de 300 mil desempregados, como fruto da desindustrialização, e a queda qualitativa no nível de vida dos trabalhadores em geral, com o retrocesso das conquistas acumuladas nos períodos anteriores, como resultante das alterações no modelo. Esses fatores, juntos, compuseram o quadro de uma imensa derrota política, militar e moral da classe trabalhadora e dos setores engajados na luta pela transformação social.

4.1.5 O Saldo do Proceso

O saldo geral da ditadura foi, desse modo, a reconfiguração dos setores dominantes, agora hegemonizados pelos grandes Grupos Econômicos nacionais e associados e pelas Empresas Transnacionais. Essas duas frações conseguiram impor um novo padrão de acumulação mediante um regime político ditatorial. Esse novo padrão, combinado com uma violenta repressão sobre a resistência popular, significou a desarticulação das classes trabalhadores, acompanhada de uma massiva transferência de renda para as novas frações dominantes. O próprio Estado foi alvo de fortes transformações, colocando-se a serviço da dinâmica de acumulação do novo poder econômico e servindo, também, como fonte de transferência de recursos para os GGEE e as ETDIs. Com isso, o velho modelo desenvolvimentista, um dos elementos a dar forma tanto ao Estado quanto às próprias classes, foi sendo desmontado e substituído por outro, que também representou novas formas ao Estado e às alianças de classes e frações de classes.

Pela solidez da estrutura econômica e social da Argentina desenvolvimentista, bem como pela articulação política dos diferentes grupos sociais, as transformações ocorridas não poderiam acontecer senão mediante uma crise. O novo padrão instalado no país não poderia ser a simples variação de um tipo de desenvolvimento, calcado em certa margem de distribuição de renda, para outro, de característica concentradora. Através de uma forte autonomia do Estado e da sistemática exclusão dos representantes da burguesia do manejo da política econômica, encabeçada por um seleto círculo de tecnocratas, os militares mergulharam o país numa recessão tal que levou à falência ou ao brutal enfraquecimento de frações inteiras do capital: aquelas ligadas ao mercado interno (ACUÑA, 1995). Da mesma forma, a violenta repressão, combinada com a abertura externa, ainda que incompleta, e a guinada para uma produção voltada para exportação, ocasionaram um enfraquecimento tanto político quanto organizativo da classe trabalhadora. O desmonte do modelo desenvolvimentista implicou, assim, a remoção das próprias bases econômicas e sociais que davam sustentação às principais forças políticas da Argentina. Mediante uma rearticulação do poder do Estado, de forma a esmagar resistências e a isolar-se de pressões contrárias, foram criadas as bases para um novo projeto político, econômico e social.

Com o fortalecimento das frações dominantes ligadas ao capital financeiro nacional e internacional (GGEE e ETDIs) e a desarticulação dos setores dominados, e, por consequência,

com o estabelecimento de uma correlação de forças bastante desfavorável aos trabalhadores e mesmo ao capital mercado-internista, o regime autoritário conseguiu cumprir sua tarefa. A primeira etapa para a concretização da hegemonia neoliberal estava concretizada.

A realização dessas mudanças, no entanto, acumulou um conjunto de contradições que conduziram o regime autoritário ao declínio. Seu desgaste perante as diferentes frações de classe e a situação de penúria dos trabalhadores em geral foram isolando os militares e preparando as condições para a transição. Além disso, o novo bloco dominante precisava aumentar sua influência direta sobre o controle da política econômica, obter o consenso social em torno ao seu projeto, ganhar legitimidade política frente aos demais setores empresariais e finalizar a implementação do neoliberalismo na Argentina. Para isso, o próximo passo seria a redemocratização.

4.1.6 O Declínio e a Transição

Com a derrota imposta à esquerda, a profunda deterioração das condições de vida da classe trabalhadora argentina não chegava a representar uma ameaça frente aos setores burgueses dominantes no momento da realização da abertura. O brutal processo de retirada de renda dos assalariados, particularmente os do setor industrial, só foi possível mediante a repressão. Assim, quando se esgotaram as tarefas dos militares, a profundidade das transformações realizadas impossibilitava o resgate político do modelo anterior. Ao mesmo tempo, a fratura produzida na organização das esquerdas e do movimento operário era um entrave objetivo para a conformação de um projeto político alternativo com alguma expressão social real, em curto prazo. Dada a correlação de forças construídas ao longo da ditadura, pode-se dizer que não havia possibilidade de um acirramento dos conflitos sociais capaz de pôr em risco a continuidade do projeto que vinha sendo construído desde 1976. A sociedade estava politicamente “estabilizada”. Seria possível, talvez, argumentar que, com a abertura, o peronismo viesse a recobrar seu vigor político

junto aos trabalhadores, contudo, sua atuação no momento da abertura parece ter afastado essa possibilidade. Desse modo, desenvolviam-se as condições para a passagem ao regime democrático. Para tanto, é importante compreender os movimentos das associações representativas da classe proprietária com relação ao regime.

Como já mencionado, o setor do pequeno e médio empresariado industrial e os segmentos orientados para o mercado interno foram fortemente golpeados pelas medidas de Martínez de Hoz, além de terem sua organização, a CGE, dissolvida. A UIA, que aglutinava os industriais com perfil liberal, ainda que tenha sofrido intervenção do governo, no primeiro momento do golpe, manifestou-se satisfeita com a condução da economia, particularmente em função do congelamento salarial e da liberalização dos preços (BIRLE, 1997). Entretanto, começaram a se diferenciar dos rumos adotados pelos militares a partir de fins de 1977, sendo que com a forte recessão os industriais manifestaram-se publicamente contrários à política do ministro da economia em 1980. Em fevereiro de 1981, a UIA voltou à normalidade. Nesse momento, passou à ofensiva política, denunciando as altas taxas de juros que freavam os investimentos produtivos e boa parte da política de orientação monetarista do governo. Com a ascensão do General Viola, em março de 1981, foi anunciado o abandono da política monetarista por parte do governo, contudo, os industriais viram suas exigências serem frustradas por se confrontarem com os interesses do capital financeiro.

O setor agrário, que havia apoiado fervorosamente o *proceso*, desde 1978, começou a distanciar-se dos militares quando estes restabeleceram algumas das taxações sobre produtos agrícolas. A postura da SRA era de apoio ao programa original de liberalização, anunciado em 1976, e de crítica aos militares por estarem afastando-se desse programa.²⁷ Com o General Galtieri e a aventura frustrada da guerra contra a Grã-Bretanha (1982), os impostos sobre exportações agrícolas voltaram a subir, aumentando sobremaneira a desconfiança dos ruralistas em relação aos os militares.

²⁷ Cf. Birle, 1997.

Por fim, a ADEBA e a CAC foram as organizações empresariais que mais tardiamente passaram à crítica pública ao governo. Juntamente com a SRA, eram ferrenhas opositoras do governo peronista e do regulacionismo estatal. Até 1981, em função da política de orientação monetarista, a organização dos grandes bancos nacionais expressava forte apoio ao regime. Entretanto, neste mesmo ano, o governo viu-se obrigado a intervir no sistema financeiro e a restabelecer algumas das medidas de controle eliminadas em 1976 - o que fez a ADEBA protestar contra essa “traição dos fundamentos do *proceso*”. A CAC, por sua vez, não chegou a fazer críticas frontais, apenas se limitando a cobrar do governo coerência com o programa anunciado em 1976.²⁸

Uma das premissas centrais desta análise é que, do ponto de vista de classe, o regime político vigente entre 1976 e 1982 atuou, de forma muito bem sucedida, na implementação de um projeto que representava os interesses das frações mais concentradas do capital. Todavia, o saldo econômico do *proceso*, se este for avaliado a partir das metas anunciadas logo do golpe, pode ser considerado negativo.²⁹ As medidas liberalizantes não aconteceram como era esperado. Alguns setores do empresariado tornaram-se mais dependentes do Estado – caso de *la pátria contratista* -, o dirigismo estatal aumentou, assim como a especulação financeira e a concentração de capital nas mãos de poucos grupos oligopólicos. Ao longo da ditadura, os gastos do Estado aumentaram mais do que sob o peronismo. O grosso dos recursos foi destinado à expansão dos RPI e do regime de compras nacional; aos gastos militares, particularmente com a Guerra das Malvinas; e à estatização da dívida privada. Diante desse quadro, as diferentes frações do empresariado foram se afastando dos generais.

Ainda assim, o objetivo político de reorganizar o bloco dominante sob a hegemonia dos GGEE e ETDIs foi cumprido. Sob a coerção sistemática assegurada pelo Estado, foi possível calar as esquerdas e, através da crise, marginalizar os setores que antes eram beneficiados com o desenvolvimentismo, bem como impor o pesado custo das mudanças aos trabalhadores. Nesse sentido, os militares serviram de instrumento para a aplicação desse projeto, sendo cor-

²⁸ *Op. cit.*

²⁹ *Op. cit.*

responsáveis pelos resultados dele. Como já foi acentuado anteriormente, o grande beneficiário desse projeto foi o novo bloco dominante, composto pela aliança entre GGEE e ETDIs. Sob essas circunstâncias, então, o regime militar entrou em declínio, e o processo de abertura política começou a avançar.

Restava ainda um problema crucial: a relação do novo bloco dominante com os oficiais. A partir da forte crise recessiva e do aumento do descontentamento das associações empresariais com o governo, o General Videla passou o cargo para Viola, que, sob fortes pressões, anunciou uma guinada na política econômica. Contudo, as contradições no interior da burguesia aumentaram significativamente. O setor financeiro havia se fortalecido e seus interesses se sobrepujavam aos da UIA. Sob uma forte instabilidade, o General Galtieri deu um golpe palaciano e derrubou Viola. Nesse momento, os antagonismos burgueses aumentaram, e a classe proprietária começou a desagregar-se, deixando os militares cada vez mais isolados.

Com a mudança de postura das principais associações empresariais em relação ao regime, o novo bloco dominante precisava obter legitimidade social. Isso exigia, como condição, que se isentasse das responsabilidades pela ditadura. Impunha-se a necessidade de um crescente distanciamento dos militares, dissociando-se do regime que o conduziu ao poder. Assim, o desgaste do regime foi sendo deixado aos oficiais. O objetivo era construir-se uma dicotomia expressa nos termos de militares (autoritários) em oposição aos civis (democráticos), diluindo-se, então, o real conteúdo de classe da ditadura. O julgamento (realizado mais adiante) da junta dos nove oficiais responsabilizados pelo *proceso* institucionalizou a cisão entre o alto oficialato e o bloco burguês ao qual aquele tinha estado até então a serviço. Os laços que vinculavam as pesadas perdas sofridas pelos trabalhadores aos imensos ganhos das duas frações dominantes foram sendo apagados. É possível, portanto, afirmar que o novo bloco dominante passou da posição de corresponsável e de grande beneficiário do regime vigente até 1982 à posição de acusador dos militares e de porta-voz dos anseios democráticos. Essa tarefa foi possível em função de um elemento chave:

Dado o perfil tecnocrático da ditadura, a condução econômica do país desde 1976 aconteceu mediante uma relativa autonomia do Estado frente às pressões exercidas pela

burguesia.³⁰ A partir do início da década de 1980, as diferentes frações do capital tinham como reivindicação comum aumentar seu grau de influência na política econômica do país.³¹ O desafio posto para a burguesia, portanto, era evitar um possível independentismo militar, recolocando-os em seu posto original de simples aparato repressivo do Estado e impedindo que constituíssem uma alternativa política própria.

Porém, segundo Horowicks (1991), os militares confundiram o corpo do Estado com o seu próprio corpo (de oficiais), ou seja, confundiram regime e governo, e tentaram preservar o regime como forma de preservar a si próprios (governantes). Entretanto, sem contar mais com seus aliados e menos ainda com o restante da sociedade, lançaram-se na tentativa de forjar uma alternativa política para não arcarem sozinhos com o ônus da ditadura. A tática para sair dessa crise foi a Guerra das Malvinas. Contudo:

No existió movimiento militar de mayor independencia relativa respecto del bloque de clases dominantes que el ejecutado em ese período. Tal independiente resultado, que la guerra fue encabezada por un gobierno que ninguna clase social reconocía como propia. (*Ibid.*, p. 24).

Sem entrar na análise da Guerra das Malvinas - tema polêmico e que implicaria a fuga dos objetivos deste estudo -, é importante atentar para alguns de seus efeitos nesse período. O conflito bélico expôs ainda mais as contradições no interior do país. A maior parte das frações do capital que apoiaram o golpe tinha estreitas relações econômicas com a Inglaterra, o que tornava o apoio aos oficiais impossível. O restante da sociedade, que num primeiro momento foi tomada pelo sentimento patriótico, imediatamente adquiriu um sentimento anti-imperialista, primeiro contra a Inglaterra, depois contra os Estados Unidos³² e, por fim, contra a própria ditadura, que não foi capaz de radicalizar a guerra por esbarrar nos limites do capitalismo.³³ Com a derrota militar da

³⁰ Cf. Birle, 1997.

³¹ Cf. Acuña, 1995.

³² Ao contrário das expectativas dos generais, os Estados Unidos posicionaram-se do lado inglês

³³ Cf. Moreno (1983) e Horowicks (1991), para dar consequência ao conflito militar o governo precisaria ter nacionalizado o capital britânico existente no país, o que o obrigaria a confrontar-se com os setores burgueses

Argentina, o bloco burguês se fortaleceu, pressionando ainda mais pela transição. Ao mesmo tempo, os militares encontraram-se gravemente abalados, e as forças que compunham a junta dividiram-se, restando apenas o alto comando do exército. Galtieri deixou o governo sozinho e desgastado, passando o cargo para o General Reinaldo Bignone, que deveria completar a transição. Após o término da Guerra, o regime autoritário estava desmoralizado a tal ponto que a indignação social, outrora violentamente reprimida, expressava-se agora em intensas mobilizações públicas:

Os próximos 16 meses até a realização das eleições em 30 de outubro de 1983 foram de intensas mobilizações sociais, marcadas por ‘vecinazos’³⁴, greves gerais e parciais: as reivindicações eram por democracia e contra a crise econômica. (Machado, 2004, p. 52)

Em síntese, esse processo resultou num rearranjo de forças, através do qual os militares foram deslocados de posição e distanciados definitivamente do bloco que eles próprios ajudaram a consolidar. Ante o risco do isolamento completo, restava-lhes uma última cartada. Assim, a alternativa para a sobrevivência do exército e sua última tentativa de se preservar politicamente estava num antigo antagonista político, porém, aliado nacionalista: o peronismo. Como outros reconheceram (Linz e Stepan, 2003), o peronismo acreditava ser eleitoralmente invencível e, com o apoio militar (sua única ameaça real), indestrutível. Já as frações dominantes do capital, cujo interesse nas forças armadas era estritamente funcional, foram se aglutinando ao redor do radicalismo.

Uma clara expressão do formato que tomou esse realinhamento político expressou-se na polêmica em torno da questão da lei da “autoanistia”. Um dos últimos intentos do General Bignone foi editar a lei de “autoanistia” para salvaguardar as forças armadas. O candidato do justicialismo, Italo Luder, posicionou-se favoravelmente à lei, afirmando que, sob um governo

associados ao imperialismo, além disso, deveria adotar uma forte política de taxaçoão do capital para financiar os custos da guerra e, por fim, apelar para o apoio dos países latino-americanos, detonando uma campanha contra o pagamento da dívida externa, e recorrendo ao antigo bloco soviético e Cuba, medidas que dariam ao conflito um caráter explicitamente classista e revolucionário.

³⁴ Os “vecinazos” foram manifestações organizadas a partir de pequenos bairros ou povoados que se articulavam com estreitos laços de identidade coletiva.

democrático, a legislação aprovada não poderia ter efeitos retroativos, ou seja, não se poderia reverter a lei de autoanistia. Assim, selava sua aproximação com os militares. Raúl Alfonsín, por sua vez, adotou posição oposta à de Luder, afirmando a completa nulidade da lei e, como resultado, a necessidade de sua anulação sob o novo regime.

Se agregarmos ao discurso antimilitar de Alfonsín o desgaste de oito anos de governo autoritário direto, 30 mil mortos e desaparecidos políticos, redução de 300 mil empregos na indústria, uma guerra perdida contra a Inglaterra e a deterioração geral das condições de vida da população, fica mais fácil compreender como esse discurso foi se transformando em discurso democrático. Como observa Machado (2004, p. 54), “Alfonsín, um dos políticos mais críticos da ditadura militar, prometia que a democracia podia não só resolver os problemas de longo prazo, como também satisfazer a enorme massa de demandas acumuladas.” Além disso, as frações do empresariado representadas pela CAC, ADEBA e SRA haviam se distanciado dos militares em função de estes retrocederem do programa anunciado em 1976 de liberalização da economia e de retomarem algumas das medidas intervencionistas. Ou seja, criticavam o regime por não se distanciar o suficiente do que representava o programa peronista. Desse modo, o bloco dominante tomou para si a bandeira da democracia e da liberalização econômica, arrastando consigo um amplo espectro da sociedade e das frações do capital.

Por seu turno, o peronismo buscou e obteve como aliado um real adversário, tanto do bloco dominante quanto da própria sociedade nesse momento. Em outubro de 1983, o radicalismo chegou ao poder com mais da metade dos votos. Com efeito, o final da ditadura foi marcado pela mudança de posição dos setores dominantes. Se antes mantiveram estreita relação com os militares beneficiando-se do regime autoritário para ascender ao poder como bloco hegemônico, neutralizando as oposições e implementando seu projeto, agora, com essa tarefa cumprida, podiam dar continuidade a seu projeto a partir da obtenção do consenso social, baseada no novo regime político. Como observou Birle (1997), os empresários passaram a considerar os militares como um aliado demasiado “imprevisível”, além de extremamente fechado à interferência das associações empresariais nos rumos da política econômica. Por dentro do novo regime, seria possível exercer maior influência sobre o governo. E, como apontou Acuña (1997), a “lei de ferro” da supremacia eleitoral do peronismo havia se quebrado com a vitória de

Alfonsín. Nesse primeiro momento da democracia, o ponto de organização e atuação do setor hegemônico do capital foi o novo governo e o radicalismo.

Se o regime político mudou, as frações de classe hegemônicas continuaram no centro do desenvolvimento econômico do país. Se o arranjo institucional do aparato estatal fora profundamente alterado, com a passagem dos aparelhos repressivos ao plano secundário e o restabelecimento de uma ordem constitucional parlamentar, o projeto político e econômico dessas mesmas frações hegemônicas manteve-se em vigor. Sob essa ótica, é possível deduzir que as transformações operadas na forma do Estado estavam relacionadas com a estratégia de preservar e aprofundar o novo padrão de acumulação, agora sob o manto democrático. Mudou-se a forma para se preservar o conteúdo.

Além disso, é importante para esta análise, salientar o fato de que essa operação significou o esvaziamento do conteúdo de classe de todo o processo, o que representou a primeira “característica” do regime que estava em vias de se constituir. Desse modo, foi possível canalizar, para o regime, as expectativas populares de solução dos profundos problemas econômicos herdados da ditadura - o que isentava do debate o modelo de acumulação, bem como seus principais agentes e beneficiários. Com o enfraquecimento do movimento sindical, a desarticulação das esquerdas e o enfraquecimento da burguesia desenvolvimentista, e mediante melhores condições de ingerência direta na política econômica, o regime democrático deixou de significar uma ameaça aos interesses burgueses e passou a representar a possibilidade de articulação e organização de seus interesses e demandas.

4.2 A Democracia do Aveso

Segundo como Marin (2003), Horowicks (1991) e Rojas (2006), a redemocratização ocorreu no marco de uma derrota das classes subalternas. Tanto a guerra contra a subversão quanto as Malvinas prepararam o terreno para a vitória política e moral do bloco dominante: a eliminação dos setores mais ativos e organizados do campo popular e, sob essa base, a institucionalização de uma cidadania de despossuídos, desarmados e desmoralizados (Marin, 2003).

Se, por um lado, o novo regime conseguia canalizar para si as expectativas de melhora de vida das grandes massas populares, recobrando-se de legitimidade e de apoio desde baixo, por outro lado, nos marcos do esvaziamento do debate político, o governo, aglutinando as frações hegemônicas do capital, conseguiu impor as regras do jogo. Assim, concretizou-se uma democracia esvaziada, que capturou em suas regras a oposição, dando vazão somente às discussões secundárias e obtendo a adesão necessária ao projeto dos setores dominantes.

Nos marcos deste estudo, como já foi discutido, é importante destacar que a forma institucional adotada pelo Estado está profundamente conetada com a estrutura social e econômica sobre a qual se assenta. Essa observação se justifica pela necessidade de não se incorrer no equívoco apontado por Gramsci de transformar uma distinção analítica, entre sociedade política e sociedade civil, em distinção orgânica. Mais do que isso, os limites impostos por tal abordagem possuem consequências analíticas que conduzem o entendimento dos fenômenos latino-americanos a um caminho convergente com as justificativas ideológicas do bloco dominante, ou seja, de isolamento das contradições econômicas e de suas formas de legitimação políticas.

Na seção 3 deste trabalho, foi apontado que o processo de democratização ocorrido a partir da crise de 1929 e, particularmente no período do pós-guerra, estava profundamente

vinculado a uma reorganização geral do capitalismo, tendo o Estado com centro. A reconstrução da hegemonia burguesa demandou a assimilação de algumas demandas das classes subalternas, a partir da construção de uma complexa estrutura institucional de cunho distributivo que materializou as bases necessárias para o consenso. Essas foram as condições objetivas sob as quais a democracia massificou-se nesse período - o que influenciou diretamente no seu conteúdo.

Já o contexto dos anos 1980 e 1990 é completamente distinto. A passagem para a forma democrática do Estado ocorreu mediante o forte ataque realizado pelo capital financeiro internacional e pelo novo bloco dominante, o destroçamento das forças de esquerda, o esmagamento das organizações dos trabalhadores e um processo até então não visto de transferência de renda dos assalariados e do Estado para as frações dominantes do capital. Assim, o rearranjo institucional do Estado aconteceu mediante uma violenta exclusão das massas da vida política e econômica dos países latino-americanos. A redemocratização, no processo de implementação do neoliberalismo, percorreu um caminho inverso ao do pós-guerra. Para que esse processo de construção de um regime supostamente “inclusivo” ocorresse mediante a radical exclusão, foi necessário modificar o conteúdo até então associado à democracia.

Com efeito, trata-se de um embate teórico-ideológico de longa data, cujo desfecho está intimamente ligado ao desenrolar de fatores objetivos, a saber, as alterações sofridas pelo capitalismo nas últimas décadas. Assim, a concepção de democracia que se tornou hegemônica desde meados dos anos 1970 está marcada por um forte viés elitista e conservador.³⁵ Desde o profundo trabalho de intelectuais orgânicos do neoliberalismo, dentro do *establishment* da intelectualidade norte-americana, até sua reprodução e difusão por amplos setores da intelectualidade latino-americana, é possível constatar a transformação em *sensu comum* de uma concepção democrática totalmente politicista, calcada exclusivamente em procedimentos, regras formais e, particularmente, no comportamento de certos “atores-chave”: as elites dominantes.³⁶

³⁵ Cf. Vitullo, 2007.

³⁶ Cf. Vitullo, *Ibid.*, é interessante notar o forte conservadorismo que caracteriza a preocupação de diversos autores quanto à construção/consolidação de regimes democráticos. Desde Dahl (1997), Huntington (1975), Dows (1999),

Assim, todo o significado atribuído ao regime que foi produzido décadas atrás, associado a certa margem de distribuição de renda e bem-estar social decorrentes do padrão de acumulação da época, agora foi sendo reduzido ao conjunto de mecanismos necessários para a transição periódica de governos sob o sufrágio popular. Ainda que haja nuances, e certamente existem, tais concepções têm um traço característico que as aproxima: a profunda separação entre o político e o econômico. O efeito derivado dessa separação é a dissociação entre os problemas sofridos pela sociedade e as contradições do padrão concentrador de acumulação, ou seja, o estancamento do debate das consequências sociais do modelo neoliberal num nível essencialmente administrativo. Nesse sentido, encobre-se a causa real dos problemas sociais, transferindo suas possíveis soluções para a esfera do regime que, por sua vez, está limitado à discussão de como proceder na implementação das medidas impostas pelo modelo, sem questionar o modelo em si. A evolução de certos conceitos diz muito acerca desse processo de neutralização das questões mais de fundo, ligadas aos problemas sociais.

Como bem aponta Vitullo (2007), em 1975, quando foi lançado o Informe da Comissão Trilateral, afirmava-se claramente a contradição entre *governabilidade e democracia*, na qual a sobrecarga de demandas sociais poderia comprometer a capacidade governativa do regime democrático. Três décadas depois, populariza-se o conceito de *governabilidade democrática*, expressando-se a negação do conflito social dentro das atuais democracias. Ou seja, as características mais gerais dessa concepção democrática nutrem-se de ideias como a apatia política das massas como elemento estabilizador das instituições. Esse viés, claramente elitista, que nega o elemento *plebeu* como componente fundamental do debate político, ao limitar o exercício da política a escolhas racionais de certos indivíduos-chave dentro de certos procedimentos formalmente estabelecidos, acaba circunscrevendo a política dentro das nuances que fazem parte do projeto das classes dominantes.

entre outros, que atribuem demasiada importância ao gradualismo, à mudança pactuada e, acima de tudo, à importância da moderação das exigências e expectativas das massas frente aos regimes democráticos.

Outro ponto de fundamental importância, e que marcou mais uma diferença significativa com a fase anterior, foram os profundos limites impostos aos países do continente pela situação de endividamento externo. O aumento qualitativo da dívida externa da Argentina foi uma consequência da primeira etapa da implementação do neoliberalismo, ainda durante a ditadura. Essa “herança” do regime autoritário, imposição do próprio modelo, configurou as condições sob as quais o novo regime se estabeleceu. Os governos eleitos sob o sufrágio popular de fato não governaram com quase nenhuma coerência com o que prometeram em suas campanhas, mas isso não se deveu a uma suposta liberdade irrestrita, tal como sugere O’Donnell (1991) com seu conceito de *democracia delegativa*, pelo contrário, foi o resultado do quão atrelados estavam aos credores internacionais. As margens de atuação desses governos estavam, de antemão, definidas. Mais do que isso, tiveram que administrar através das instituições sobre as quais estavam à cabeça: as pressões e atritos exercidos pelos organismos financeiros internacionais e pelas frações dominantes da burguesia. O resultado foi a crescente perda de autonomia e de poder desses regimes e governos. A redução do regime democrático a um conjunto de procedimentos formais funcionou como mecanismo de *captura e esvaziamento* dos conflitos de classe oriundos do modelo econômico para as regras estreitas do jogo político.

4.2.1 Democracia e Dívida Externa

O governo radical assumiu seu mandato mergulhado na dívida externa, que foi a resultante do processo de transformação estrutural que conduziu o capital financeiro ao centro do desenvolvimento econômico ao longo da ditadura. A brutal concentração de capital nas mãos de uns poucos grupos conduziu à oligopolização dos mercados, atribuindo a esses mesmo grupos um elevado poder de controle da produção e dos preços. Também como resultando do padrão instituído, ocorreu uma forte financeirização da economia, atrelando crescentemente o capital produtivo ao financeiro. A internacionalização e a valorização financeira deram a tônica do esquema de acumulação dos grupos locais mais importantes.

Porém, o fato dos GGEE e ETDIs terem sido os grandes favorecidos pelo *proceso*, este também privilegiou setores que não eram tão competitivos, a partir das políticas de licitações do Estado, favorecimento nas demandas estatais e destinação de recursos públicos via RPI (*a pátria contratista*). Isso colocava tais setores numa condição de dependentes dos recursos transferidos pelo Estado, compondo uma fração parasitária do capital. Como o país estava mergulhado na dívida externa, sob a influência do Fundo Monetário Internacional, a estratégia era aumentar as exportações gerando superávit na balança comercial de forma a poder cumprir com os serviços da dívida. Assim, possibilitar-se-ia o aumento das reservas de dólares. Entretanto, com as dificuldades postas no mercado mundial - alta dos preços e subsídios dos países credores para sua própria produção, a política de exportação de produtos primários parecia, então, insustentável. Em meio a essa contradição, o velho esquema precisava ser atualizado, demandando ajustes e mudanças. Desse modo, o programa de exportações, sob orientação do FMI, passou a estimular a produção de produtos industriais de maior valor agregado e complexidade. Isso significou, novamente, um substancial incremento dos investimentos em capital constante. Para tanto, era necessário redirecionar recursos financeiros, priorizando os setores industriais capazes de competir internacionalmente, ou seja, apostar nos setores líderes, em detrimento dos parasitários - O que representou um fortalecimento ainda maior das frações mais concentradas do capital.

O poder dos credores externos frente à variação do dólar permitia que eles exercessem uma influência cada vez maior sobre o governo. Com isso, foi preciso incorporar os interesses da *banca acreedora* nas políticas econômicas de Alfonsín. As medidas para lidar com as sucessivas crises inflacionárias foram alterando o equilíbrio de poder no bloco dominante - o que colocava o governo em má situação frente aos grupos econômicos locais.

Dentro do funcionamento da economia do país, a arrecadação fiscal foi se tornando o ponto chave na obtenção dos recursos necessários para cumprir com as obrigações da dívida. Porém, isso esbarrava nos limites da própria estrutura de arrecadação do Estado, ou seja, impunha uma contradição. Assim sendo, “la deuda externa generó una formidable presión inflacionaria al esterelizar todo intento ortodoxo de equilibrio fiscal, dada su incidencia en el gasto público.” (HOROWICKS, 1991, p. 33).

As sucessivas medidas de ajuste e enxugamento levaram ao desmonte da máquina estatal. Além disso, a forte política de subsídios aos setores exportadores, que ajudava a drenar os recursos estatais, não produzia os resultados esperados (reativação da economia), e a *banca acreedora* entrava com força na disputa pelos recursos gerados. O Estado, então, serviu de terreno para as disputas entre as frações da burguesia e a *banca acreedora* pelo excedente produzido. Essa situação de disputa entre os diferentes setores do capital foi um dos elementos decisivos para as crises inflacionárias daquele momento.

Em face do agravamento dos choques entre a *banca acreedora* e os GGEE, a crise produzida foi sendo administrada de forma a transferir seu custo para os trabalhadores. Os crescentes conflitos sociais e o medo de um levante popular resultaram numa situação de instabilidade tal que o governo radical foi perdendo toda sua sustentação, seu poder de intervenção e de controle da economia. Isso levou ao seu completo isolamento, tornando-o alvo da indignação social.

A situação de crise inflacionária que permeou a redemocratização reforçou o projeto do capital financeiro. De acordo com Dinerstein (2003, p. 189):

The transition to democracy was the political expression of the *other* transition: from economic instability to the legitimisation of the terrorism of money-capital. The struggle for and against the legitimisation of this new form of social discipline took the form of hyperinflation

A operação realizada pelas frações do bloco dominante foi apostar na alternância, ou seja, conduzir Menem ao poder, como forma de amortecer politicamente a crise econômica e social, e ganhar fôlego para continuar a implementação de seu modelo, agora sob uma correlação de forças mais favorável ao capital financeiro internacional.

4.2.2 O Governo Alfonsín

O governo de Raúl Alfonsín despertou muito otimismo dentre os diferentes setores da burguesia, particularmente em função da derrota do peronismo e do afastamento da possibilidade de um retrocesso ao modelo anterior. Segundo Acuña (1995), o presidente adotou uma estratégia neokeynesiana no começo de seu mandato, apostando na benevolência e possíveis concessões dos organismos de crédito internacionais frente à pressão das lutas sociais.

Contudo, o FMI e os credores externos logo manifestaram sua intransigência e, já em 1984, impuseram um pacote de ajuste ao país. Os resultados não tardaram a aparecer e, particularmente após 1985, o governo esbarrou nos limites do esquema econômico - que vinha desde a ditadura - baseado na transferência de recursos do Estado e dos assalariados para GGEE e ETDIs. O ponto determinante de sua desestabilização foi a pressão exercida pelos credores externos que, em função da dívida e da financeirização da economia argentina, tornaram-se agentes poderosos, entrando na disputa com as frações locais, a partir da pressão cambial e da especulação. Além disso, o sindicalismo peronista mantinha uma postura de oposição ao governo e, até a decretação do *Plan Austral*, já havia realizado duas greves gerais.

É importante ressaltar que a introdução desse novo ator econômico e político, a *banca acreedora*, foi uma consequência das políticas implementadas pelo regime militar, fruto das condições objetivas criadas pelo *proceso* sob as quais ocorreu a transição democrática. Com o desenvolvimento das contradições mais profundas da estrutura econômica, os problemas começaram a se manifestar no nível imediato, fazendo o governo lançar mão de planos que tinham o objetivo de adequar as relações entre as frações dominantes à nova conjuntura, consequente da inserção da *banca*.

Com o *Plan Austral*, em junho de 1985, o modelo preponderante foi o mesmo da ditadura: transferência de ingressos dos assalariados e do Estado aos GGEE e as ETDIs. Tal modelo vinha

acumulando contradições internas e, ao fim do período do plano, esses problemas vieram à tona, revelando os limites do esquema e a necessidade de mudança.

Em linhas gerais, o plano do ministro Juan Vital Sourrouille significava o compromisso do governo com os *capitanes de la industria* e, dentro desses, com o Grupo Maria.³⁷ Isso representava a continuidade direta da influência dos mesmos setores que ascenderam durante os primeiros anos da ditadura militar como forma de manter a coesão desses setores em torno ao governo. Com o plano, o governo manteria as fontes de benefícios dos *capitanes*, provenientes do regime militar e que tinham como principal política o RPI. O seleto grupo de industriais, por sua vez, deveria realizar investimentos que gerariam uma certa reativação da economia, necessária para “afrouxar” as tensões sociais herdadas do fim da ditadura. A base para esse acordo era o congelamento de preços e salários, com o objetivo de conter as oscilações da moeda e incrementar as exportações. Com uma balança comercial favorável, segundo orientações do FMI, seria possível gerar o superávit necessário para saldar os compromissos da dívida externa.

A CGT deveria cumprir um importante papel, porém havia se dividido ainda antes do golpe de 1976. O setor mais “moderado” aderiu à proposta do governo, enquanto o setor mais opositor ao radicalismo ficou de fora da aliança, liderando as greves gerais que agravaram a instabilidade política do país.

Apesar da vitória eleitoral de 1985, o plano se esgotou. As diversas tentativas de estabelecer acordos entre empresários e sindicatos em torno das questões salariais e sobre a legislação trabalhista não avançavam. Os GGEE não realizaram os investimentos prometidos, a UIA rejeitava as reivindicações de aumento salarial dos trabalhadores e os metalúrgicos organizados na Unión Obrera Metalurgica – UON –, cuja atuação tinha forte repercussão sobre o restante dos trabalhadores (BIRLE, 1997), iniciaram uma onda de paralisações de 24h, a qual culminou numa greve de trinta dias, resultando num aumento salarial de 48%. Os bancos pressionavam cada vez mais por mais dólares, e o FMI enviava missões mensais que constatavam

³⁷ Esta é a designação usada por Basualdo, Azpiazu e Khavisse (2004) para nomear os proprietários ou diretores executivos de algumas das mais importantes empresas argentinas: Sevel, IBM, Alpargatas, Bidas, Loma Negra, Saab-Scania, Arcor, Pérez Compac, Techint, Astra, Terrabusi, Bunge & Born (B&B). O Grupo Maria é composto por uma parte substancial desses *capitanes*.

o descumprimento das metas pelo governo. Com isso, a inflação começou a subir, e, ainda na primeira metade de 1986, a SRA e o conjunto do setor ruralista iniciaram ações de protesto contra as taxações sobre produtos agrícolas. Em 1987 ocorreu a derrota eleitoral do radicalismo, que “marcó el punto de inflexión definitivo de la administración radical.” (LOZANO; FALETI, 1991, p. 121).

A partir desse momento, o esquema que vinha sendo aplicado desde o regime militar, revelou a necessidade de atualização para dar espaço a um rearranjo de forças no bloco dominante. O arco de alianças em que se baseava ficou cada vez mais instável, e o governo “orientó su política a lograr un acuerdo que le garantizara estabilidad coyuntural en el tramo final de su mandato, con otra de las fracciones dominantes: los acreedores externos” (*loc. cit.*). Com isso, configurou-se uma nova disputa, que definiu o terreno de enfrentamento entre dois atores centrais. Os GGEE e os credores externos entraram em antagonismo, confrontando-se pelo destino dos recursos. Isso aprofundou as condições para que se abrisse uma incontrolável espiral inflacionária já no primeiro semestre de 1988.

Como alternativa, a equipe econômica de Alfonsín lançou o *Plan Primavera*, em 3 de agosto daquele ano. “El objetivo central era obvio: llegar a mayo de 1989 con índices inflacionarios compatibles con las esperanzas electorales del radicalismo.” (MARTÍNEZ, 1991, p. 20). A intenção era costurar um acordo para obter o apoio das câmaras argentinas agrupadas no G-8³⁸ e do FMI e Banco Mundial. Os industriais deveriam congelar o preços, e o governo conter a alta do dólar. Para isso, alentou o ingresso de divisas mediante altas taxas de juros, atraindo capitais especulativos. Criou um sistema de “licitações” semanais de dólares e um mecanismo conhecido como pré-financiamento de exportações, que permitia aos exportadores anteciparem as divisas de suas vendas no exterior. Os grandes interessados em participar das licitações foram as entidades financeiras, e o resultado foi o seu enorme fortalecimento, o que lhes permitiu concentrar significativo poder de intervenção na economia.

³⁸ O grupo de los ocho era conformado pelas principais câmaras empresariais: Unión Industrial de la Argentina – UIA, Cámara Argentina del Comercio – CAC, Sociedad Rural Argentina – SRA, Asociación de Bancos Argentinos – ADEBA, Asociaciones de Bancos de la República Argentina – ABRA, Unión Argentina de Construcción – UAC e a Bolsa de Comercio de Buenos Aires.

Os motins militares, decorrentes dos desdobramentos do julgamento do *proceso*, também ajudaram a definir o cenário de instabilidade do país. Em dezembro daquele ano estourou a rebelião Villa Martelli, com vítimas civis dos “carapintadas”. Na última semana de janeiro, aconteceu o episódio de La Tablada.³⁹ A partir desse momento, o cenário geral do país entraria numa acelerada dinâmica de crise, provocando um conjunto de acontecimentos que reconfiguraram as disputas, provocando deslocamentos políticos e redefinindo a composição do bloco dominante abrindo uma crise de hegemonia.

Os bancos começaram a sacar dinheiro no Banco Central (638,1 milhões de dólares de perda), e a demanda não parou de crescer, enquanto as reservas foram se esgotando. Em seis de fevereiro de 1989, Sourrouille anunciou novas mudanças: a retirada do Banco Central do mercado cambial, o fim das licitações e do dólar barato. Como resultado, o dólar disparou, os preços subiram, e o acordo da UIA e da CAC com o governo se rompeu.

Nesse momento, Carlos Menen lançou sua plataforma eleitoral, marcando sua entrada na disputa. No início do mês de março, o BM suspendeu o crédito para a Argentina. Isso ocasionou uma forte fuga de capitais exportadores, que não queriam liquidar suas divisas na praça local, enviando remessas particularmente para Montevideú (Bagley, Cargill, Dreyfuss, B&B, entre outras grandes empresas). Em meio à crise, caiu o ministro Sourrouille, em 31 de março de 1989, e assumiu Juan Carlos Pugliese. A UIA, ADEBA, CAC e a Bolsa de Comércio pressionaram pela liberação e unificação do mercado cambial. Nesse momento “el manejo del dólar seguía siendo la llave del poder.” (MARTÍNEZ, 1991., p. 27). Pugliese comprometeu-se com uma desvalorização do dólar em 25%, de forma a melhorar o tipo de câmbio que recebiam os exportadores, contudo, não atendeu aos reclames dos empresários.

Em face do aprofundamento das contradições, os *capitanes de la insdústria* e o Grupo Maria romperam definitivamente com o radicalismo e começaram a migrar para o lado de Menem, aportando com milhões de dólares para sua campanha eleitoral. Os altos executivos do grupo Bunge & Born, por exemplo, vinham estreitando os laços com o candidato justicialista

³⁹ A instabilidade provocada pelas rebeliões do médio e baixo oficialato logo foram sanadas com a Lei de Obediência Devida e a Lei do Ponto Final, que atenuaram significativamente o efeito dos julgamentos. Ver Horowikcs, 1991.

desde que este ganhara as internas do partido - chegaram a aportar uma cifra de quase 3 milhões de dólares para o candidato.

Nessa situação, o dólar e os preços estouraram, a inflação atingiu níveis exorbitantes, e começou a ganhar força o medo de uma revolta social. O governo culpou a Menem. Contudo, o processo de deslocamento de forças continuava, e agora a *banca acreedora* começava a passar para o lado do candidato justicialista. Em meio ao isolamento, Alfonsín anunciou um pacote contendo vários pontos do programa sugerido pelo G-8, como tentativa de recuperar seu apoio. O grupo, porém, pronunciou-se contrário e desvinculou-se das responsabilidades. Nesse ínterim, o dólar seguia subindo a passos largos. Concretamente o G-8 estava escapava de um navio que sabia naufragar.

Após o *Plan Primavera*, os grupos econômicos e a *banca acreedora* começaram a mudar seu comportamento aguçando a disputa. Segundo Lozano e Faleti (1991, p. 123):

Los grupos económicos disminuyeron la oferta de divisas retaceando la liquidación de exportaciones a un tipo de cambio inferior al real – producto del desdoblamiento del mercado - , en tanto la banca acreedora incrementó sensiblemente la demanda de dólares, procurando cobrar – via presión cambiaria – lo que nuestro país no transfería desde abril de 1988.

De fato, a *banca acreedora* aumentou a demanda de divisas a um patamar impossível de ser satisfeito, enquanto que os setores exportadores retinham divisas ou liquidavam em outras praças - o que resultou nos incontroláveis saltos cambiários. Com o Estado quebrado, foi impossível estabelecer um padrão monetário e intervir de forma significativa na crise. Assim, o governo sofreu um “golpe de mercado” em 1989, manifestando a imensa fragilidade do poder público frente ao setores dominantes - que, por sua vez, lutavam pela hegemonia no interior do bloco dominante.

Faltando uma semana para as eleições, o candidato radical Eduardo Angelóz apresentou um programa econômico idêntico ao programa do G-8. Porém, as posições já estavam definidas, e as iniciativas dos radicais não tinham mais como surtir efeito. Em 14 de maio de 1989, Menem venceu as eleições com 47% dos votos, contra 32% de Angelóz.

Apesar do resultado eleitoral, a crise seguiu se aprofundando e alcançou o restante da sociedade. O saldo dessa disputa foi um aumento do dólar superior a 3.600% entre janeiro e julho. As reservas líquidas de dólares do Banco Central caíram de 2,463 bilhões em janeiro para 112,4 milhões em julho. O salário real dos operários industriais decaiu 40,4%, medido em moeda nacional, e 81,2%, em dólares, naquele primeiro semestre. Tudo isso levou a imensa onda de protestos, saques e mobilizações sociais, às quais o governo respondeu com coerção, chegando a decretar Estado de Sítio (em 29 de maio). A repressão generalizou-se, atingindo a cifra de dez mortos e dois mil presos. Entre 23 e 31 de maio daquele ano, contabilizaram-se 329 saques. (Martínez, 1991, p. 37) Pugliese caiu, e em seu lugar assumiu Jesus Rodriguez. Em meio a essa situação caótica, a posse do presidente eleito foi antecipada. E, em 8 de julho de 1989, Menem assumiu o controle do governo argentino.

Para Willian C. Smith (1993) o governo radical representou a frustração da ideia de redemocratização com crescimento e justiça social - ideia apregoada fortemente pelo próprio Alfonsín em seus discursos. O quadro abaixo ajuda a ilustrar o impacto social e econômico desse momento.

QUADRO 3

Ano	(1) Inversión Bruta interna - % PBI	Desocupación - % Pop. Econ. Activa	(2) Subocupación s/PBI	(3) Distribución del ingreso % masa salarial e Ing. Cuentalprop.
1980	22,8	2,6	5,2	40,0
1981	20,1	4,8	5,5	39,8
1982	15,3	5,3	6,6	34,8
1983	14,1	4,7	5,9	41,0
1984	12,5	4,6	5,8	45,3
1985	11,6	6,1	7,5	40,8
1986	11,8	5,2	7,3	40,7
1987	13,2	5,9	8,2	37,1
1988	11,4	6,5	7,8	37,2
1989	8,5	7,1	8,5	30,0
1990	7,0	8,6	9,3	22,2

Fontes: (1) BCRA. – (2) Encuesta permanente de hogares (publicado en "Página 12"). – (3) INDEC, BCRA, Subs. de Acc. Social e elaborações de Smith (1993).

A década de 1980 foi de grande instabilidade política e estagnação econômica. A produção industrial caiu cerca de 20% nesse período. A taxa de investimento, que foi de 23% do PIB em 1979, decaiu a menos de 10% em 1990, causada principalmente pela transferência de capital para pagar os serviços da dívida - ou seja, não houve praticamente reinvestimento⁴⁰. O movimento sindical também desempenhou um papel bastante ativo, realizando treze greves gerais nacionais ao longo do período e intervindo incisivamente nas negociações do governo com as frações dominantes (BIRLE, 1997). É importante, ainda, destacar que, sob Alfonsín, as diferentes frações da classe proprietária argentina puderam exercer maior influência sobre os rumos da política econômica, principalmente após 1985, quando o governo passou a se valer das mesas de negociação e das políticas de concertação como forma de levar adiante os planos de estabilização (ACUÑA, 1997). Contudo, como já se mencionou, foi também sob o mandato radical que os credores externos adentraram em definitivo no cenário da política econômica do país, desequilibrando os arranjos de força no interior do bloco dominante e desestabilizando os planos de Alfonsín, mediante seu poder de influência sobre o câmbio.

⁴⁰Para obter dados mais detalhados em termos de valores, ver Smith (1993).

4.2.4 A Era Menem

Juan Carlos Menem assumiu a presidência da Argentina (1989) em meio a uma profunda crise. Ainda que os setores dominantes tenham abandonado Alfonsín e aglutinado-se em torno da sua candidatura, isso em nada atenuava as tensões internas e as disputas entre estes grupos. A nomeação de Miguel Roig como ministro da economia é que foi um fator decisivo para o novo presidente obter apoio dos setores hegemônicos da burguesia. Roig, que havia sido vice-presidente do grupo Bunge & Born, era um autêntico representante do grande capital multinacional, o que sinalizava uma guinada no interior do peronismo, surpreendendo não só uma parte significativa do empresariado como os próprios partidários do presidente (ACUÑA, 1995).

A crise que antecipou o fim do governo radical, que se desenvolvia desde 1987, revelou o esgotamento do velho esquema montado pelos militares. Eram necessários ajustes profundos para superar a instabilidade em que vivia o país e avançar rumo a uma nova etapa de organização da economia, pautada por maior abertura e liberalização. Além disso, as pressões dos credores externos e do FMI dificultavam ainda mais a estabilização econômica do país. A realização de mudanças substanciais não podia mais ser postergada e, dentre as frações do bloco dominante, inclusive as que diziam representar os setores populares, havia pleno acordo - a ponto de não serem submetidos ao debate público - quanto à saída exportadora, ao desmantelamento do Estado, à regressividade na distribuição de renda e à flexibilização trabalhista como medidas imediatas para conter a crise. Contudo, isso não impediu desacordos e fricções no interior do bloco dominante, ao contrário, as tentativas de implementar este esquema aguçavam as disputas pelos recursos necessários para financiar a mudança de etapa.

O primeiro problema era o perfil produtivo e a saída exportadora. Os GGEE e ETDIs podiam exportar quantidades significativas de produtos e, com isso, gerar as divisas necessárias para pagar à *banca acreedora*. Porém, o devedor era o Estado, que deveria tomar uma parte das divisas geradas na exportação para pagar aos credores e conter a pressão sobre o mercado

cambial. Já os exportadores precisavam, para incrementar as exportações, de mais subsídios e incentivos do Estado. (LOZANO; FALETTI, 1992, p. 122-123).

O segundo problema era o desmantelamento estatal. Se, por um lado, a *banca acreedora* tinha interesse nas ações dos ativos públicos para empreender especulação financeira, por outro lado, os grupos econômicos e as empresas transnacionais queriam posicionar-se de forma incisiva nas compras - ao menos nos setores mais rentáveis - para reforçar suas posições nos mercados. Assim, o valor das ações das empresas públicas privatizadas também se tornava terreno de conflito entre os dois setores.

O terceiro ponto, todavia, não chegou a ser de fato polêmico, dizendo respeito à flexibilização trabalhista. Como o modelo exportador estava sujeito às oscilações externas, a oferta de mão-de-obra deveria ser flexível o suficiente para adaptar-se à variação da demanda. Ou seja, era preciso “desengessar” o mercado de trabalho.

Neste ponto da análise, é interessante abrir um parêntese para ilustrar melhor as necessidades postas e as contradições decorrentes. Dada a magnitude da crise vivida ao fim do governo radical e as transformações estruturais realizadas pela ditadura, não houve nenhuma fração da burguesia que se colocasse em oposição frontal aos ajustes neoliberais. Entretanto, isso não significa que todos os setores tenham sido igualmente beneficiados pelo modelo que estava sendo implementado. Para compreender melhor esse processo vale a pena tomar de empréstimo o modelo elaborado por Boito Jr. (1999), em sua análise das políticas neoliberais implementadas no Brasil. Esse autor sugere a distribuição dos interesses burgueses em círculos concêntricos, nos quais os mais amplos abarcariam os interesses mais globais do capital, e os mais restritos excluiriam os primeiros, reduzindo o arco de frações burguesas beneficiadas. Ou seja, das medidas necessárias para finalizar as transformações iniciadas em 1976, acima pontuadas, o terceiro ponto, referente à retirada de direitos trabalhistas, representaria o círculo maior, contemplando os interesses de todas as frações do capital. O próximo círculo, inscrito no anterior, diria respeito às privatizações, excluindo os setores menores do capital, incapazes de disputar os ativos estatais. Nessa esfera, GGEE e ETDIs disputariam com o setor financeiro a posse do patrimônio público rentável. Já o círculo central, referente aos interesses da *banca acreedora*,

expressaria a contradição mais profunda entre os setores burgueses e o imperialismo. Nele, os interesses dos setores com investimentos produtivos, nacionais e associados, entrariam em conflito com os interesses dos grandes bancos e dos organismos multilaterais, tendo o Estado como elemento mediador. Seria nessa esfera, como se apontará mais à frente, que ocorreriam as mudanças mais significativas no padrão de acumulação argentino.

Desse modo, foi dentro de tal contexto de acordos e atritos entre os diferentes setores do capital que Menem começou seu mandato. Por um lado, o governo estava no meio da disputa, sofrendo pressões de todas as partes por mudanças que atendessem aos seus interesses, por outro lado, as mudanças não poderiam tangenciar as contradições centrais em jogo, e isso significava um rearranjo de forças de forma a recompor a hegemonia burguesa. Porém, esse processo só se consolidaria com a posse do ministro da economia Juan Domingo Cavallo - sendo que o primeiro momento do governo, anterior à posse de Cavallo, foi marcado pelo aprofundamento das crises.

4.2.4.1 A política econômica da era Menem

A trajetória da política econômica menemista merece ser analisada com certa cautela, tendo em vista o fato de que é sob o calor das pressões e dos atritos entre os setores dominantes, internos e externos, que os limites do velho modelo aparecem com total nitidez. Desse modo, as medidas a serem tomadas pelo governo esbarravam em contradições que não podiam mais ser contornadas. Nesse enfrentamento, a superioridade do capital financeiro externo manifestou sua força, subordinando a atuação estatal aos seus interesses através da pressão cambial. Os capitais locais tiveram de ceder espaço, e a correlação de forças, que estava sob um equilíbrio precário desde 1987, agora virava em favor da *banca acreedora*.

O desenrolar desse processo deve ser analisado sob duas dimensões. Por um lado, o ponto de sustentação do bloco dominante estava nos eixos delineados pelo ministro Martínez de Hoz, de

transferência de recursos do Estado para as frações dominantes e de uma política voltada para a exportação. Com a evolução dos embates, a estrutura política que viabilizava esse esquema revelou-se insuficiente e foi desmontada - com o fim dos subsídios estatais num primeiro momento e, em consequência, com a secundarização da alternativa exportadora. Por outro lado, a desconstrução dos pilares erguidos ainda sob o regime autoritário deram lugar a uma nova formação do Estado e da política econômica, através do programa de ajustes estruturais pautado pelos organismos financeiros internacionais. O ajuste fiscal foi colocado como suporte do pagamento aos credores, o restante da máquina estatal serviu de garantia, tanto com uma violenta política privatista, quanto com reformulação geral dos serviços públicos, baseada na desresponsabilização do Estado, uma mudança na política tributária, na completa liberalização da economia e na profunda reestruturação produtiva.

Com a paridade entre dólar e austral, sob o ministro Cavallo, os setores produtivos que ainda tinham forças - aqueles voltados para o mercado interno - sofreram o pesado impacto causado pela massiva entrada de produtos importados e, em função da convertibilidade, o setor exportador foi fortemente golpeado. Mediante esses efeitos, o bloco dominante corria o risco de desagregar-se e desestabilizar o governo Menem. Contudo, a atualização do modelo demandou uma redefinição da máquina estatal, garantindo benefícios às frações dominantes de forma a estabilizar e coesionar o bloco. O conjunto desses benefícios estava contemplado nos programas de ajuste estrutural, elaborados pelos organismos financeiros internacionais. Isso subordinou a economia argentina à hegemonia do capital financeiro externo, concluindo sua transnacionalização econômica.

Para tornar tudo isso viável, o Executivo concentrou amplos poderes em suas mãos, de forma a poder operar as transformações no ritmo das exigências impostas pelo capital financeiro internacional. A agilidade obtida pelo governo decorreu do fato de que “o Congresso outorgou à presidência os poderes institucionais necessários para que pudesse prescindir da própria assembléia legislativa na hora de decidir o novo curso neoliberal” (TORRE, 1996, p. 65). Para evitar o risco de empecilhos provenientes do poder judiciário, Menem ampliou o número de membros da Corte Suprema, designando juízes a ele vinculados, de modo a obter todas as garantias institucionais para a implementação das políticas neoliberais. Tal como aponta

Dinerstein (2003, p. 189), “Democratic procedures became in many opportunities a barrier to restructuring and corruption became a means, rather than anomaly, of achieving the neo-liberal adjustment.” Assim, o governo precisava concentrar poderes a tal ponto que lhe fosse possível desvencilhar-se dos “problemas” causados pelos procedimentos democráticos, de modo a levar adiante as orientações políticas e econômicas exigidas pelo novo modelo.

Isso significou a conclusão das mudanças iniciadas na ditadura, com um redimensionamento do papel do Estado e das suas instituições, e a realocação dos setores econômicos que já haviam se tornaram disfuncionais ao avanço do modelo. O esquema vigente desde 1976 deu lugar a um novo arranjo, baseado na forte centralização de poder sob o Executivo, de forma a viabilizar a ingerência da *banca acreedora* no país, manifestando, assim, o verdadeiro grau de subordinação do Estado ao capital financeiro internacional. O traço mais importante desse processo foi a utilização dos instrumentos necessários para organizar o consenso social como ferramenta de coesão do bloco dominante. As consequências disso manifestaram-se com toda força a partir de 1995, como se verá mais à frente.

4.2.4.1.1 *Plan BB*

Logo de sua posse, Menem nomeou para o Ministério da Economia o anterior vice-presidente do grupo Bunge & Born - a maior multinacional argentina do setor da agroindústria - Miguel Roig, na tentativa de conter o avanço da situação herdada do radicalismo. Com a morte de Roig uma semana após sua posse, o cargo foi ocupado por Nestor Rapanelli, figura central entre os *capitanes de la industria*. A nomeação desses dois ministros demonstra uma clara aposta no setor produtivo exportador como alternativa de estabilização, materializada no *Plan BB*.

As medidas imediatas do novo plano foram a desvalorização do mercado cambial, com o dólar fixado em 55 austrais; uma violenta política tarifária – 600% para combustíveis, 763% para

energia, 325% para o transporte, 282% para as comunicações, etc. -; um acordo de controle de preços por um prazo de 90 dias com as empresas líderes de mercado e, em contrapartida, um acordo de congelamento salarial, após uma recuperação de 175% depois do golpe inflacionário, a ser renegociada em outubro. Estas iniciativas eram o ponto de partida para se alcançar o *superavit* necessário para lidar com as pressões externas no momento imediato.

Com isso, a expectativa era criar condições ótimas para a exportação, a partir de um compromisso de fortes investimentos do setor exportador na economia, construindo o lastro necessário para lidar com a dívida no momento seguinte e afrouxando as pesadas tensões sociais decorrentes da hiperinflação. Somente o grupo Bunge & Born comprometeu-se a investir US\$2,5 bilhões. Contudo, como a saída exportadora era a estratégia, o governo teve de dar um passo decisivo na priorização dos setores que poderiam sustentar essa política. A segunda investida do plano, portanto, foram duas medidas que significaram o começo das mudanças no esquema anterior, a Lei de Reforma do Estado e a Lei de Emergência Econômica (em agosto e setembro de 1989, respectivamente).

A Lei de Reforma do Estado concedeu “carta branca” ao Executivo nas questões relativas às privatizações. O Poder Executivo Nacional poderia intervir em qualquer entidade estatal; proceder à sua privatização total ou parcial, ou liquidá-la; efetuar todo tipo de reestruturação no setor público; estabelecer mecanismos de capitalização da dívida externa e interna; acordar benefícios tributários, depurar passivos, refinar créditos e “llevar a cabo cualquier acto jurídico o procedimiento necesario o conveniente para cumplir con los objetivos de la presente ley” (art. 15, inc. 13). Com isso, o Congresso ficava secundarizado, e o Executivo concentrava em suas mãos o poder necessário para realizar as mudanças no ritmo das necessidades impostas pela situação.

A Lei de Emergência Econômica, por sua vez, teve por objetivo diminuir os subsídios efetuados pelo Estado no Regime de Promoção Industrial, com a suspensão de 50% dos benefícios promocionais e a suspensão da política de Compra Nacional, que privilegiava os grupos locais nas demandas estatais. Como o Estado se encontrava falido e imerso numa profunda crise, o corte dos subsídios se tornou imprescindível para aliviar as pressões que

atingiam diretamente a moeda, o que provocava os surtos de hiperinflação. Entretanto, o efeito desses cortes explicitou as diferenças latentes entre duas distintas frações do capital. De um lado os grupos que combinavam a dependência desses benefícios com uma real inserção exportadora (Bunge & Born, Alpargatas, Techint, Pérez Compac), do outro lado os grupos econômicos locais não diversificados (GLs) cujos negócios dependiam quase que exclusivamente da demanda estatal (Bulgueroni, Massuh, Pescarmona), o setor parasitário do capital (LOZANO; FALETTI, 1991), e aqueles cuja produção se orientava para o mercado interno.

Se o setor produtivo ainda seguia sendo forte, a partir dessas medidas ele começava a ser “dilapidado”, processo que preservou e fortaleceu os grupos ligados às exportações, particularmente em função da relação salário/dólar ótima para as vendas no exterior.

La estampida del dólar mejoró la rentabilidad exportadora al licuar el componente salarial de los costos. Si se deflacta la evolución del índice de salario total medio mensual del trabajador industrial por la cotización, en el lapso diciembre '88/diciembre '89, se observará un retroceso del 181% del índice salarial respecto al tipo de cambio. (*Ibid.*, p 134)

Já os setores diretamente dependentes do Estado e/ou voltados para a demanda interna arcaram com o ônus do desmonte das políticas de subsídios, o que gerou implicações diretas sobre a coesão e estabilidade das frações dominantes que compunham o esquema em vigor desde a ditadura. “Las industrias de carácter esencialmente vinculadas a la demanda interna soportaron el mayor retroceso; la fabricación de productos metálicos, maquinarias y equipo cayó un 22,2% y la construcción lo hizo en el 32,3%.”⁴¹

A crise, e por consequência, as políticas necessárias para combatê-la, revelaram o quão disfuncional se tornaram alguns grupos diante das mudanças que se impunham. Estas frações tiveram de ser desassimiladas na tentativa de estabilização econômica e atenuação dos conflitos com a *banca*.

Ante estas medidas, o governo conseguiu recuperar o apoio do FMI, BM e do governo estadunidense (cuja relação com a Argentina estava abalada desde a guerra das Malvinas)⁴², que

⁴¹ IDEP (1991).

⁴² Sobre a relação do governo Menem com os Estados Unidos e a política externa do presidente nos primeiros anos de seu mandato, ver Martín Granowsky (1991).

começaram a enviar equipes técnicas para acompanhar a evolução do Plano BB e, inclusive, aprovaram um acordo de *stand by* da dívida em novembro.

O primeiro trimestre alcançou certa estabilidade. Porém, os limites do plano logo apareceram. Este se apoiava num bloco que agrupava o empresariado (liderado pelo grupo Bunge & Born) e o movimento operário peronista além dos setores empresariais que acumulavam parasitando o Estado. Os sindicatos peronistas de imediato manifestaram lealdade ao “seu” governo, o que contribuiu para as negociações. Todavia a *pátria contratista* perdera muito com a Lei de Emergência Econômica e passou a pressionar por uma maior regressividade na distribuição de renda para compensar os danos. O problema era que isso comprometia o acordo de trégua com as centrais sindicais ligadas ao governo e, além disso, não havia acordo na negociação salarial para o semestre outubro 1989/março 1990. Já os grupos que exportavam conseguiram adaptar-se à situação (também em função de seu componente financeiro) e mesmo se fortaleceram, elemento que distanciava ainda mais os dois setores.

Como resultado, o Plan BB não conseguiu dar coesão aos GGEE e nem deteve a resistência sindical, o que pôs em cheque seu sustento político e social, iniciando o declínio. Apesar da expectativa da CGT com o governo, este não estava disposto a fazer concessões, e logo a central se dividiu mergulhada numa crise política referente a sua relação com o presidente. (BIRLE, 1997, p. 253-254).

O objetivo do plano era apostar tudo na saída exportadora, e ao mesmo tempo, lidar com uma situação de quebra fiscal do Estado, portanto, o fim dos subsídios estatais teve um impacto decisivo na divisão dos grupos econômicos, e as indústrias ligadas à demanda interna saíram perdendo. Além disso, como forma de compensação das perdas ocasionadas pela Lei de Emergência Econômica, o manejo cambial se tornou estratégico, e o dólar começou a subir. Assim, se concretizou a substituição do esquema criado pela ditadura (de subsídio estatal) pelo esquema de manejo cambial, ao qual se subordinou o ajuste fiscal e o pagamento da dívida.

O grupo Bunge & Born não investiu os US\$ 2,5 bilhões prometidos na economia (com uma das mais altas taxas de juros do mundo na época, os setores produtivos ligados ao capital financeiro apostaram na especulação). Em função do aumento do dólar, o banco central saiu vendendo a moeda, o que comprometeu suas reservas e impediu o Estado de retomar o pagamento aos credores externos, interrompido em abril de 1988.

O *Plan BB* estava naufragando e, ante sua ineficácia, a *banca acreedora* se jogou novamente no mercado de divisas, ao passo que na metade do mês de dezembro de 1989 um dólar estava valendo 1.550 pesos. A partir dessa intervenção decisiva do setor financeiro externo, o plano chegou ao fim com a queda do Ministro Rapanelli, deixando como saldo duas leis que preparavam o terreno para a reconfiguração mais geral do esquema político-econômico.

4.1.2.2 A gestão de Ernan Gonzáles

O novo ministro a tomar posse foi Ernan Gonzáles, implementando um conjunto de planos chamados *Plan Ernan* (I a VII). Dada a situação de forte instabilidade e a perda de coesão entre os setores que deveriam dar sustentação ao *Plan BB*, o Estado já não tinha muitas alternativas de intervenção na crise. Os cortes nos subsídios eram um caminho sem volta em função da pressão inflacionária e a instabilidade decorrente dos atritos no interior do bloco dominante obrigavam o governo a avançar o mais rapidamente possível na busca por soluções.

O traço determinante da gestão de Gonzáles foi, portanto, a ruptura com a saída exportadora e o deslocamento do eixo da política econômica para a busca de superávit fiscal, complementada pela revisão do perfil tributário e a completa liberalização dos mercados. Para viabilizar a nova prioridade e amenizar a situação de pressão externa, o programa de ajustes estruturais proposto pelos organismos financeiros internacionais precisava ser alavancado de forma incisiva.

O caminho mais fácil para aumentar a receita estatal era a redução drástica dos gastos públicos. Em função do segundo golpe de mercado realizado pela *banca acreedora*, a situação do governo era de emergência e os cortes não poderiam esperar pelos mecanismos decisórios do regime. Assim, o executivo teve de aprofundar sua concentração de poder a fim de aumentar o dinamismo dos ajustes. Estas condições adversas serviram de base para a política de “decretismo”, que marcaria toda sua gestão. Vale lembrar que através de uma cláusula constitucional que permitia a edição de decretos, Menem editou 244 decretos considerados “necessários e urgentes”, contra menos de trinta editados pelos governantes anteriores no período de 1853 até 1989 (LINZ; STEPAN, 1999).

Os objetivos principais eram a centralização do poder de decisão do setor público no ministério da economia e orientar a administração sob o critério de equilíbrio de caixa.

Dentre as medidas implementadas, estava a criação do Comitê Executivo de Controle da Reforma Administrativa, cuja finalidade era levar a cabo uma reestruturação global do organismo público, reconfigurando o aparelho estatal. O custo imediato recaiu sobre os trabalhadores, com a revisão do regime de estabilidade do funcionalismo, da proteção social, a imposição da aposentadoria antecipada, dentre outras medidas ligadas à “racionalização” da administração.

Esse processo caracteriza o início da adequação do setor público às exigências do neoliberalismo. Com isso, a eficiência e mesmo as funções do Estado sofreram mudanças:

En síntesis, el ajuste fiscal por el cortado del gasto no sólo constituye el mecanismo más sensible para aumentar el superávit, también esboza estructualmente la retirada del Estado como amortiguador de las diferencias sociales... (LOZANO; FALETTI, 1992, p. 138)

O plano ancorou o câmbio e, por sua vez, o pagamento à *banca*, na política de ajuste fiscal. Para gerar o superávit necessário, a economia do país foi lançada numa forte recessão. De maneira contraditória, a retração econômica, requisito do plano, fez com que as metas fiscais ficassem comprometidas. Como a política de exportação, oriunda da ditadura, ficou subordinada ao ajuste, o governo foi obrigado a cortar o restante do crédito destinado às exportações, o que, por sua vez, aprofundou ainda mais a recessão (as vendas externas caíram em cerca de 15%). Desse modo, a gestão de Gonzáles acabou questionando todo o padrão produtivo industrial do país, o que significou o giro definitivo rumo ao eixo do superávit fiscal. Com relação ao ano de 1989, a produção industrial caiu 10,8% como consequência das mudanças.

Em função dessa situação, o cambio perdeu novamente o controle e o FMI suspendeu o apoio ao país. No último trimestre de 1990 os problemas apontavam claramente para o não cumprimento das metas fiscais e monetárias. O governo, entretanto, reafirmava seu compromisso ante os organismos financeiros internacionais de aprofundar ainda mais o ajuste.

Ao fim, a *banca acreedora* novamente interveio, dando outro golpe de mercado. Na primeira semana de 1991, a cobrança mensal da dívida, que era de U\$40 milhões, passou para U\$100 milhões, e um serviço extra da dívida de U\$900 milhões foi adicionado, exigências que eram impossíveis de serem atendidas. Essa ofensiva externa foi acima de tudo política, era o

“embate de los conductores del ajuste contra los desvíos de los ejecutores” (LOZANO; FALETTI, 1992, p. 150). Com mais essa demonstração de força do capital financeiro internacional, e agora sem poder contar com a saída exportadora, Gonzáles caiu do ministério, sob forte descontentamento popular, greves e instabilidade social, dando lugar a Juan Domingo Cavallo.

Ao fim desse primeiro momento, as bases nas quais se apoiava o esquema econômico vigente desde a ditadura haviam sido transformadas e a *banca acreedora* se consolidara definitivamente como agente de peso na definição dos rumos políticos e econômicos do país. Seu projeto, materializado no programa de ajustes estruturais, encontrava agora as condições necessárias para sua realização. Através da forte concentração de poderes na mão do executivo, da situação de terrorismo econômico causada pelos surtos inflacionários e da impossibilidade de retroceder ao esquema anterior, restava ao governo e seu novo ministro finalizar a atualização do padrão implantado sob a gestão do ministro Matínez de Hoz, dando um salto na implementação do neoliberalismo.

4.1.2.3 A era Cavallo

Com Cavallo à frente da economia, a Argentina concretizou a transição ao neoliberalismo, alcançando a coesão das classes em torno ao projeto e legitimando este frente à sociedade. Se antes a lógica econômica ainda apostava na produção para exportação, ancorada em altos subsídios, como forma de lidar com as pressões externas, a partir de 1990/91, a condução econômica do país passou a ser pautada centralmente pelos interesses dos credores externos, sob a lógica do déficit zero. Para tanto, o governo precisava, mais do nunca, operar nos marcos da *governabilidade democrática*, que, como aponta Ferrer (2002, p. 51):

consiste em um comportamento de órgãos de Estado compatíveis com os critérios dos mercados. Se aquele difere destes, a democracia é *ingovernável*. (...) A eleição periódica dos representantes da vontade da cidadania é em grande medida um fato simbólico frente à realidade dos mercados que votam todos os dias e decidem o rumo dos acontecimentos. Para que a democracia seja governável, os três poderes da democracia – executivo, legislativo e judiciário – devem satisfazer os critérios dos operadores da economia e das finanças.

Entretanto, é preciso detalhar um pouco este processo, de modo a identificar as contradições que se apresentaram em seu caminho e a forma como elas foram sendo resolvidas. Este aspecto é fundamental para este estudo, pois permitirá identificar a relação causal que conectou a sequência dos eventos ligados aos ajustes e suas implicações sobre a capacidade de resposta do governo e do regime político. É mediante a pontuação de tais elos que será possível entender a corrente dos acontecimentos que culminaram com a crise de 2001.

4.1.2.3.1 Primeiro Momento – Ascensão

Além de assumir a situação em um ponto crítico de instabilidade e hiperinflação, o ano de 1991 foi marcado por eleições, o que agravava a pressão por respostas imediatas. Nesse ponto, é interessante destacar a mudança no tom do discurso ideológico do executivo a fim de angariar apoio popular. Como justificativa das políticas de ajuste exigidas pelos organismos financeiros internacionais, o peronismo se utilizou de um velho artifício, o discurso em prol de maior regulação estatal: “En este sentido, la propuesta de Cavallo intenta fortalecer la regulación estatal a los efectos de profundizar el ajuste acreedor en nuestro país.” (BASUALDO, 2000, p. 6).

E para recobrir de legitimidade sua atuação, o governo orientou seu discurso contra os setores que até meses atrás eram aliados estratégicos, denunciando privilégios fiscais, monopolização e oligopolização econômicas e a necessidade de “disciplinar” as frações mais concentradas do capital. Nas palavras do próprio presidente “No más empresarios subsidiados. No más Estado ineficaz e invasor.” (MENEM; DROMI, 1997). Com isso se buscava angariar apoio social ao programa de ajuste no contexto eleitoral.

O passo decisivo da dita regulação estatal foi a lei 23.928, pela qual se instituiu a paridade entre Dolar e Austral (Lei de convertibilidade). Com a dolarização, a aposta era na reativação econômica, particularmente em função da recuperação do crédito. De maneira oposta à Ernam Gonzáles, Cavallo tentou ampliar a arrecadação tributária com o aumento da atividade econômica, de acordo com o objetivo de gerar superávit fiscal.

Porém, o ministro Cavallo teve de enfrentar algumas contradições imediatas. Os atritos no interior do bloco dominante corriam o risco de se aprofundar com a convertibilidade e, se o plano não conseguisse um mínimo de reativação econômica a curto prazo, comprometeria o superávit

ameaçando toda a política do governo. Uma vez que os grupos econômicos locais tinham imensas quantias investidas no exterior, que poderiam se repatriadas de forma a reforçar o lastro monetário, era necessário retomar seu apoio. Além disso, existia ainda o problema dos setores exportadores, que foram fortemente golpeados nesse processo. Os *capitanes de la industria* se agruparam em torno da UIA e alertavam o governo quanto aos efeitos negativos que sofreriam com a paridade (BIRLE, 1997). Por fim, o problema da conflitividade social não podia ser ignorado, uma vez que a recente crise de 1989 tinha posto fim ao mandato radical antes de Alfonsín terminar seu prazo de governo. Num ano marcado por eleições, e sob a forte pressão externa, capaz de desestabilizar completamente o controle cambial, os setores populares poderiam irromper com força igual ou maior que em 1989.

Todavia o governo contava com o apoio do FMI, uma vez que se comprometera a levar os ajustes até o fim. De maneira contraditória, o trauma popular da hiperinflação e a situação de terrorismo econômico vivida pela sociedade demandavam medidas emergenciais, o que serviu de respaldo para o poder discricionário do governo, abrindo uma margem favorável de manobra (ACUÑA, 1995). A solução para os atritos entre os setores dominantes e para o problema da reativação econômica – em nível imediato – eram o radical aprofundamento do próprio plano de ajuste. A saída se deu pela violenta política de privatização e, em seguida, pela retomada do endividamento externo. Com isso, os grupos prejudicados puderam adquirir o patrimônio público e garantir suas taxas de lucros, enquanto que o governo obtinha através das vendas os recursos necessários para saudar seus compromissos externos⁴³.

Em verdad los principales compradores de las antiguas empresas del Estado fueron, aparte de algunas empresas transnacionales, los grupos económicos que ya poseían una posición predominante en la rama en cuestión y que habían podido ampliar su posición en el mercado a través de concesiones y participaciones em el sector de servicios. (...) A algunos de los grupos económicos que perdieron con la desregulación las ganancias que habían gozado como socios privilegiados del Estado, el proceso de privatizaciones se les presentó como una buena oportunidad de obtener una nueva fuente de beneficios con la adquisición de las empresas públicas. (BIRLE, 1997, p.266).

⁴³ Vale destacar que somente no bimestre de junho/julho daquele ano, os vencimentos da dívida chegaram à US\$887 milhões e, para cobrir esse montante, se destinou US\$569 milhões obtidos com a privatização de áreas petrolíferas.

Isso resultou no fim dos atritos, ao menos durante a primeira metade dos anos 90, permitindo aos grupos que compraram os ativos estatais uma enorme lucratividade. Mais do que isso, tornou possível sua associação com o capital externo e possibilitou a repatriação de uma parte dos 52 bilhões de dólares que estavam no exterior (BASUALDO; LOZANO, 2000). O quadro 2 ajuda a ilustrar o impacto das privatizações no ranking das 200 empresas mais destacadas no mercado até o ano de 1995.

Quadro 2

Ranking de Empresas según resultados – 1995 – En millones de U\$S

Nº	Empresa	Privatizada	Estruct. De Prop.	Beneficios
1	YPF	SI	MIXTA	793,1
2	Telefónica	SI	GL-GE-ET	457,8
3	Telecom	SI	GL-GE-ET	306,6
4	Pérez Companc	SI	GL	246,4
5	Trans. Gas del Sur	SI	GL-GE-ET	181,1
6	Shell	NO	GE	147,4
7	Roggio	SI	GL	138,6
8	Aluar	SI	GL	105,1
9	Citicorp Equity	SI	GE	100,1
10	Cerv. y Maltería Quilmes	NO	GE	95,3
11	Amoco	SI	ET	86,7
12	Edesur	SI	GL-GE-ET	74,4
13	Bridas	SI	GL	74,3
14	Massalin Particulares	NO	GE	73,4
15	Petrolera A. San Jorge	SI	EN	64,8
16	Siderar	SI	GE	60,3
17	Techint	SI	GE	55,9
18	Arcor	NO	GL	55,5
19	Carrefour	NO	ET	54,2
20	Aguas Argentinas	SI	GL-ET	53,6
21	Camuzzi Gas Pamp.	SI	ET	53,2
22	Trans. Gas del Norte	SI	GL-ET	52,3
23	Molinos Río de La Plata	NO	GL	50,3
24	Gas Natural BAN	SI	GL-ET	47,3
25	Cosméticos Avon	NO	ET	46,8
	TOTAL			3.474,5

Fonte: IDEP, Cuaderno 62, 1999.

O outro efeito se situa na abertura de novos créditos por parte do FMI e BM, estreitando os laços do país com estes organismos e aumentando volumosamente a dívida externa. A tabela a

seguir mostra a evolução da dívida externa total do país entre 1987 e 1998. É interessante observar que a partir de 1993, o crescimento da dívida ocorre em saltos significativos.

Tabela 3

Evolução da dívida externa total da argentina, 1987-98, em milhões de dólares americanos							
	1987	1989	1991	1993	1995	1997	1998
Dívida Externa Total	58.458	65.257	66.028	65.325	99.363	130.828	144.050

Fonte: Revista de Economia e Política, 21, n. 3, 2001.

Também em função disso, o outro objetivo foi alcançado, a reativação econômica que, combinada com a estabilização da moeda, deu respaldo popular ao governo. Como aponta relatório do IDEP, o primeiro momento do plano:

garantizó el ingreso de importantes niveles de inversión extranjera, y acompañado por el cambio en las condiciones internacionales y el replanteo del endeudamiento en el marco del Brady, posibilitó la contención del proceso inflacionario, indujo el aumento en los niveles de actividad económica respecto a la absoluta caída que se observara en la década del 80, y permitió la obtención de nuevo endeudamiento externo. (LOZANO, 2001, p. 5).

Com a estabilidade da moeda e essa margem de reativação, foi possível recompor a base do governo e garantir a coesão das frações dominantes em torno ao aprofundamento do projeto. Assim, a primeira metade da década de 1990 se encerrou com a conclusão das principais transformações políticas e econômicas exigidas pelo neoliberalismo, restaurou o equilíbrio no bloco dominante e, ponto central para esta análise, sanou a crise de hegemonia que vinha desde 1989 obtendo o consenso social. Porém, isso significou o comprometimento das condições necessárias para manter e reproduzir essa mesma estabilidade e legitimidade no momento seguinte, o que se revelou como um verdadeiro paradoxo do caso Argentino.

4.1.2.3.2 O declínio

Em função dessas mesmas mudanças, a Argentina se encontrou numa situação de extrema vulnerabilidade externa e, além disso, as consequências da primeira metade da década de 1990 foram gerando crescentes contradições sociais e políticas. Os problemas sociais originados pelo ajuste e as adversidades externas fizeram o modelo entrar em declínio na segunda metade da década. Tal como aponta Ferrer (2002, p. 44):

As condições, que foram inicialmente tão favoráveis ao modelo, mudaram. Não sobram mais ativos públicos vendáveis, e a situação fiscal piora pelo estancamento da arrecadação tributária e pelo peso crescente dos serviços da dívida. Por sua vez, a estabilidade dos preços esgotou seu efeito positivo sobre a demanda interna.

Ou seja, a partir de 1995 a manutenção da paridade e do projeto como um todo começou a manifestar seus limites. Os instrumentos utilizados ao longo da implementação do ajuste, imprescindíveis para o seu avanço, se desgastaram de tal forma que não estariam mais disponíveis para enfrentar as situações de crise. As reformas na máquina estatal começaram a mostrar sua função, a transferência do custo do ajuste para os trabalhadores, minando desde dentro do regime as condições de sua reprodução sob consenso.

Com efeito, o plano de conversibilidade se apoiou fortemente no contexto externo favorável que predominou até 1994. A baixa taxa de juros nos Estados Unidos permitiu a entrada de capitais na economia dos países emergentes. Com o apoio do FMI e demais organizações financeiras internacionais e uma imagem externa bastante positiva do país, resultante das reformas levadas a cabo, o governo foi empurrando para frente o problema do déficit fiscal, que ainda não estava sanado, através do aumento do endividamento externo. Como já apontado, isso tinha por consequência aumentar ainda mais a dependência e a vulnerabilidade do país. Além disso, a paridade ocasionou uma avalanche de importações, que saltou de US\$ 4 bilhões em 1990, para US\$ 25,5 bilhões em 1999, o que incidiu diretamente sobre a balança comercial do país e o montante de divisas necessárias para os serviços da dívida. Portanto, o ciclo de otimismo gerado pela atuação do ministro Cavallo se apoiava em circunstâncias conjunturais, ao passo que tornava a paridade peso/dólar refém das condições externas.

Em 1994 estourou a crise do México, abrindo uma espiral descendente no país que culminaria com a crise de dezembro de 2001. O chamado *Efeito Tequila* começou a revelar a

vulnerabilidade do rumo adotado pelo governo. As perdas no ano de 1995, decorrentes dessa crise, somaram cerca de 4,6% do PIB, e uma retração na indústria de 6,4%. A alta na taxa de juros nos Estados Unidos iniciou uma drenagem dos investimentos realizados no país. Em 1997, mediante a crise da Ásia e da Rússia, as contradições na Argentina deram novo salto. Com isso o governo tentou obter um novo impulso a partir das exportações para o Brasil. Contudo, em 1999, a crise chegou ao Brasil e o Real sofreu uma forte desvalorização, tendo consequências diretas sobre as exportações argentinas. Tal como observa Carol Wise (2001, p. 180):

Em fins de 1998, o Brasil era responsável por 23% das importações da Argentina e 30,5% das suas exportações. Como a desvalorização do Real empurrou a taxa cambial bilateral do peso para quase 18% em termos reais, o peso do ajuste rapidamente caiu sobre o setor comerciável da Argentina. Essa mudança desfavorável em preços relativos foi exacerbada durante todo o ano de 1999 pela valorização do dólar americano, ao qual estava ancorado o *currency board*. Com a produção industrial caindo a 9,5% nos três primeiros trimestres de 1999, o com o crescimento do desequilíbrio nos números de comércio e de conta corrente, tornou-se evidente que o ajuste monetário e fiscal usual, que tinha servido tão bem ao Plano de Convertibilidade no passado, não seria suficiente para reverter essas tendências negativas. .

Nesse momento, a solidez do bloco dominante ficou novamente comprometida. Os GGEE que haviam comprado as empresas privatizadas venderam seus ativos fixos e investiram no mercado financeiro externo⁴⁴. Ainda assim, mantiveram seus investimentos nos setores produtivos ligados às vantagens naturais (agroindústria e agropecuária). Já os capitais estrangeiros, na figura das ETDIs centralmente, investiram 120 bilhões de dólares na compra desses ativos. Ante o agravamento dos problemas do país gerados pelas sucessivas crises externas, os interesses no interior do bloco dominante começaram a se diferenciar em torno da dolarização ou desvalorização controlada da moeda.

El proyecto vinculado a los capitales extranjeros tiene como objetivo fundamental la dolarización, que está concebida como la "fase superior" de la Convertibilidad. La misma les garantiza a los capitales extranjeros radicados en

⁴⁴ Segundo relatório do IDEP, em 1998 a dívida externa da Argentina já chegava a cifra de dos 140 bilhões de dólares e os capitais dos grandes grupos locais que haviam fugido para o exterior superavam os 115 bilhões de dólares.

el país el mantenimiento del valor en dólares de sus activos, que se estima que alcanza aproximadamente 120 mil millones de dólares. El otro proyecto, vinculado a los grupos locales y algunos conglomerados extranjeros, tiene como objetivo fundamental la devaluación y la instrumentación de subsidios estatales para su producción local. La misma produce efectos contrarios a la anterior. Una devaluación de diez puntos implicaría en términos de dólar, dados los montos de inversión extranjera ya mencionados, que los capitales extranjeros perderían, aproximadamente, el equivalente a lo pagado por Repsol en la compra de YPF (cerca de 13 mil millones de dólares). En el caso de los grupos locales se produciría una ganancia por un monto similar, teniendo en cuenta que fugaron al exterior más de 120 mil millones de dólares. (Basualdo e Lozano, 2000, p. 2).

Além disso, os efeitos do plano Cavallo sob o restante da sociedade não tinham lastro suficiente para se estender por muito tempo. O grau de desinvestimento interno, desemprego e subemprego e o retrocesso na distribuição de renda somente se aprofundaram sob o governo Menem, sendo que em 1995 as taxas oficiais de desocupação se aproximavam de 20% (BIRLE, 1997). Entretanto, os distintos setores dominantes, ainda que em atrito, mantinham pleno acordo com a necessidade de avançar na flexibilização trabalhista e na redução do gasto público, ou seja, nos principais pontos causadores dos problemas sociais.

Assim, o processo de adaptação da aparelhagem do Estado às exigências do capital financeiro e imperialista transformava o executivo num ponto chave para a implementação dos ajustes neoliberais. Para tanto, se apoiava na transferência da legitimidade do regime democrático para o modelo econômico, tendo em vista que foi através de suas instituições que o novo padrão de acumulação se consolidou. Consequentemente, isso criava todas as condições para a transposição do desgaste do padrão de acumulação, resultante da profunda deterioração das condições de vida dos argentinos, para as instituições do regime.

Dessa forma, as reformas foram sendo justificadas por um acentuado discurso de igualdade e democracia, sintetizada na noção de *cidadania*, que permeou a ideologia neoliberal ao longo da década, conforma apontado na primeira parte deste trabalho. As políticas de reforma dos serviços públicos e das relações trabalhistas, que haviam se iniciado ainda no momento anterior, se aceleraram a partir de 1995. O sucesso do primeiro mandato de Menem esteve ancorado centralmente nas privatizações e no favorável contexto externo, como já mencionado. Contudo, os após a onda privatista o governo ficou sem maiores recursos para lastrear a moeda.

Combinado com os efeitos da crise do México, essa situação deixava como alternativa um corte ainda mais profundo nos gastos públicos.

Es importante mencionar que la década del 90 no fue uniforme en términos de la efectividad del proceso reformista, sobre todo en el ámbito de las finanzas vinculadas a las privatizaciones. A partir de 1995, el agotamiento de las privatizaciones mostró la precariedad sobre la cual se sustentaba el proceso de reforma estructural iniciado 5 años antes. El escenario con el que comenzó la segunda presidencia de Menem mostraba la exigencia de ajuste del gasto para sostener la vigencia del Plan de convertibilidad que había ingresado en una etapa cualitativamente diferente a la expansionista con la que se había iniciado en 1991. La imposibilidad de seguir financiando el nivel de gasto alcanzado durante el auge del plan, dio paso a recortes del gasto en el ámbito del Estado, proceso que se denominó *Segunda Reforma del Estado*. (MONTAÑA; LEVY, 2003, p. 11).

Ainda que as propostas de “salariozo” e “revolución productiva” canalizassem as expectativas populares e, somado à isso, a própria paridade monetária tivesse impacto imediato sobre a população, gerando maior segurança, o fato é que ao longo dos anos 1990 o que se operou foi um profundo processo de reestruturação produtiva, nos moldes da flexibilização trabalhista. Como aponta Birlé (1997), o plano Cavallo trouxe alguns problemas para os empresários que, como forma de garantir sua taxa de lucros, exigiram a redução dos custos da produção. Assim, a flexibilização serviu como instrumento de barganha em troca de apoio.

En este proceso, la Ley Nacional de Empleo (24.013) formalizó la reforma laboral que se correspondió con los requerimientos del nuevo modelo de acumulación en respecto de la flexibilización del proceso de producción y de la fuerza de trabajo. Sin embargo, no logró mejorar la situación relativa al empleo sino que la agravó. (...) En términos normativos, esta reforma contempló un amplio conjunto de leyes y decretos, que derivaron en el cercenamiento de los derechos adquiridos constitucionalmente por los trabajadores. Entre los aspectos más relevantes que introdujo la ley se encuentran el tope a los montos de las indemnizaciones, la extensión de la jornada laboral, la reducción de los costos patronales en aportes y en seguridad social, la flexibilización de los contratos de trabajo (de contratos por tiempo indeterminado se pasó a contrataciones a término, es decir, contrataciones de tipo absolutamente precario) la reducción de los costos laborales, las paritarias por empresas, reforzando así las condiciones de precariedad e incrementando el tipo de empleo temporario, el subempleo y el trabajo informal. (MONTAÑA; LEVY, 2003, p. 5).

O processo de reestruturação produtiva, que agravou fortemente os problemas sociais, foi acompanhado por mudanças profundas operadas nos serviços e políticas públicas e o surgimento

do chamado terceiro setor. Isso configurou uma contradição importante, pois os instrumentos necessários para atenuar as mazelas sociais geradas pelo ajuste foram neutralizados.

As principais características das reformas neoliberais sobre as políticas públicas são a focalização, a descentralização e a desconcentração participativa (já discutidas na primeira parte). Com mais de uma década de dismantelamento da máquina pública, o funcionamento dos serviços do Estado estava absolutamente precarizado, o que serviu de argumento para o discurso de ineficiência da coisa pública em relação à privada. A partir das privatizações, os serviços antes considerados como direitos, passaram a se tornar mercadoria. A transferência para o setor privado de serviços essenciais, sob a lógica da mercantilização de direitos, se apoiou no discurso do “quem pode pagar deve pagar”, o que permitiria ao Estado se concentrar nos “realmente necessitados”. Essas foram algumas das bases para a desconstrução do caráter universalista das políticas públicas e seu enquadramento na lógica da focalização.

Com o substantivo agravamento das já precárias condições de vida dos argentinos, particularmente a partir de 95, os chamados “programas de combate à pobreza”, sob orientação do BM e do FMI, começaram a ganhar maior importância. Segundo dados do SIEMPRO⁴⁵, em 1996 o governo federal estava implementando 50 projetos de combate à pobreza e vulnerabilidade social, número que aumentou para 73 no ano de 1999.

Acompanhada da focalização estes programas aceleraram a descentralização, sob a justificativa de democratizar os serviços públicos e aumentar a participação da sociedade na sua condução. Todavia, como aponta Laurell (1995, *apud*. VIDAL, 2006, p. 66-67):

esta não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas principalmente permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir os serviços.

Como estes programas eram oriundos das próprias instituições financeiras internacionais, ao serem adotados, vinham com um conjunto de “orientações” para sua aplicação. Dentre elas, e conforme a lógica geral dos ajustes, é imprescindível destacar a condição de que o Estado não aumentasse seu gasto público, de forma a conter o déficit fiscal. Isso gerava um problema, a não ampliação da oferta de serviços num contexto de aumento da demanda. Como solução, as

⁴⁵ Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais.

mesmas instituições forneciam a saída: o fortalecimento do chamado terceiro setor. Sob o discurso da participação social e do engajamento dos cidadãos, as ações focalizadas nos “mais necessitados” deveriam ser apoiadas em parcerias com as ONGs, tomadas como autênticas representantes da sociedade, em detrimento das organizações tradicionais construídas ao longo do século XX.

En consecuencia, utilizando la crisis de representación que exhiben nuestras sociedades como producto de las políticas neoliberales, estos organismos internacionales proponen su superación impulsando la disolución de todo lazo entre representante y representado y asumen que los sectores populares (hoy denominados pobres), en tanto víctimas del ajuste, son incapaces de tomar decisiones y de participar con autonomía en la definición de su propio destino. (BASUALDO E LOZANO, 2000, p. 4).

É interessante notar que as chamadas organizações da sociedade civil estão, na sua maioria, perfeitamente enquadradas na lógica neoliberal. De acordo com (VIDAL, 2006), estão institucionalizadas, possuem um quadro profissionalizado responsável pelos projetos e se apoiam no voluntariado. A profissionalização dessas organizações acontece sob lógica gerencial, tratando de gerir a questão social nos marcos da racionalidade administrativa. Com isso se realizam duas operações, de um lado, a suposta democratização, com a inserção da sociedade na resolução de seus problemas diretos, isentando-se assim da “burocracia e ineficiência estatais” e da “ganância da iniciativa privada” (ainda que tais organizações estejam entrelaçadas com ambas). E, por outro lado, o esvaziamento do conteúdo político dos problemas sociais. (VIDAL, 2006) A exemplo disso, diversos projetos tiveram por objetivo realizar ações de qualificação profissional para desempregados, como forma de combate ao desemprego, contudo, exclui-se do debate a reestruturação produtiva e os ataques feitos às organizações sindicais.

Dessa forma, sob o manto da democratização no combate às mazelas sociais, decorrentes do próprio modelo, o Estado fica duplamente desresponsabilizado. Todo tipo de atividade que possa dar alguma rentabilidade é transferida para a iniciativa privada, seja com privatizações, concessões ou parcerias, gerando a mercantilização de direitos. Os setores que não podem pagar por tais serviços, tendem a ficar jogados à própria sorte, via focalização, descentralização, voluntariado e ações pontuais das ONGs.

Assim, vemos a complementaridade de elementos como as privatizações, as reformas nos serviços públicos e a reestruturação produtiva⁴⁶. Tais políticas, num contexto de forte agravamento dos problemas sociais, pretendiam, além de viabilizar a acumulação privada com serviços públicos, reduzir os gastos do Estado com as políticas sociais, ajudando a combater o déficit fiscal, e neutralizar a ação dos setores em pior situação gerando a dependência de políticas compensatórias⁴⁷.

Com isso, os ajustes cumpriram a função de impedir a tendência de queda da taxa de lucro do capital, onerando pesadamente a classe trabalhadora. Os instrumentos utilizados na implementação do neoliberalismo, e em especial as medidas adotadas para contornar o declínio iniciado com a crise do México, foram reduzindo as margens de manobra do governo na medida em que se esgotavam com o próprio uso. Por um lado, a cada novo passo, se aprofundava o comprometimento com o ajuste, subordinando a máquina estatal aos interesses do capital financeiro e atrelando crescentemente a economia do país ao imperialismo. Por outro lado, o governo foi ficando cada vez mais encurralado nessa situação, dispondo de instrumentos e recursos que se reduziam no compasso mesmo do ajuste, à exemplo das privatizações. O resultado desse processo foi a transferência de seu custo para os trabalhadores, o que produziu o crescente afastamento entre representantes e representados, abrindo uma crise de legitimidade das instituições do regime e acumulando condições para a explosão social. Mais do que isso, quando as contradições mais de fundo eclodiram, o Estado já não dispunha de ferramentas para conter a crise e o governo estava de mãos atadas, restando apenas os aparatos de coerção. Assim se

⁴⁶ Segundo Ferrer “Um fato notável da situação argentina é que os serviços públicos privatizados (eletricidade, água, gás, telefone, pedágios) têm tarifas ajustáveis pela inflação dos Estados Unidos. Nos últimos quatro anos, os preços norte-americanos ao consumidor subiram 9% enquanto na Argentina permaneceram estáveis. Deste modo, mesmo quando os preços domésticos não subam ou baixem, as tarifas aumentam. Tal comportamento de um segmento da economia essencial na determinação do nível geral de preços, somado à enorme e incerta incidência dos serviços da dívida, determina que os salários resultem como a única variável de ajuste para sustentar a conversibilidade e a paridade do peso um a um com o dólar. Assim, a Argentina é provavelmente, na atualidade, o único país do mundo no qual a redução nominal dos salários é um instrumento de política econômica.” (2002, p. 47-48).

⁴⁷ Segundo Laurell, o perfil as políticas sociais sob o neoliberalismo teriam por objetivo “assegurar uma clientela política em substituição do apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais. Tais programas são, desta forma, uma alternativa de evitar o problema de ter de se dirigir para uma economia desregulamentada de livre mercado, sem com isso provocar processos políticos contrários que anulem o projeto.” (*apud.*, VIDAL, 2006, p 64).

desenrolou o processo argentino, que entrelaçou as instituições democráticas à implementação do neoliberalismo, de forma a comprometer as bases materiais que davam suporte as instituições responsáveis por organizar o consenso.

4.3 O Saldo do Neoliberalismo

Após quase vinte anos de vigência do regime democrático no país, o que se observa é um quadro de profundo retrocesso social em comparação com a situação anterior ao golpe de 1976. A ditadura modificou a estrutura econômica da Argentina, pautada pelo desenvolvimentismo e o mercado interno, que serviam de alicerce para uma estrutura estatal com certa distribuição de renda. A decorrente modificação sofrida pelas classes e frações de classe resultou num rearranjo no interior do bloco dominante. Entretanto, o período do governo radical foi marcado por fortes tensões entre estas frações e os credores externos, que adentraram com força na disputa da política econômica do país como resultado do endividamento realizado no momento anterior. A profunda instabilidade que caracterizou aos anos de 1980 foi provocada tanto pelos choques entre dos diferentes setores burgueses, como parte do processo até então não visto de concentração de capital; quanto pela estrutura estatal que preservava boa parte de seus mecanismos distributivos e reguladores, apesar das mudanças na estrutura produtiva do país operadas pelo *proceso*. Os violentos cheques inflacionários e o déficit fiscal crônico podem ser interpretados como consequências dessas contradições. Nos anos de 1990, o governo Menem conseguiu reformar a estrutura do Estado, estabilizando as diferentes frações do capital, agora sob a influência decisiva do capital financeiro externo, eliminando os mecanismos regulatórios e distributivos e onerando o restante da sociedade com a implementação do projeto neoliberal na sua integralidade.

Argentina presenciou, em menos de trinta anos, o completo desmonte da estrutura econômico-social que a colocava numa posição muito distinta dos vizinhos latino-americanos. É preciso afirmar, ainda, que foi sob a democracia que a população do país viu as conquistas acumuladas ao longo dos três primeiros quartos do século XX serem dizimadas. Que foi sob um regime que se pretende inclusivo, que os trabalhadores se viram cada vez mais excluídos da renda nacional, e que as condições de vida da população sofreram uma qualitativa deterioração.

Mediante esta observação, é preciso retomar a afirmação feita no início desse trabalho, de que o estatuto de igualdade e liberdade imputado aos “cidadãos” no nível político vem esgotando sua capacidade sua capacidade de mascarar o autoritarismo e os catastróficos níveis de desigualdade, a que foram submetidos os argentinos no âmbito econômico. Senão vejamos.

Os efeitos das mudanças iniciadas pela ditadura deixaram marcas significativas na estrutura econômica do país. O PIB per capita da Argentina era, em meados de 2002, 23% inferior que em 75, tal como aponta o quadro 3.

Quadro 3

PBI per capita

Ano	%*
1975	100
1993	84,2
2002	76,7

1975=100

Fonte: Relatório 77 IDEP – CTA.

Esse grau de retrocesso, além de ser significativo por si só, ainda não é suficiente para mostrar a real dimensão da concentração de renda. De acordo com os números oficiais, o percentual de desemprego nesse mesmo ano se aproximou da faixa de um terço da população economicamente ativa (27%, INDEC, 2001).

Se tomado por base de referência o ano de 1974, a evolução do ingresso médio dos assalariados da Grande Buenos Aires permite visualizar o vertiginoso efeito do desmonte da estrutura anterior ao golpe.

Quadro 4

Ingreso Medio Asalariados GBA

Ano	%*
1974	100
1980	85,5
1986	72,5
1991	56,0
1994	66,6
1997	61,2
1998	63,6
1999	62,0
2000	61,8
2001	61,1

1974=100

Fonte: Relatório 73, IDEP, 2001.

A partir da crise de fins de 1998, com a desvalorização da moeda brasileira, Lozano (2002, p.6) aponta que: “Computada la información del primer trimestre del presente año, Argentina acumula 45 meses de recesión ininterrumpida, con una caída del 20,1% del PBI, un descenso del 60% de la inversión y de un 20,9 % del consumo.” .

Esses dados mais gerais ajudam a descrever a evolução das preocupantes cifras da desigualdade no país até o período em que estourou o *Argentinazo*. Sem dúvida trata-se de um processo estrutural, que não só se realizou no âmbito econômico, mas demandou uma pesada intervenção nas estruturas políticas do Estado para se tornar viável. Argumentos que se apoiem em elementos estritamente conjunturais, em que pese a importância de tais fatores, como já apontado neste trabalho, não são suficientes para abarcar o resultado que chegou o país em 2001.

O percentual da população abaixo da linha de pobreza atingiu o extraordinário número de 51,4%, (18.219 milhões de pessoas), sendo que, destas, 66,6% eram menores de 18 anos. Já o referente de pessoas abaixo da linha de indigência alcançou 21,9% da população (7.777 milhões de pessoas - quadro 5).

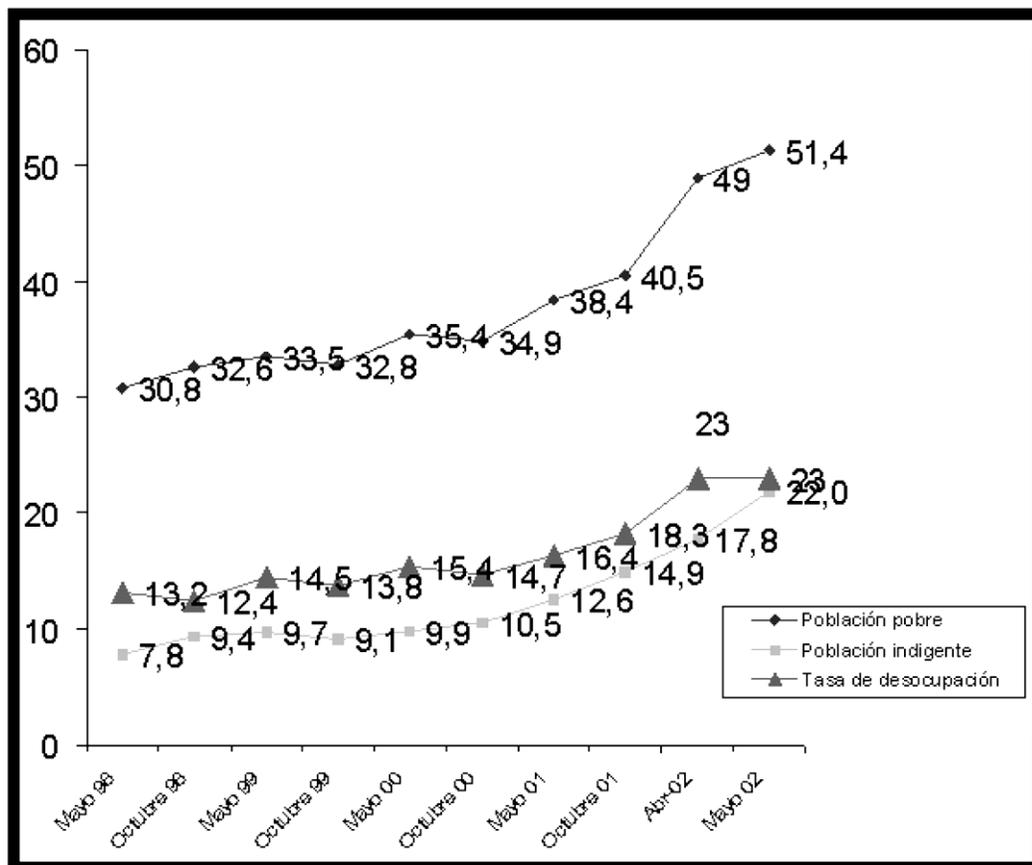
Entretanto, ainda que tal situação tenha sido construída num intervalo de quase três décadas, é interessante notar a rápida evolução dos problemas a partir da recessão aberta em 1998. Conforme o Gráfico 1, é importante observar que estes dados se aprofundam significativamente quando o país começa a sofrer os fortes efeitos da crise externa.

Quadro 5

	1998	2002 (maio)	Incremento %
Desocupação	13,2	23	74,2
Pobreza	30,8	51,4	66,9
Indigência	7,8	21,9	180,8

Fonte: Relatório 77 IDEP, 2002.

Gráfico 1



Fonte: Relatório 77, IDEP, 2002 (base a INDEC, SIEMPRO e estimativas privadas).

Este efeito está diretamente relacionado com a trajetória adotada no momento prévio. O fim do modelo baseado no mercado interno golpeou fortemente a renda média dos trabalhadores.

O período menemista, entretanto, privilegiou uma estrutura de renda baseada em serviços em detrimento da produção industrial. Os setores produtivos que permaneceram se voltaram para a exportação, reprimarizando a economia (LOZANO 2002). Com a paridade monetária, a abertura e as privatizações as remessas de lucros ao exterior foram significativamente incrementadas e a invasão de produtos importados agravou o quadro de retrocesso industrial⁴⁸. Esses elementos deixaram o país completamente fragilizado e exposto a oscilações conjunturais, cujos reflexos sobre a população acabaram sendo amplificadas pelas mudanças estruturais realizadas desde 1976.

Mediante todos os problemas, conflitos e pressões, os setores dominantes em nenhum momento questionaram a transferência do custo do modelo para o restante da sociedade. Ao operar os ajustes de forma a atender os interesses do grande capital e os dos organismos multilaterais, o Estado foi marchando rumo ao total isolamento social. Isso aprofundou o processo de crise de representação. Não só do ponto de vista partidário, mas institucional. Tornando-se refém dos interesses do capital financeiro, subordinando-se ao FMI e sendo reestruturado para tocar os ajustes, o Estado não só perdeu sua soberania como sua legitimidade.

Segundo dados levantados por Vitullo (2007), num interessante estudo sobre a democracia argentina, em 2002, 90,8% dos argentinos se declararam “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com o funcionamento do regime político de seu país, número que parece acompanhar a evolução dos problemas sociais acima descritos, principalmente quando comparado com os 44,9% que manifestaram as mesmas opiniões no ano de 1995. Tamanho grau de insatisfação se reflete no julgamento da população acerca da situação econômica do país, onde 94,5% classificaram como ruim ou muito ruim e 96,3% dos entrevistados avaliou a distribuição de renda como injusta ou muito injusta, no ano de 2002. (*Ibid.*, 2007).

Como afirmado anteriormente, as medidas de ajuste estrutural não só agravaram substancialmente os problemas sociais como desestruturaram os mecanismos utilizados para

⁴⁸ Ciertamente, la injusta matriz distributiva operaba premiando las estrategias empresarias sostenidas en el logro de rentas fáciles (sobreexplotación de la fuerza de trabajo, apropiación de rentas naturales o ventajas monopólicas) y debilitaba la inserción productiva internacional del país. Por otra parte, la distribución desigual privilegia el consumo de los sectores de altos ingresos y, por lo tanto, dado el elevado coeficiente de importaciones de dicho consumo tiende a reproducir un patrón productivo con elevado componente de importados. Lozano (2002, p. 9).

atenuar seus efeitos. Nesse sentido, apesar de anos de retórica anti-estatista, no ano de 2002, 74,6% dos argentinos avaliavam que o Estado deveria se fazer cargo dos setores de saúde, educação, água e fornecimento de energia elétrica, o que demonstra com precisão a rejeição à política privatista e ao desmonte dos serviços públicos. Outro ponto importante desta análise se refere ao poder dos setores hegemônicos do capital frente ao Estado. Aqui também chama a atenção a percepção da população, quando questionada sobre “quem você acha que tem mais poder na Argentina?”, onde mais de dois terços dos entrevistados (67,7%) apontaram as grandes empresas como resposta.

O forte agravamento da situação, nos anos prévios a crise, não só produziu um processo de crescente tensionamento social, como se defrontou com o retrocesso estrutural da base produtiva do país e dos dispositivos estatais de amortecimento das mazelas sociais. Esses elementos combinados deixaram o governo incapacitado de intervir na crise com mecanismos geradores de consenso. Desarmado dos instrumentos necessários para apaziguar a situação, e com índices de pobreza que ultrapassaram a metade da população argentina, a crise não pode ser contida e inevitavelmente transbordou os limites institucionais.

O rechaço às instituições do regime, a partir de 2001, tornou-se majoritário. Segundo Vitullo (2007) o percentual de pessoas que declarou pouca, ou nenhuma confiança, nas principais instituições democráticas chegou a esmagadores 89,6% no caso do Congresso Nacional, 90,4% no Poder Judiciário e 94,4% nos partidos políticos, o que revelando o limite do arranjo construído entre modelo e regime. Isso deixou como recurso último para intervir no processo o elemento de dominação. O crescente ascenso das lutas sociais foi respondido com igual crescimento do autoritarismo por parte do governo, particularmente, com a decretação do Estado de Sítio em dezembro de 2001, estopim do levante social que derrubou de Fernando De la Rúa. Nesse ponto, é importante retomar as palavras de Gramsci:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, já não é mais ‘dirigente’ mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de o velho morrer e o novo não pode nascer: e nesse interregno verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 184)

Pelo que foi descrito até o momento, pode-se observar que as distintas frações da burguesia local estiveram sob disputa permanente. Contudo, o elemento determinante para o

desfecho da situação foi o peso da pressão do capital financeiro externo, que acabou subordinando as frações do capital local argentino. Nesse tensionamento constante, diversas iniciativas foram tomadas de forma a manter a coesão da classe dominante. Entretanto, os choques e as concessões feitas para manter sua coesão e sua subordinação ao capital externo tiveram como característica geral a transferência do custo para os trabalhadores. Nesse processo os aparelhos geradores de consenso foram sendo desmontados. Como a implementação das políticas neoliberais ocorreu através do regime democrático, por dentro de seus mecanismos e transformando esses mesmos mecanismos de forma viabilizá-las, o grau de rechaço do *Argentinazo*, expresso na palavra de ordem *que se vayan todos*, revela um tipo de crise muito profunda, que ultrapassou o nível de governo ou de sua política econômica, chegando nos marcos do regime, revelando as conexões deste com o modelo neoliberal e suas mútuas implicações.

A situação de desgaste político institucional ao fim de 2000 e começo de 2001 é muito bem descrita por Lozano (2001, p. 10):

el proceso de deslegitimación del discurso oficial y del gobierno es sumamente importante a punto que la implementación de la estrategia en vigencia ha obligado a un deliberado cierre del funcionamiento del Estado de Derecho por vía de un proceso de delegación de las principales facultades parlamentarias en el Poder Ejecutivo, del supino desconocimiento de aquellos fallos judiciales que pudieran afectar la continuidad de la política en curso y de la detención y expreso procesamiento de aquellos dirigentes sociales que pretendan canalizar el descontento social. (...) En algún sentido, puede afirmarse que el tipo de conducción de la crisis económica que se adopta traslada la situación de colapso o ruptura que podría darse en los términos de la actual política económica al campo social e institucional.

Como conclusão, é possível afirmar que as oscilações econômicas conjunturais se defrontaram com as contradições estruturais do padrão de acumulação. Como o processo de atualização, sob Menem, comprometeu as bases materiais para o consenso, não foi possível deter o avanço da crise. Desse modo, os ritmos da situação conjuntural, bem como a perda da coesão no interior do bloco dominante e da adesão do restante da sociedade se sincronizaram juntamente com as contradições estruturais do modelo, que minaram os instrumentos de intervenção do Estado. Assim, os eventos de dezembro de 2001 sugerem o ponto de inflexão onde todos estes fatores se cruzaram, produzindo uma *Crise Orgânica*. Tal conceito, elaborado por Gramsci, está bem sintetizado nas palavras de Bianchi (2002, p. 36):

A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposto da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de *crise orgânica*, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão dessa *crise orgânica* é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento dos choques entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações..

4.4 A gênese do Argentinazo

O fato de o regime militar ter imposto uma forte derrota sobre as esquerdas e os movimentos do campo popular significou a desarticulação dos setores atingidos mais diretamente pelas transformações em curso. Deve-se agregar a este fato a queda do muro de Berlim e 1989 e a dissolução do bloco soviético logo em seguida, que permitiu uma forte ofensiva ideológica por parte da burguesia mundial, impactando amplos setores da esquerda. Afora isto, a década de noventa na Argentina representa o auge das transformações neoliberais. O período referente à primeira metade dos anos 1990, sob a estabilização da moeda e a reativação econômica demarca a construção da legitimidade e do consenso em torno ao projeto neoliberal. Entretanto, este mesmo período encerrou as contradições que levaram a perda da legitimidade do modelo e dos instrumentos utilizados para sua aplicação, ou seja, do regime. O grau de desgaste deve ser analisado juntamente com grau de limitação dos instrumentos de intervenção na crise, isto é, na medida em que a implementação do modelo foi desgastando o regime, foi liquidando com as ferramentas que poderiam recompor sua legitimidade. Desse modo, é importante destacar que, apesar da derrota imposta pela ditadura, apesar do impacto negativo causado pela flexibilização produtiva sobre as organizações dos trabalhadores, o que parecia impossível se tornou inevitável. A forma de implementação dos ajustes significou o desmonte dos instrumentos que poderiam servir como fonte de legitimidade, deixando o Estado impossibilitado de intervir na construção do consenso, restando-lhe, portanto, os instrumentos de coerção. Este é o marco de análise da *gênese do argentinazo*.

4.4.1 O Contexto de Lutas do Período Prévio

Se a capacidade de manter intato o curso do projeto neoliberal, particularmente no que tange ao ponto central da paridade peso/dólar, manifestou todas as suas limitações e contradições em 2001, é válido destacar que o período anterior não esteve isento de conflitos e lutas sociais. Alguns autores (CARRERA; COTALERO, 2003) têm apontado o ano de 1993 como ponto de início da rearticulação das lutas sociais. O Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA – realiza desde meados dos anos 1990 a medição dos conflitos sociais fornecendo um interessante acervo de dados para análise.⁴⁹

O motim de Santiago del Estero, conhecido como “*Santiagazo*”, e outros ocorridos em dezembro de 93 representariam a abertura de um ciclo que se desenvolveu a partir de formas mais espontâneas e desarticuladas de luta, tendo vários marcos ao longo da década, até as jornadas de 2001. Os autores periodizam o ciclo aberto em 1993 em três momentos. O primeiro, de dezembro de 1993 até agosto de 1997, foi marcado por sete greves gerais e 1.090 registros de lutas e conflitos. Este momento se caracteriza por maiores graus de unidade da classe operária e aliança com outras classes e frações de classe, sendo um momento ascendente. O segundo, que se estende de setembro de 1997 até dezembro de 1999, contou com 1.299 registros, contudo, com a característica de fragmentação e isolamento das lutas, em sua maioria, orientadas por reivindicações imediatas. O terceiro, iniciado em dezembro de 1999, tem seu ápice em dezembro de 2001, conta com 5.254 registros de lutas, oito greves gerais e a emergência do movimento *piquetero*⁵⁰ com três jornadas nacionais de luta. Surgido em 1996, aglutinou centralmente os trabalhadores desempregados e foi se desenvolvendo nesse período até que em 2000 “através de duas assembleias [nacionais] e ações de alcance nacional vão se instalando como ator coletivo de importância” (MARRO, 2007, p. 84). Dentre os diversos grupos organizados que estiveram presentes no *Argentinazo*, os *piqueteros* ganharam grande destaque, principalmente por seu

⁴⁹ Como informa o Programa, os resultados apresentados se referem ao aspecto quantitativo da investigação. Quantas ações, de que tipo, sujeitos, local, quando e convocantes. PIMSA (2004, p.127).

⁵⁰ Sobre o movimento *piquetero* ver Vitullo (2006).

método de luta, os *cortes de ruta*, como forma de para a circulação da produção e, assim, de pressionar o governo por suas reivindicações por programas de emprego.

Os autores classificaram a distribuição das ações de acordo com o que denominam de estruturas econômico sociais concretas, tomando como critério a divisão social do trabalho e da posição e função dos grupos sociais fundamentais. Desse modo, a estrutura I representaria o capitalismo de economia privada de grande indústria e pequena produção, o que inclui as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, além da capital. A estrutura II responderia pelo capitalismo de economia privada com peso do campo, incluindo as províncias de Salta, Jujuy, San Juan, Mensoza, Tucumán e Rio Negro. A estrutura III, de capitalismo em enclaves, inclui Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego. A estrutura IV agrega a pequena produção mercantis principalmente no campo, inclui Formosa, Chaco, Santiago del Estero, Misiones, Corrientes e o Pampa. Por fim, a estrutura V referente à pequena produção mercantil com superpopulação relativa, incluindo Catamarca, La Rioja , San Luiz e Entre Ríos.

Com isso, a distribuição das ações ao longo do ciclo por dentro dessas estruturas ajuda a compreender a evolução dos conflitos nos diferentes segmentos do capitalismo argentino.

Tabela 4

Distribuição do total de ações por ano e estrutura econômico-social (%)

Estrutura	Primeiro momento - ascendente					Segundo momento - descendente		Terceiro momento - ascendente	
	1993*	1994	1995	1996	1997**	1998	1999***	2000	2001
I	9,4	32,7	25,9	48,2	52,4	61,3	57,4	63,2	66,1
II	28,1	21	48,5	23,3	42,8	16,3	13,3	16,5	17,7
III	0	15,4	7,7	16,8	4,8	118	6,9	7,8	3,8
IV	31,2	15,4	8,3	4,1	0	1,7	15,8	5,5	5,3
V	31,2	8	8,3	4,6	0	3,8	3,1	4,5	4,6
Mais de 1 estrutura	0	7,4	1,3	3	0	4,8	3,5	2,4	2,4
Total	100 (32)	100 (162)	100 (375)	100 (197)	100 (21)	100 (416)	100 (862)	100 (1879)	100 (3375)

*Dezembro

**Janeiro a agosto

***outubro a dezembro

FONTE: PIMSA, 2004.

Desde o ano de 1993 a evolução das lutas e embates sociais se distribuiu por toda a estrutura social e produtiva do país, contudo, ela evoluiu de forma crescente onde o capitalismo se encontrava mais desenvolvido, nas grandes empresas e indústrias privadas, tornado-se predominante nesse setor a partir de 1997⁵¹. Ao longo de todo este período, a forma predominante de luta são as manifestações de rua, incluindo *cacerollazos*, *cortes de ruta*, *asambleas*, *escraches*, exposições artísticas e festivais de protesto dentre outras.

Tabela 5

	Primeiro momento		Segundo momento		Terceiro momento	
	N	%	N	%	N	%
Instrumento						
Manifestação	529	48,5	668	51,4	2039	38,8
Corte	166	15,2	316	24,3	1684	32,1
Greve	200	18,3	149	11,5	436	8,3
Ocupação	151	13,9	96	7,4	286	5,4
Saque	6	0,6	3	0,2	302	5,7
Ataque*	1	0,1	17	1,3	252	4,8
Lock out	9	0,8	26	2,0	30	0,6
Outros	26	2,4	22	1,7	203	3,9
Sem dados	2	0,2	2	0,2	22	0,4
Total	1090	100	1299	100	5254	100

*Ataques: apedrejamento e incêndio de edifícios públicos, bancos, sedes de empresas privatizadas, meios de transporte e sedes partidárias. Outros: greves de fome, motins carcerários, jornadas de luto, etc.

FONTE: PIMSA, 2004.

Segundo as análises PIMSA, podemos observar que, apesar do notório peso de *piqueteros*, *vecinos* e outros sujeitos sociais, os trabalhadores assalariados estiveram presentes com importância determinante.

Dentre os diferentes segmentos que atuaram nas lutas e embates, um dado específico merece maior atenção. Nos três períodos assinalados, as ações protagonizadas por trabalhadores assalariados (ocupados e desocupados) constituem a maioria, sendo que destes, os trabalhadores ocupados são majoritários. Inclusive no auge de 2001, as ações destes seguem sendo maioria se

⁵¹ Para uma análise mais detalhada ver Documento de Trabajo n. 49, In PIMSA Documentos y Comunicaciones 2004.

comparados com as do movimento *piquetero*, embora as ações conjuntas tenham aumentado significativamente em relação ao momento anterior (CARRERA e COTALERO, 2004, p. 131-132).

A distribuição das ações realizadas pelos assalariados ocupados, no terceiro momento, foi maior no setor estatal, 60,8%, contra 23,7% no setor privado e 6,4% nas privatizadas. Contudo, para se ter uma dimensão mais precisa das ações desse setor, é interessante observar a tabela a seguir:

Tabela 6

Distribuição das ações realizadas pelos assalariados ocupados segundo ramo de atividade econômica (1993-2001)

	Primeiro momento		Segundo momento		Terceiro momento	
	N	%	N	%	N	%
Indústria*	129	25	49	12	233	13,5
Transporte	44	8,5	53	13	290	16,7
Educação e Saúde	95	18,4	139	34	388	22,4
Administração estatal	224	43,4	90	22	598	34,5
Outros**	24	4,7	78	19	224	12,9
Total	516	100	409	100	1733	100

*Inclui mineração, geração de energia e água

**Comunicações, comércio, bancos, construção, agricultura, serviços, changarines, chatarreros, imprensa, cultura, profissionais liberais e obras sociais.

Fonte: PIMSA, 2004, Documento de Trabalho N 49.

O elevado número de ações realizados por trabalhadores das áreas de educação e saúde e da administração estatal constituem a maioria as ações realizadas. Esse dado provavelmente se justifica pelo fato de os setores de serviços públicos terem sido amplamente deteriorados ao longo da década de 1990, com desmantelamento, privatizações, profundos cortes financeiros e desregulamentação. Ainda é válido destacar que dentre o conjunto de ações contabilizadas, nesse terceiro momento, houve 302 casos de saques a supermercados, 436 greves, 286 ocupações (locais de trabalho, faculdades, escolas, prédios públicos, bancos, terrenos, etc.) e 1684 *cortes de ruta*.

Ainda segundo Carrera y Cotalero (2004), mesmo no momento de menor presença dos trabalhadores assalariados (42,8% do total de ações realizadas), seu peso é muito superior aos dos chamados novos movimentos sociais (*vecinales*, indígenas, de gênero, de consumidores, etc.), cujo ápice de participação registra 10% do total de ações realizadas. Com base nesses dados, é interessante observar a evolução mais geral dos conflitos no ano de 2001.

4.4.2 O Ano do Levante

Dentro do bloco dominante, a situação de atrito se aguçava cada vez mais. Com isso, ganharam peso exigências contrapostas como o abandono da convertibilidade, dolarização, pesificação, maiores barreiras aduaneiras, maior abertura de mercados, etc, expondo a situação de fragilidade em havia entrado a classe dominante. Como aponta Lozano (2001, p. 12):

En suma, de un lado han quedado (sosteniendo el déficit cero y la variante recesiva) los dueños de las empresas privatizadas, los grandes bancos y los tenedores de la deuda pública. En el otro, sosteniendo la devaluación y demandando la salida del régimen vigente han quedado fundamentalmente los grupos empresarios locales y extranjeros que integran la cúpula empresarial histórica de la Argentina, que tienen un peso central en el sector exportador y que mantienen importantes activos financieros en el exterior.

A tensão interna se expressou no âmbito parlamentar, manifestando a desagregação da burguesia. Como observa Ollier (2003), o sistema institucional argentino possui certos problemas que contribuíram para os conflitos internos de poder. A relação entre o peronismo e a Alianza (Frente País Solidário - FREPASO e UCR), desde a posse de De la Rúa, foi extremamente tensa. Como a coalizão governista havia perdido a eleição nas principais províncias, o Senado estava sob maioria do Partido Justicialista, que fazia forte oposição ao governo. Na câmara baixa a Alianza contava com 127 deputados contra 101 do PJ, uma diferença muito pequena para reverter o desequilíbrio no senado. Assim, a autora aponta a forte fragmentação do sistema institucional nesse momento como mais um elemento que contribuiu para o agravamento da crise política.

Os dados das eleições legislativas realizadas em outubro desse mesmo ano merecem maior certo destaque. Os votos brancos e nulos, nesse ano, adquiriram tal proporção que se tornaram um fenômeno expressivo da indignação social. Denominados como “voto bronca”,

superaram a cifra dos 4,5 milhões, sendo superados apenas pela votação do PJ e deixando para trás as demais listas partidárias (VITULLO, 2007, p. 194). Se comparados estes votos ao longo do período democrático iniciado em 1983, é possível perceber o salto realizado no momento culminante da crise. A média de votos brancos para legisladores nacionais foi 1,5% nos anos 1980, subindo para 3,8% nos anos 1990 e chegando a 10,8% em 2001. Já os votos nulos evoluíram de 0,5% na década de 1980, para 0,8% em 1990 e alcançando a expressiva cifra de 13,2% em 2001. Outro elemento que aponta para grande perda de legitimidade do regime democrático é o índice de abstenção. Enquanto que em 1999 17,8% dos eleitores registrados não compareceram às urnas, em outubro de 2001 este número subiu para 24,5%, maior percentual desde restauração da democracia. Assim, as eleições legislativas desse ano apontam um impressionante grau de insatisfação com o regime político, expresso na soma desses valores, que atingem 41,6% e 42,6% para Senadores e Deputados respectivamente, conforme o quadro 6:

Quadro 6

Eleições legislativas nacionais de 14 de outubro de 2001 Brancos, nulos e abstenções – proporção do eleitorado habilitado a votar

	Brancos (%) (1)	Nulos (%) (2)	Abstenções (%) (3)	Total: 1+2+3 (%)
Senadores	6,9	10,1	24,6	41,6
Deputados	8,1	10,0	24,6	42,6

Fonte: Vitullo, 2007, (com base na Direção Nacional Eleitoral – Ministério do Interior – Argentina).

Contudo, ainda antes das eleições provinciais, a primeira grande expressão dessa crise interna foi a queda, em março de 2001, do então ministro da economia, substituído por Ricardo Lopez Murphy, que tentou descarregar o ônus da situação sobre a pequena burguesia, camadas de assalariados e setores burgueses provinciais. (CARRERA e COTALERO, 2006, p.51).

Segundo Dinerstein (2003), a tensão entre as lutas sociais e as pressões provenientes das instituições financeiras aguçou de tal maneira a crise dentro da coalizão governista que provocou, em abril, a retirada dos membros da FREPASO de seus postos, inclusive da vice-presidência. Este fato significou um forte golpe dobre o governo, deixando-o extremamente debilitado para lidar com as lutas sociais e a fuga de capitais para o exterior (*Ibid.*, p. 190-191). Com a saída de

Murphy e da FREPASO, De la Rúa tentou amenizar a crise aberta nomeando para o ministério da economia Domingo Cavallo, revestido de poderes extraordinários pelo Congresso. Tal detalhe não deve passar despercebido, pois atenta para o fato de reafirmar a característica autoritária do regime, particularmente diante de situações críticas, o que vai se aprofundar ao longo do ano de 2001. Frente às contradições praticamente insustentáveis que abriram uma crise de hegemonia no interior do bloco dominante, expressa nos rachas e rupturas no interior do Estado, mais uma vez a resposta política foi o recurso ao poder discricionário.

Para pagar a dívida pública, e sem mais contar com os recursos disponíveis no começo da década anterior, Cavallo avançou na retirada de renda dos trabalhadores, e aplicou um corte salarial de 13% aos assalariados estatais e aposentados. Ante estas medidas econômicas não tardaram as reações de natureza política. Os setores dos trabalhadores organizados na CGT, CTA, com adesão da CCC – Corriente Clasista y Combativa, partidos de esquerda, etc, convocaram uma greve geral, que contou também com *cortes de ruta*, piquetes e *escraches* em quase todo o país (CARRERA e COTALERO, 2006, p. 52). Esse momento do conflito aponta a presença das organizações tradicionais da classe trabalhadora atuando nas lutas. Conforme apontado nos dados do PIMSA, as organizações sindicais estiveram presentes ao longo do período prévio ao levante de dezembro, sendo uma das principais convocantes das mobilizações⁵², o que permite questionar possíveis interpretações que apontem para um caráter espontâneo ou autônomo das mobilizações daquele ano.

Em meados de dezembro, o sistema financeiro entrou em colapso. A impossibilidade de manter a política de *déficit zero* ocasionou a perda de apoio FMI, deixando De la Rúa sem respaldo externo. Numa situação de desespero e sem mais recursos disponíveis dentro da lógica do modelo, restou ao governo atacar diretamente a classe média, decretando a restrição a retirada de dinheiro nos bancos, o que ficou conhecido como *corralito* (OLLIER, 2003). A resposta foi imediata, contando não só com os “ahorristas de clase media”, mas também com as centrais sindicais, que convocaram greve geral para o dia 13 de dezembro, exigindo a livre disponibilidade dos salários, e a renúncia de Cavallo.

⁵² As organizações sindicais, no terceiro momento da análise do PIMSA, foram convocantes de 33,5% das ações realizadas. (2004, p. 135).

Um dado interessante diz respeito à organização e atuação dos setores mais pauperizados. Segundo algumas análises, ao longo da década de 1990 os programas assistenciais do governo, sob a lógica da descentralização, focalização e participação, geraram um saldo organizativo nos setores atendidos que, no auge da crise, se desprenderam do caráter assistencial e clientelista desses programas e alcançaram certo nível de politização de sua atuação. O aumento qualitativo da pauperização gerou, proporcionalmente, um aumento da demanda por respostas governamentais, entretanto, o desmonte da máquina pública e os cortes no gasto aprofundaram as contradições. Sob as reivindicações de alimento e emprego, a partir dos bairros estes setores se somaram as mobilizações organizando saques, *escraches*, *cortes de ruta* e direcionando suas exigências ao governo e às instituições públicas.

Assim, os que antes não tinham dinheiro e os que agora não podiam sacá-lo dos bancos se encontraram numa mesma posição. “The *corralito* provoked a unified reaction against the government and led to middle class sectors joining the struggle of the working class.” (DINERSTEIN, 2003, p. 192). Bloqueios, passeatas e, particularmente, os saques a supermercados à procura por alimentos em diversas cidades e na capital, reproduziram situações semelhantes às realizadas quando da crise da hiperinflação, cerca de dez anos antes. Com os setores médios nas ruas, aliando-se aos demais movimentos em luta, seguiu-se o levante.

Em 19 de dezembro milhares de pessoas saíram às ruas de Buenos Aires e das demais cidades do país. Ao som de batidas de panelas, o *cacerolazo* reivindicava a renúncia do ministro Cavallo. Diante de uma situação que saiu de controle, com a ruptura do consenso social em torno ao modelo e ao governo e sem mais recursos para intervir na crise, o presidente decretou estado de sítio. Contudo, o número de pessoas nas ruas era extremamente alto⁵³ e a reação foi inversa à esperada: “rather than provoking fear as expected, the presidential announcement encouraged more people to go on to the streets, and led to a popular insurrection.” (DINERSTEIN, 2003, *loc. Cit.*). Ante esta medida, a população agora reivindicava a renúncia do próprio presidente, bem como dos políticos em geral e rechaçava as instituições do regime, expressa na palavra de ordem

⁵³ Segundo Dinerstein (2003), um survey realizado posteriormente (H. Jaime y Asociados, citado por Kollman em Pagina/12 on line, 10/03/02) indicou que cerca de uma em cada três pessoas da população da Capital teria participado das mobilizações daquela semana e das *asambleas barriales*, o que significaria a imposição do estado de sítio com um terço da população nas ruas. Ainda que este dado mereça uma investigação mais rigorosa, a literatura a respeito concorda que esta foi a ação de maior participação popular desde a redemocratização.

!Que se vayan todos!. Em 20 de dezembro, com o palácio do governo cercado por todos os lados por manifestantes, De la Rúa deixou a Casa Rosada de helicóptero dando fim ao seu mandato.

Para se compreender o conteúdo desse processo é importante analisar o significado da palavra de ordem que orientou as mobilizações e que, posteriormente, tomou lugar de discussão nas *asambleas barriales*. Segundo Dinersteins (2003), *!Que se vayan todos!* representou um forte rechaço não só a política neoliberal, que agravou qualitativamente os problemas sentidos pela população, como às instituições políticas que a implementaram: “*!Que se vayan todos!* questions the repressive nature of law since it is through the law that the state and the parliamentary system make capital’s power concrete.” (*Ibid*, p. 193). Nesse caso, esta palavra de ordem estaria sintetizando a ruptura do consenso por parte dos sujeitos em luta.

Segundo Rojas (2006, p. 117-8):

sem dúvida as jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, implicam uma ruptura com o período anterior do ponto de vista da consciência de milhares e milhares de argentinos. A ilegitimidade das políticas neoliberais na Argentina é um fato depois do ‘Argentinazo’. Isto não significa que tenha mudado o modelo de acumulação, embora esteja em uma crise, mas sim no caso argentino, no marco de uma crise capitalista mundial, as políticas de valorização financeira só podem ser aplicadas com suma dificuldade e a partir de uma verborragia ao menos antineoliberal do regime político, como o foram primeiro Eduardo Duhalde e depois Nestor Kirchner.

Como o vice-presidente, Carlos “Cacho” Alvarez havia renunciado seu cargo, a queda de De la Rúa deixou a presidência vaga. Nessa situação, o presidente do Senado, Ramón Puerta, assumiu o cargo. Puerta ficou apenas dois dias na presidência da Argentina, sendo substituído por Adolfo Rodríguez Saa. Como o calor das lutas e mobilizações ainda não havia diminuído, Saa caiu uma semana após assumir, sendo substituído pelo presidente da Câmara de Deputados Eduardo Caamaño, até a Assembleia Legislativa escolher um novo nome. Em primeiro de janeiro de 2002 foi nomeado para completar o mandato de Fernando De la Rúa, o senador Eduardo Duhalde, com apoio do PJ, da UCR e da FREPASO, com 262 votos à favor, 21 contra e 18 abstenções. Apesar de ter permanecido por mais alguns meses no poder, a gestão de Duhalde foi marcada pela forte instabilidade que se seguiu ao levante de 19 e 20 de dezembro do ano anterior. Tanto que as eleições tiveram de ser antecipadas e a situação só foi estabilizada com a posse do até então desconhecido, Néstor Kirchner.

Desse processo, o que chama a atenção é a incapacidade de se estabilizar a situação por

um breve período de tempo. Pode-se dizer que a Argentina ficou praticamente ingovernável no interregno de De la Rúa à Duhalde. Além disso, os dados apresentados aqui reforçam essa interpretação. O elevado número de ações realizadas pelos setores médios e subalternos da sociedade; a forte crise de legitimidade do regime, expressa no “voto bronca” e nas pesquisas de opinião; as crises e rachas internos à classe dominante, tanto com a divisão em torno a saída para o problema da paridade monetária, quanto com a retirada da FREPASO do governo; o levante popular que derrubou De la Rúa e a passagem de cinco presidentes num intervalo de doze dias pela Casa Rosada.

Uma crise de tamanha magnitude só pode ser explicada como o ponto de encontro de diversas crises e contradições, tanto entre as classes quanto entre as frações de classe, envolvendo a dimensão econômica e a política da sociedade num só processo condensado. Ainda é de suma importância agregar que, no caso argentino, cuja dependência aumentou sobremaneira nas últimas décadas, outro elemento se somou de forma determinante, a pressão externa exercida pela dívida externa e o imperialismo. Com isso, se observou a sobreposição de diferentes contradições, tanto conjunturais quanto estruturais, detonando a ruptura do consenso social em torno ao governo e ao regime, paralelamente com o colapso financeiro do país.

5 CONCLUSÃO

A partir da discussão feita até aqui, é possível extrair alguns elementos que caracterizam a trajetória das democracias latino-americanas de forma a se compreender melhor a crescente instabilidade política nos países do continente e as fortes ondas de protesto social as quais têm ocorrido nos últimos anos.

Conforme apontado nos capítulos anteriores, a análise dos regimes políticos precisa estar atrelada a análise dos modelos econômicos sob os quais aqueles se apoiam. Nesse sentido, o processo de industrialização com base na substituição de importações passa a ganhar importância central. As formas estatais derivam da articulação de aparatos de coerção e consenso, cuja configuração se deve em boa medida às correlações de força estabelecidas no interior da sociedade. Se esta premissa está correta, então a estrutura do Estado construída a partir de 1930 e, particularmente, sob o pós-guerra, está relacionada a novos arranjos políticos entre as classes e frações de classes em luta. Disso derivam as diferentes instituições e políticas de distribuição de renda e proteção social daquela época, bem como toda a estrutura protecionista que ajudou a fortalecer certas frações do capital em detrimento de outras. Tais arranjos institucionais são, portanto, decorrentes de certos equilíbrios construídos nessa época, que tiveram o Estado como ponto de apoio. A ascensão de uma burguesia industrial voltada para o mercado interno e, conseqüentemente, de uma classe operária urbana concentrada, produziu fortes contradições com os setores agroexportadores e com o imperialismo. Estas tensões ajudaram a delinear alianças bastante contraditórias e instáveis, como foram os “pactos populistas”, que tiveram sua expressão materializada na própria estrutura institucional do Estado, à exemplo dos arranjos de tipo corporativos.

Além desses elementos, não é possível compreender a constituição e a força dessas classes e frações de classe em luta sem observar os modelos econômicos vigentes e como estes afetam os grupos sociais em disputa. Nesse sentido, a fração do capital mercado-internista tem sua evolução e declínio inscritos dentro do processo de construção e desmonte do modelo

desenvolvimentista. A própria luta pela imposição desde o Estado de projetos econômicos distintos está diretamente ligada à luta pela sobrevivência dos diferentes setores do capital.

Isso faz com que a classe proprietária se diferencie internamente, produzindo atritos e choques em torno aos diferentes interesses em jogo. O Estado, enquanto instância que organiza os interesses da burguesia e perpetua seu projeto estratégico, também é alvo das disputas intra-burguesas. É a partir dessa relação dialética que suas formas institucionais vão tomando corpo, expressando os equilíbrios e as adequações decorrentes dos choques entre as frações do capital. Entretanto, como apontado no caso argentino, em algumas situações específicas, o Estado precisa se distanciar dos interesses imediatos dos setores do capital para poder viabilizar as mudanças que garantam seus interesses estratégicos. Esses são os momentos de sua maior autonomia relativa, onde acontecem mudanças mais profundas nos arranjos de forças dos setores em luta.

Cabe, ainda, destacar que, no caso latino-americano, a construção dos diferentes modelos econômicos está intimamente ligada à condição de dependência das economias do continente. Este elemento agrava a dinâmica das mudanças tanto econômicas quanto políticas. Conforme analisado, tal fator se fez presente com força no desmonte do desenvolvimentismo e na implementação do neoliberalismo. As condições do mercado mundial, das relações internacionais, a dívida externa, a transnacionalização do capital e a crescente ingerência dos organismos financeiros internacionais na condução da política econômica dos países latino-americanos cumpriram um papel determinante no momento em que estes países sofriam as mudanças de regimes autoritários para democráticos. Desse modo, e como bem aponta o estudo do caso argentino, o desmonte do modelo desenvolvimentista foi acompanhado de enormes pressões do imperialismo. Mais do que isso, sob os regimes políticos democráticos, estas pressões encontraram canais mais eficientes para exercer sua influência.

Tendo em vista a relação entre as bases estruturais dos padrões de acumulação e a articulação entre aparatos de coerção e consenso, o rearranjo institucional do Estado nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu paralelamente com a introdução de um modelo econômico altamente excludente, o neoliberalismo. Assim, dois processos aparentemente distintos ocorreram de forma combinada, entrelaçando-se de maneira a realizar as mudanças necessárias para atualizar as

relações capitalistas. A construção desse novo projeto, hegemonizado pelo capital financeiro, foi obtendo legitimidade através do regime democrático. Entretanto, como se constitui num modelo extremamente concentrador, a acomodação das diferentes frações em disputa, tanto nacionais quanto imperialistas, produtivas como financeiras, demandou um novo arranjo institucional, que removeu uma parte substancial dos aparatos organizadores do consenso oriundos do modelo anterior. Isso ocorreu através da reordenação desses aparatos dentro do novo padrão de acumulação, ou seja, perderam sua antiga função tornando-se mecanismo de acumulação nas mãos das novas frações que compõem o bloco dominante. As políticas de ajuste estrutural são a expressão concreta disso. As privatizações, a retirada dos direitos sociais, a flexibilização trabalhista entre outras representam o desmonte de uma estrutura institucional decorrente do modelo anterior e responsável pela adesão das classes subalternas àquele projeto. Mais do que isso, representam também a maneira pela qual os interesses dominantes foram acomodados, ou seja, a hegemonia desse projeto dentro das frações dominantes exigiu o espólio do Estado e dos mecanismos geradores de consenso.

O acionar dessas políticas de ajuste teve como estopim as crises inflacionárias. Todavia, é preciso lembrar que tais crises, como bem expressa a análise da Argentina, estão diretamente relacionadas com a ingerência da *banca acreedora* sobre estes países. O poder impressionante adquirido por estes setores nos anos 1980 se deve, em boa medida, ao forte endividamento externo a que se submeteram os países da região no fim dos anos 1970. Isso permite identificar os pontos que ligam as diferentes características de todo o processo. O endividamento externo como forma de fortalecer os setores ligados ao capital financeiro. O desmonte dos modelos desenvolvimentistas. A pressão exercida pelos credores e as crises de hiperinflação. E, como consequência do terrorismo econômico à que foram submetidas as populações da região nesse momento, a ascensão de governos democraticamente eleitos recobertos dos poderes necessários para implementar os ajustes estruturais e estabilizar as economias da região.

Assim, a democracia foi se adaptando às exigências impostas pelo neoliberalismo para tornar-se viável. Em consequência, o regime ganhou fortes contornos autoritários, excludentes e elitistas. Tornar-se a expressão de um novo arranjo entre aparatos de coerção e consenso, necessária para acomodar o novo arranjo entre as frações dominantes do capital, bem como se

assentou sobre um novo padrão de acumulação pautado por níveis impressionantes de exploração e miséria, e cumpriu o papel de ser a fonte de legitimação política do novo modelo econômico.

Este é o processo que engendrou as contradições que estão na origem da instabilidade recente dos países da região. As crises vividas nos últimos anos precisam ser analisadas desde sua gênese, de modo que se possa perceber as raízes estruturais desse processo desde sua origem. É nesse marco que se torna possível entender a sobreposição de contradições nos âmbitos econômico e político que está por traz dos levantes sociais recentes, cujas características parecem ser de uma rejeição profunda da natureza instrumental e elitista dos atuais regimes políticos bem como do modelo econômico ao qual tais regimes estão assentados.

O estudo do caso específico do *Argentinazo* permite compreender mais a fundo os traços gerais do processo latino-americano. As transformações operadas no país desde 1976 adquiriram uma dinâmica de aprofundamento que acumulou contradições extremas. A primeira fase, ainda sob a ditadura, reconfigurou o país, conduzindo ao poder o capital financeiro e derrotando as esquerdas. A segunda fase representou a busca pela legitimação do projeto iniciado sob a ditadura. Sob o governo de Alfonsín o esquema econômico criado por Martínez de Hoz chegou ao seu limite, manifestando sua fragilidade perante um novo sujeito político, a *banca acreedora*. Os conflitos entre os diferentes interesses burgueses se expressaram na forte instabilidade econômica; e a necessidade de ajustes nas instituições do Estado conduziram o país não só ao enorme déficit fiscal, mas ao acirramento da disputa entre os setores dominantes pelo rumo que os ajustes assumiriam. Sob o governo Menem, o esquema criado pelos militares foi atualizado e, em seu lugar, as políticas de ajuste estrutural foram finalmente implementadas. Mediante essas políticas, a Argentina completou seu processo de transição ao neoliberalismo, criando as condições políticas e econômicas para a ingerência do capital financeiro externo no país sob um novo arranjo entre as frações dominantes.

Para dar viabilidade ao primeiro momento do projeto, ainda sob a ditadura, o endividamento externo foi fundamental, particularmente a estatização da dívida privada, de forma a consolidar o poder dos novos setores hegemônicos. Com isso, se realizou uma profunda mudança no perfil produtivo do país. A velha estrutura desenvolvimentista foi desmantelada

desde a sua base, iniciando uma mudança estrutural na Argentina. Com isso, as frações que se beneficiavam do velho modelo foram golpeadas a ponto de perderem o posto que ocupavam, ficando marginalizadas no interior da classe dominante.

Já sob o regime democrático, aquilo que havia sido um requisito se tornou um problema, e a dívida abriu espaço para a entrada em cena da *banca*, o que abalou o equilíbrio construído no momento anterior. O processo de disputa desses setores abriu sucessivas crises de hiperinflação que conduziram o país à enorme instabilidade econômica, cujo ápice se manifestou em 1989. Além disso, a mudança estrutural operada no nível econômico/produtivo exigia, para sua continuidade e aprofundamento, um correspondente no âmbito da máquina estatal, de forma a liberar todos os seus efeitos sob o conjunto da sociedade, eliminando qualquer resquício de uma estrutura institucional mercado-internista. Na impossibilidade de acomodar as diferentes frações do capital em disputa, Alfonsín terminou seu mandato sob uma forte crise, que foi parcialmente amortecido pelo próprio regime com as eleições.

Sob o governo Menem, a necessidade de lidar com as violentas pressões da *banca* e dos setores internos resultou no desmonte do esquema de subsídios estatais a indústria e a exportação e na desassimilação de um setor do capital local, o setor parasitário do Estado. Em seu lugar, o programa de ajustes estruturais foi tocado, a passos largos, em função das exigências externas e internas. Com a paridade monetária, o governo conseguiu arquitetar um arranjo de forças que estabilizou o país na primeira metade dos anos noventa, representando a consolidação do neoliberalismo. Para tanto, a reorganização dos aparatos de coerção e consenso foi fundamental, e a reconfiguração estatal permitiu às frações burguesas até então em atrito, se beneficiarem do ajuste preservando e aumentando suas taxas de lucro.

Entretanto, estas mesmas mudanças significaram um conjunto de transformações que eliminariam as bases de legitimação do modelo econômico e do regime político. O neoliberalismo demandou o desmonte da estrutura de proteção social do desenvolvimentismo. Ou seja, as mudanças estruturais iniciadas em 1976 foram finalizadas nos anos 1990. O Estado foi sendo remodelado durante o período democrático de forma a aprofundar substancialmente as transformações neoliberais.

Os acontecimentos dos anos 1990 fizeram do regime político o mecanismo de transferência dos custos do projeto para os trabalhadores. A relação orgânica entre regime e modelo manifestou todas as suas contradições a partir da segunda metade da década, sendo que, nesse processo, os instrumentos capazes de construir um mínimo de consenso haviam sido eliminados. Na virada do século, a situação em que se encontravam os argentinos se tornou simplesmente insuportável e, paralelamente, a paridade monetária, insustentável. Quando os elementos conjunturais abriram uma situação de instabilidade e recessão na Argentina, o tensionamento produzido se defrontou com um Estado incapacitado de responder. Sem margem econômica, político-institucional e legitimidade, o governo não teve uma retaguarda na qual se apoiar, ou seja, as bases materiais capazes de sustentar a capacidade dirigente do governo e da classe hegemônica haviam sido removidas. O problema conjuntural se defrontou com as contradições estruturais e ganhou proporções que atingiram a articulação global entre Estado e sociedade.

Não era mais possível lidar com a situação poder dentro dos limites do esquema criado em 1991. Tampouco foi possível amortecer tal crise por dentro das instituições do regime político, dado o grau de atrelamento dessas com o modelo econômico. Assim, a indignação social transbordou os limites institucionais e se transformou em insurreição. Durante um breve período de tempo, a Argentina se encontrou numa situação de total ingovernabilidade, sendo que até mesmo a suspensão dos direitos civis, através do Estado de Sítio, não foi o suficiente para conter a crise. Pelo contrário, resultou no seu agravamento, a ponto de o país ficar doze dias sem estabilidade de governo. Do ponto de vista econômico, o saldo desse processo foi a moratória da dívida externa e o fim da paridade monetária, fatos que representam uma significativa mudança na condução do projeto. Além disso, a desvalorização da moeda demonstra que a resolução da situação só foi possível mediante a quebra do arranjo anterior de forças. Diante desses dois fatos, é possível dizer que os setores exportadores reposicionaram-se, ganhando peso político e alterando novamente a configuração no interior do bloco dominante.

Por fim, é preciso mencionar o fato de que o *Argentinazo* não conseguiu sintetizar um projeto alternativo ao atual. Contudo, apesar da grande desorganização do campo popular no país, as lutas não deixaram de acontecer, como foi demonstrado. Por um lado, a classe trabalhadora

argentina sofreu duros golpes nas últimas três décadas. Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, a flexibilização produtiva e o enfraquecimento do movimento sindical incidiram em sua capacidade de reação. Por outro lado, isso não significou ausência de lutas ao longo do período, tampouco falta de organização política. Como foi apontado, a década de 1990 foi marcada por intensas mobilizações sociais, quando novos setores foram incorporados às lutas e novas formas de organização, à exemplo do movimento *piquetero*, foram tomando espaço. O levante de dezembro de 2001, sob essas circunstâncias, também pode ser interpretado como resultante de um tortuoso processo de reorganização da classe trabalhadora e suas formas de organização e atuação. A reação social frente aos efeitos catastróficos do neoliberalismo no país, ainda que sem o grau de organização necessário para impor uma mudança mais profunda no modelo, sugere a dimensão das possibilidades de mudança colocadas. Apesar dos problemas que permearam a ação dos trabalhadores no *Argentinazo*, não foi possível conter a ação das massas em repúdio ao modelo.

Da mesma forma, o regime político não conseguiu recompor-se plenamente após aquele levante. Se as análises feitas até aqui estiverem corretas, a estabilidade e a consolidação da democracia na Argentina e no restante da América Latina não será possível, ou ao menos encontrará ainda muitas dificuldades, caso se mantenha o atual padrão de acumulação. O desgaste dos regimes políticos da região parece, como apontam vários casos recentes, tender a aumentar, detonando situações de convulsão social e negação do regime e do modelo.

Assim, as características principais do caso Argentino podem fornecer os pontos centrais para uma agenda de pesquisa para o restante da América Latina. As transformações estruturais do neoliberalismo encerraram as principais contradições que originaram a crise. As mudanças, tanto econômicas quanto políticas, implicaram um rearranjo dos aparatos de coerção e consenso que deixaram o Estado bastante despreparado para lidar com a instabilidade social. Ou seja, o processo de implementação do modelo neoliberal demandou o desgaste dos instrumentos capazes de neutralizar a reação ao mesmo modelo. Do mesmo modo, a condição de dependência das economias da região foi aprofundada com o endividamento externo e o fortalecimento dos setores do capital financeiro e transnacional. Como consequência disso, quando estourou uma crise externa de natureza aparentemente conjuntural, o Estado não contava com mecanismos, desde o

âmbito estrutural, para enfrentar a situação, revelando toda sua vulnerabilidade. Nesse ponto preciso da evolução das contradições políticas e econômicas, internas e externas, os efeitos conjunturais não encontraram retaguarda estrutural para serem contidos e, portanto, avançaram. Estas parecem ser algumas das condições objetivas sob as quais a insurreição social materializou-se.

Dessa forma, uma análise que se propusesse a entender a atual situação política no continente, resguardadas as especificidades de cada país, precisaria contemplar um conjunto de elementos: o processo de desmonte do modelo desenvolvimentista - que certamente não teve o mesmo grau de desenvolvimento nos diferentes países; a forma como ocorreram as transições para regimes democráticos - outro elemento que varia substancialmente na América Latina, à exemplo dos casos Chileno e Colombiano; a condição de dependência dessas economias e o processo de endividamento externo nos últimos trinta anos; o grau de autoritarismo e poder discricionário dos governos eleitos; a profundidade com que as medidas de ajuste foram implementadas - o que envolve as privatizações, as características das reformas de Estado, o grau de retirada de direitos sociais e trabalhistas, etc.; o papel e o perfil dos diferentes setores do capital os quais atuam nesses países, sua força, seu nível de comprometimento com o imperialismo e seu grau de organização; por fim, a organização e a atuação dos setores subalternos, sua trajetória e capacidade de organização e ação, considerando também os sujeitos que vêm ganhando importância política e combatividade, como indígenas, sem-terra, entre outros. Estes são alguns pontos que podem ajudar a compreender melhor a evolução do continente nas últimas décadas e o atual momento político.

Neste ponto, duas observações são cabíveis, ainda que possam parecer demasiado ousadas. Primeiro, a probabilidade de a situação de instabilidade política avançar cada vez mais, dado o limite a que estão chegando os arranjos entre regime e modelo no continente. Segundo, o que sucederá caso o atual esquema não consiga se manter é uma interrogação que não permite a exclusão prévia de nenhuma possibilidade. O futuro das democracias latino-americanas não está, como pensam alguns, predeterminado. A ascensão de uma série de governos de esquerda, ou, ao menos com uma retórica de esquerda, parece fazer parte desse quadro de contradição do neoliberalismo. A queda de presidentes em vários países - como foi apontado no início deste

trabalho -, os índices generalizados de insatisfação com os regimes políticos e o aprofundamento das desigualdades sociais corroboram as duas hipóteses aventadas. Ainda que haja especificidades diversas entre os países do continente, pode-se empreender um estudo das características comuns e das linhas gerais da combinação contraditória entre o atual padrão de acumulação e os regimes democráticos da região. Tal estudo ajudaria a compreender não só a atual situação como as possíveis tendências e probabilidades postas para a América Latina.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Carlos H.. Business interests, dictatorship and democracy in Argentina. In: BARTELL, Ernest, and LEIGH, A. Payne (ed.). **Business and democracy in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 1995, p. 3- 48.

_____. Political struggle and business peak associations; Theoretical reflections on the Argentine case. In: DURAND, Francisco and SILVA, Eduardo (eds.). **Organized business, economic change, democracy in Latin America**. Miami: North-South Center Press at University of Miami. 1998, p. 51-72.

ANDERSON, Perry. “ Além do neoliberalismo ” , In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AZPIAZU, Daniel, BASUALDO, Eduardo M. y KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico em la Argentina de los años 80**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2004.

AZPIAZU, Daniel y BASUALDO, Eduardo. **Cara y contracara de los grupos económicos. Estado y promoción industrial en la Argentina**. Buenos Aires Cántaro, 1987

BASUALDO Eduardo y LOZANO, Claudio. Entre la dolarización y la devaluación. La crisis de convertibilidad en la Argentina. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. **Cuaderno 71**, 2000.

BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, Marcello (org.) **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/ UFRGS/ Centro Universitário La Salle, 1999.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre. Ed. da Universidade/ UFRGS, 2000.

BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, n. 36, p. 28-37, 2002.

_____. **Hegemonia em construção**. São Paulo: Xamã, 2001.

BIRLE, Peter. **Los empresarios y la democracia em la Argentina**: conflictos y coincidencias. Argentina: Belgrano. 1997.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BORÓN, Atílio A. **Estado capitalismo e democracia na América Latina**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. “Os ‘novos Leviatãs’ e a polis democrática: neoliberalismo, descomposição estatal e decadência da democracia na América Latina”. In: GENTILLI, P. e SADER, E. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo II**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CARRERA, Nicolas Iñingo y COTARELO, Maria Célia. Argentina, diciembre de 2001: hito en el proceso de luchas populares. In: SEOANE, José (org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

_____. Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 em Argentina. In: CAETANO, Gerardo (org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires, Clacso, 2006.

CARRERO, Nicolás Iñigo, COTALERO, Maria Celia. La insurrección espontánea: Argentina diciembre 2001, descripción, periodización, conceptualización. In: **Documentos y comunicaciones 2003, PIMSA**. Buenos Aires, PIMSA, Documento n. 43, 2003. p. 201-308.

_____. Algunos rasgos de la rebelión em Argentina 1993-2001. In: **Documentos y comunicaciones 2004, PIMSA**. Buenos Aires, PIMSA, Documento n. 49, 2004, p. 125-138.

INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas. 2001.

COTALERO, Maria Celia. Crisis política em Argentina (2002). In: **Documentos y comunicaciones 2004, PIMSA**. Buenos Aires, PIMSA, Documento n. 50, 2004, p. 139-180.

COTALERO, Maria Celia. Aproximación al análisis de los sujetos emergentes em la crisis de 2001-2002 em Argentina. In: **Documentos y comunicaciones 2005, PIMSA**. Buenos Aires, PIMSA, Documento n. 49, 2005. p. 198-217.

CHILCOTE, Roanld. **The left in Latin América: Theory and Practice. Latin American Perspectives**. v.. 30, n. 6, 2003. , p. 10-15.

CREMONTE, Matías, MEGUITA, Horacio y LOZANO, Claudio. Reforma laboral: ¿ajuste o democracia? Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. **Cuaderno 63**, 2000.

- CRUZ, Sebastião Velasco e, *et alii*. Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento. **Cadernos IFCH**. Campinas, IFCH/UNICAMP, n. 30, 2004.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Idéias**. Campinas, n. 1, 1998-1999. p. 13-42.
- DÁVILA, Francisco R. Estado y movimientos étnicos en Ecuador. *In*: SEOANE, José (org.) *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- DINERSTEIN, Ana C. ¿Que se vayan todos! Popular insurrection and the *asambleas barriales* in Argetnina. **Bulletin of Latin American Research**. vol. 22, n. 2, 2003. p. 187-200.
- ECHEGARAY, Patricio. e GAMBINA, Julio C.. Lo político y lo social en la disyuntiva de la crisis actual. **Cuaderno de la FISyP**. n. 10, Setiembre 2003.
- FERRER, Aldo. A Argentina e a Globalização. *In*: ESTUDOS AVANÇADOS 16 (44), 2002. p 36-54.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *e-l@tina: Revista eletrônica de estudios latinoamericanos*, v. 1, n. 3. IIFCS, Instituto de Investigaciones Gino Germani, UBA, Buenos Aires, Argentina. Abril-Junio, 2004.
- FRANCO, Rolando. Los paradigmas de la politica social en America Latina. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: n. 58, abril, 1996. p. 9-22.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedownm**1962.
- GIUSTI, Alejandro y MASSÉ, Gladys. Dirección Nacional de Estadísticas Sociales Dirección de Estadísticas Poblacionales: Evaluación de la Información Ocupacional del Censo 2001. Análisis del nivel de desocupación. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001. INDEC, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**. v. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**. v. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**. v. 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

- GRANOSKY, Martín. Política exterior, las relaciones carnales. In: en Atilio Borón *et al.*, **El menemato. Radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem**. Buenos Aires: Letra Buena. 1991.
- GRUNER, Eduardo. Las fronteras del (des)orden. Apuntes sobre el estado de la sociedad civil bajo el menemato. In: en Atilio Borón *et al.*, **El menemato. Radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem**. Buenos Aires: Letra Buena. 1991.
- HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press; 1984.
- HAGGARD, Stephan and KAUFMAN, Robert R. **The political economy of democratic transitions**. Princeton: Princeton University Press. 1995.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HIRSCH, Joachim. O problema da dedução da forma e da função do estado burguês. REICHEL, Helmut *et alli*. **A teoria do Estado**: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 143-158..
- HIRSCH, Joachim. ¿Que significa el Estado? Reflexiones acerca de la teoria del estado capitalista. **Revista de Sociologia e Política**. n. 24, jun. 2005. p. 165-175.
- HOROWICZ, Alejandro. Los cuatro peronismos. **Historia de una metamorfosis trágica**. Planeta, Buenos Aires, 1991.
- HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- JESSOP, Bob. Corporativismo, parlamentarismo y democracia social. In: SCHMITTER, Philip C. e LEHMBRUCH, Gerhard (orgs.). **Neocorporativismo I, mas allá del Estado y del mercado**. México, Alianza, vol. I, 1992. , p. 215-246.
- LAURELL, A. (org.) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LATINOBAROMETRO. Informe-resume Latinobarómetro 2003: la democracia y la economía. Acessado em out. 2005. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>
- LECHNER, Norbert. Reforma do Estado e condução política. **Lua Nova**. São Paulo, n. 37, 1996. p. 33-56.

LERDA, Juan Carlos. Globalización y pérdida de autonomía de las autoridades fiscales, bancarias y monetarias. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: n. 58, Abril, 1996. p. 63-77.

LEHMBRUCH, Gehrard. Democracia consociacional, conflicto de clases y neocorporativismo. In: SCHMITTER, Philip C. e LEHMBRUCH, Gerhard (orgs.). **Neocorporativismo I, mas allá del Estado y del mercado**. México, Alianza, vol. I, 1992. p. 67-77.

_____. Corporativismo liberal y gobierno de partidos In: (orgs.) SCHMITTER, Philip C. e LEHMBRUCH, Gerhard. **Neocorporativismo I, mas allá del Estado y del mercado**. México, Alianza, vol. I, 1992. p. 173-215.

LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

LOZANO, Claudio y FALETTI, Roberto. La economía del menemismo: cambio estructural, crisis recurrentes y destino incierto. In: en Atilio Borón *et al.*, **El menemato. Radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem**. Buenos Aires: Letra Buena. 1991.

LOZANO, Claudio. Catástrofe social em Argentina. La situación a junho de 2002. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. 2002.

LOZANO, Claudio. Contesto económico, social y político de la protesta social em la Argentina contemporánea. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. **Cuaderno 73**, 2001.

LOZANO, Claudio y FALETTI, Roberto. Convertibilidad y desempleo: crisis ocupacional en la Argentina. Diagnóstico de situación, análisis de las medidas oficiales, alternativas. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. **Cuaderno 37**, 1995.

LOZANO, Claudio. Las privatizaciones el la etapa menemista. Síntesis de su desarrollo y resultados. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. **Cuaderno 62**, 1999.

MATÍAS PEREIRA, José. Políticas neoliberais, desequilíbrio macroeconômico e governabilidade: os casos do Brasil e Argentina. In: **Revista Acadêmica de Economia**. n. 23, 2004.

MADDONNI, Alejandra et all. Boletín estadístico: pobreza e indigência, desempleo estructural, distribución regresiva de los ingresos y ganancias empresariales extraordinarias. Buenos Aires, Instituto de estudios y formación de la central de los trabajadores argentinos – IDEP/CTA. 2004.

MARÍN, Juan Carlos. **Los hechos armados. Argentina 1973-1976.** Buenos Aires, P.I.C.A.S.O./ Rosa Blindada, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini,* organização e apresentação SADER, Emir. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. *In:* (orgs.) BARSOTTI, Paulo e PERICÀS, Luiz Bernardo. **América Latina, história, idéias e revolução.** 2 ed. São Paulo, Xamã, p. 113-130, 1998.

MACHADO, Eliel. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: Lutas sociais na contramão do neoliberalismo.* Tese de doutorado. PUC-SP, São Paulo, 2004.

MARTÍNEZ, Oscar. El escenario político: febrero-julio de 1989. Terrorismo económico y desestabilización política. *In:* en Atilio Borón *et al.* **El menemato. Radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem.** Buenos Aires: Letra Buena. 1991.

MARRO, Katia I. Lutas sociais e poder popular: algumas reflexões em torno da prática dos movimentos de trabalhadores desempregados na experiência argentina. *História & Luta de Classes.* n. 4, julho, 2007. p.83-90.

Menem, Carlos, Dromi, Roberto. **Reforma del Estado.** 2 ed. Buenos Aires, Ciudad Argentina, 1997.

MONTAÑA, Carlos y LEVY, Esther. Reforma del estado y políticas neoliberales. CTA, 2003.

MOUFFE, Chantal. **O regresso ao político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa. O liberalismo revisitado (I): Os limites da democracia. **Textos Didáticos.** 2 ed.. Campinas, IFCH/UNICAMP, n. 35, 2003.

MORENO, Nahuel. **1982: comienza la revolución.** Argentina: Perspectiva. 1983.

MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudo sobre as origens do peronismo.** São Paulo, Brasiliense, 1973.

NEF, Jorge. Globalization and the crisis of Sovereignty, Legitimacy and Democracy. *Latin American Perspectives.* vol. 29, n. 6, 2002. p. 59-69.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ . Democracia delegativa? **Novos Estudos CEBRAP**. n. 31, p. 25-40, 1991.

OLLIER, Maria Matilde. Argentina: Up a blind alley once again. **Bulletin of Latin American Research**. vol. 22, n. 2, 2003. p. 170-186,

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PNUD. **A democracia na América Latina, Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs**. São Paulo: LM&X, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? **Movimientos sociales y desafíos políticos**. OSAL, añoV, n. 13, enero-abril 2004. p. 15-30.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. . n..17, nov. 2001.p.33-43.

ROJAS, Gonzalo A. Os socialistas na Argentina (1880-1980). Um século de ação política. Tese de doutorado. USP, 2006.

SANCHEZ, Omar. Argentina's Landmark 2003 Presidential Election: Renewal and continuity. In: **Bulletin of Latin American Research**. vol. 24, n 4, 2005. p. 454-475,

SMITH, William C. Estado, mercado y neoliberalismo en la Argentina de la pos transición: el experimento de Menem. In: **El Cielo por Asalto**, n. 5. Buenos Aires, El Cielo por Asalto, 1993.

SANCHEZ PARGA, Jose. Del conflicto social al ciclo político de la protesta. **Ecuador Debate**. n. 64. CAAP, Centro Andino de Accion Popular, Quito, Ecuador: Abril. 2005.

SANCHEZ PARGA, Jose. Por que se deslegitima la democracia? El desorden democratico. **Ecuador Debat**, no. 62. CAAP, Centro Andino de Acción Popular, Quito, Ecuador: Agosto. 2004. Acessado em set. 2005:
<http://www.dlh.lahora.com.ec/paginas/debate/paginas/debate1126.htm>

SANCHEZ PARGA, Jose. De la desconsolidación al autoritarismo democráticos. O como dejar de gobernar para mantenerse en el gobierno. **Ecuador Debate**. n. 58. CAAP, Centro Andino de Accion Popular, Quito, Ecuador: Abril, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. De la resistência a la ofensiva: el programa alternativo de los movimientos sociales. **Debatesi**, n. 15, año 5. OSAL, septiembre-diciembre, 2004.

SARTELLI, Eduardo. **La plaza es nuestra**. 2. ed. Buenos Aires, RYR, 2005.

SEOANE, José (org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

STAHLER-SHOLK, Richard, *et al.* Globalizing Resistance: The New Politics of Social Movements in Latin America. **Latin American Perspectives**. vol. 34, n.2, p. 5-16, 2007.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VANDEN, Harry E. **Social Movements, Hegemony, and New Forms of Resistance**. **Latin American Perspectives**. vol. 34, n. 2: 17-30, 2007

VARGAS, Humberto R. y CÓRDOVA, Eduardo E. Bolivia: un país de re-configuraciones por una cultura de pactos políticos y de conflictos. *In:* SEOANE, José (org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

VIDAL, Mariana Valeria. **Pressupostos político-ideológicos e características do “terceiro setor” no âmbito das políticas sociais na Argentina..** Dissertação de mestrado Rio de Janeiro – PUC: Departamento de Serviço Social. 2006..

VITULLO, Gabriel. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**. n. 17, 2001. p. 53-60.

WISE, Carol. Currency Board da Argentina, os laços que unem?. **Revista de Economia e Política**. v. 21 n. 3 (83), jul.-set. 2001. p. 168-194.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**. *A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SÁINS, Pedro e CALCAGNO, Alfredo. “ En busca de otra modalidad de desarrollo ” . **Revista de la CEPAL** , Santiago de Chile: n. 48, dezembro, p. 7-39, 1992.

SARTELLI, Eduardo. **La plaza es nuestra**. Buenos Aires, Ryr, 2005.

SCHMITTER, Philip C. ¿Continua el siglo del corporativismo? *In:* (orgs.) SCHMITTER, Philip C. e LEHMBRUCH, Gerhard. *Neocorporativismo I, mas allá del Estado y del Mercado*. México, Alianza, vol. I, 1992. p. 15-67..

_____. Modos de intermediación de intereses y modelos de cambio social en Europa occidental. *In:* SCHMITTER, Philip C. e LEHMBRUCH, Gerhard (orgs.).

Neocorporativismo I, mas allá del Estado y del mercado. México, Alianza, vol. I, 1992. p. 78-115.

TORRE, Juan Carlos. “O encaminhamento político das reformas estruturais”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, 1996. p. 57-76.

Documento CTA. Experiencias organizativas y conflictividad social en la Argentina contemporánea. 2006. Acessado em 28/09/2008. Disponível em:
http://www.ief.redcta.org.ar/spip.php?article78&var_recherche=Experiencias%20organizativas%20y%20conflictividad%20social%20en%20la%20Argentina%20contempor%20E1nea

Sistema de Información, Monitoreo y Evaluación de Programas Sociales, SIEMPRO.
Desenvolvido pelo *Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales de la Presidencia de la Nación*. Apresenta informes, publicações, produtos, observatórios, atividades, notícias, etc.
Acessado em: 10/09/2008. Disponível em: www.siempro.org.ar